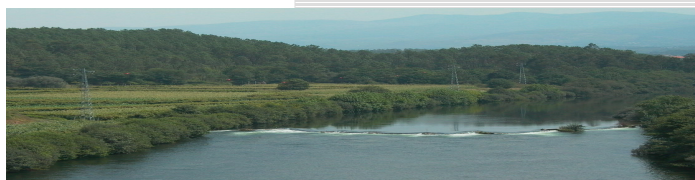




VASCO DA CUNHA
estudos e projectos (lisboa), s.a.



VALIMAR, ComURB



CARTA EDUCATIVA INTERMUNICIPAL DA VALIMAR COMURB. Com Urb

3ª Fase – Formulação de Propostas e Apresentação da Carta Educativa

RELATÓRIO – VOL I - CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA E URBANÍSTICA



VASCO DA CUNHA
estudos e projectos (lisboa), s.a.

EQUIPA TÉCNICA

COORDENAÇÃO GERAL

Gustavo da Cunha – *licenciado em Arquitectura*

COORDENAÇÃO DA EQUIPA

Isabel Vaz Serra – *licenciada em Arquitectura, mestre em Desenho Urbano*

TÉCNICOS

Patrícia Moreira – *licenciada em Geografia e Planeamento Regional, pós-graduada em Geografia Humana e Desenvolvimento Regional*

Ana Beça – *licenciada em Arquitectura de Gestão Urbanística*

Paula Gonçalves – *licenciada em Urbanismo, mestranda em Desenho Urbano*

Leonor Carvalho – *licenciada em Urbanismo*

Sandra Gomes – *Licenciada em Arquitectura de Gestão Urbanística, Pós-Graduada em Desenho Urbano*

Cláudia Coelho – *Licenciada em Gestão*

Marleen Cooreman – *licenciada em Direito, Pós-Graduada em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente*

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	6
2. METODOLOGIA	9
2.1 ETAPAS METODOLÓGICAS DO PROCESSO DE PLANEAMENTO DOS RECURSOS EDUCATIVOS	9
2.2 METODOLOGIA DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA	13
3. ENQUADRAMENTO LEGAL, PROCESSUAL E CONCEPTUAL.....	18
4. ENQUADRAMENTO REGIONAL E URBANO.....	25
5. CARACTERIZAÇÃO/ DIAGNÓSTICO	29
5.1 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA.....	29
5.1.1 Caracterização Demográfica	29
5.1.2 Caracterização Social.....	59
5.1.3 Caracterização económica	79
5.2. CARACTERIZAÇÃO URBANÍSTICA.....	95
5.2.1. Caracterização Urbana.....	95

ÍNDICE DE PEÇAS DESENHADAS

disciplina	n.º desenho			rev.	descrição	escala
	área	objecto	n.º ordem			
ENQUADRAMENTO REGIONAL						
URB	0	0	01	01	Planta de Enquadramento e Articulação Regional	1:250 000
CARACTERIZAÇÃO SOCIO_ECONÓMICA						
URB	1	0	01	01	Divisão Administrativa - Freguesias	1:100 000
URB	1	1	01	00	Evolução e Distribuição da População 1991	1:250 000
URB	1	1	02	00	Evolução e Distribuição da População 2001	1:250 000
URB	1	1	03	00	Evolução e Distribuição da População – variação da população 1991-2001	1:250 000
URB	1	1	04	00	Evolução e Distribuição da População – densidade populacional 2001	1:250 000
URB	1	1	05	00	Estrutura Etária – População Jovem (0-14 anos) -1991	1:250 000
URB	1	1	06	01	Estrutura Etária – População Idosa (>65 anos) - 1991	1:250 000
URB	1	1	07	01	Estrutura Etária – População Jovem (0-14 anos) -2001	1:250 000
URB	1	1	08	00	Estrutura Etária – População Idosa (>65 anos) - 2001	1:250 000
URB	1	2	01	00	Índice de Envelhecimento - 2001	1:250 000
URB	1	2	02	00	Taxa de Analfabetismo - 1991	1:250 000
URB	1	2	03	00	Taxa de Analfabetismo - 2001	1:250 000
URB	1	2	04	00	Taxa de Desemprego - 2001	1:250 000
URB	1	3	01	00	Taxa de Actividade - 2001	1:250 000
URB	1	3	02	00	População Activa no Sector I - 2001	1:250 000
URB	1	3	03	00	População Activa no Sector II - 2001	1:250 000
URB	1	3	04	00	População Activa no Sector III - 2001	1:250 000

CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO						
URB	2	1	01	01	Planta de Equipamentos de Ensino – Arcos de Valdevez	1:50 000
URB	2	1	02	02	Planta de Equipamentos de Ensino – Caminha	1:50 000
URB	2	1	03	02	Planta de Equipamentos de Ensino – Esposende	1:50 000
URB	2	1	04	02	Planta de Equipamentos de Ensino – Ponte da Barca	1:50 000
URB	2	1	05	02	Planta de Equipamentos de Ensino – Ponte de Lima	1:50 000
URB	2	1	06	02	Planta de Equipamentos de Ensino – Viana do Castelo	1:50 000
URB	2	2	01	02	Mapa de Agrupamentos Existentes	1:100 000
URB	2	2	02	01	Mapa de Agrupamentos Existentes - Arcos de Valdevez	1:100 000
URB	2	2	03	01	Mapa de Agrupamentos Existentes - Caminha	1:100 000
URB	2	2	04	02	Mapa de Agrupamentos Existentes - Esposende	1:100 000
URB	2	2	05	01	Mapa de Agrupamentos Existentes – Ponte da Barca	1:100 000
URB	2	2	06	01	Mapa de Agrupamentos Existentes – Ponte de Lima	1:100 000
URB	2	2	07	01	Mapa de Agrupamentos Existentes – Viana do Castelo	1:100 000
URB	2	3	01	00	Taxa Líquida de Escolarização – Pré-Escolar	1:250 000
URB	2	3	02	00	Taxa Líquida de Escolarização – 1º Ciclo	1:250 000
URB	2	3	03	00	Taxa Líquida de Escolarização – 2º Ciclo	1:250 000
URB	2	3	04	00	Taxa Líquida de Escolarização – 3º Ciclo	1:250 000
URB	2	3	05	00	Taxa Líquida de Escolarização – Secundário	1:250 000
URB	2	4	01	00	Planta de Transportes Escolares – Arcos de Valdevez	1:50 000
URB	2	4	02	00	Planta de Transportes Escolares – Caminha	1:50 000
URB	2	4	03	00	Planta de Transportes Escolares – Esposende	1:50 000
URB	2	4	04	00	Planta de Transportes Escolares – Ponte da Barca	1:50 000
URB	2	4	05	00	Planta de Transportes Escolares – Ponte de Lima	1:50 000
URB	2	4	06	00	Planta de Transportes Escolares – Viana do Castelo	1:50 000
CARACTERIZAÇÃO URBANÍSTICA						
URB	3	0	01	00	Planta de Ocupação Urbana	1:100 000
REDE EDUCATIVA PROPOSTA						
URB	4	0	01	05	Mapa de Territórios Educativos Propostos – 1ª Fase	1:100 000
URB	4	0	02	04	Mapa de Territórios Educativos Propostos – Concelho de Arcos de Valdevez	1:100 000
URB	4	0	03	03	Mapa de Territórios Educativos Propostos – 1ª Fase – Concelho de Caminha	1:100 000
URB	4	0	04	04	Mapa de Territórios Educativos Propostos – Concelho de Esposende	1:100 000

URB	4	0	05	03	Mapa de Territórios Educativos Propostos	1:100 000
URB	4	0	06	04	Mapa de Territórios Educativos Propostos – 1ª Fase – Concelho de Ponte de Lima	1:100 000
URB	4	0	07	04	Mapa de Territórios Educativos Propostos – 1ª Fase – Concelho de Viana do Castelo	1:100 000
URB	4	1	01	05	Mapa de Territórios Educativos Propostos – 2ª Fase	1:100 000
URB	4	1	02	03	Mapa de Territórios Educativos Propostos – 2ª Fase – Concelho de Caminha	1:100 000
URB	4	1	03	04	Mapa de Territórios Educativos Propostos – 2ª Fase – Concelho de Esposende	1:100 000
URB	4	1	04	03	Mapa de Territórios Educativos Propostos – 2ª Fase – Concelho de Ponte de Lima	1:100 000
URB	4	1	05	04	Mapa de Territórios Educativos Propostos – 2ª Fase – Concelho de Viana do Castelo	1:100 000
URB	4	2	01	04	Planta de Tipologias de Intervenção – 1ª Fase	1:100 000
URB	4	2	02	04	Planta de Tipologias de Intervenção – 2ª Fase	1:100 000
URB	4	3	01	04	Planta de Equipamentos de Ensino e Educação – Concelho de Arcos de Valdevez - Proposta	1:50 000
URB	4	3	02	03	Planta de Equipamentos de Ensino e Educação – 1ª Fase – Concelho de Caminha - Proposta	1:50 000
URB	4	3	03	03	Planta de Equipamentos de Ensino e Educação – 1ª Fase – Concelho de Esposende - Proposta	1:50 000
URB	4	3	04	03	Planta de Equipamentos de Ensino e Educação - Concelho de Ponte da Barca – Proposta	1:50 000
URB	4	3	05	04	Planta de Equipamentos de Ensino e Educação – 1ª Fase – Concelho de Ponte de Lima - Proposta	1:50 000
URB	4	3	06	04	Planta de Equipamentos de Ensino e Educação – 1ª Fase – Concelho de Viana do Castelo - Proposta	1:50 000
URB	4	4	01	03	Planta de Equipamentos de Ensino e Educação – 2ª Fase – Concelho de Caminha - Proposta	1:50 000
URB	4	4	02	03	Planta de Equipamentos de Ensino e Educação – 2ª Fase – Concelho de Esposende - Proposta	1:50 000
URB	4	4	03	03	Planta de Equipamentos de Ensino e Educação – 2ª Fase – Concelho de Ponte de Lima - Proposta	1:50 000
URB	4	4	04	04	Planta de Equipamentos de Ensino e Educação – 2ª Fase – Concelho de Viana do Castelo - Proposta	1:50 000

1. INTRODUÇÃO

O presente documento consiste na proposta de **“Carta Educativa Intermunicipal da VALIMAR ComUrb”**, em elaboração para a Comunidade urbana do Vale-e-Mar (VALIMAR, ComUrb).

A proposta de Carta Educativa resulta de um processo dinâmico que ao longo das várias fases de elaboração procurou transformar os “inputs” de várias entidades, com expectativas diferentes, no “Output” que todos os “clientes” do Sistema Educativo desejam, ou seja, "um instrumento e prática de planeamento, projecto fundamental e dinâmico de intervenção de planeamento e ordenamento da rede educativa inserida no contexto mais abrangente do ordenamento do território, que tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, ou seja, ser parte integrante do seu desenvolvimento social"¹.

O Planeamento dos Recursos Educativos enquadra-se numa visão integrada em que após definidas as opções estratégicas a nível nacional e regional (Planos Regionais de Ordenamento do Território, Planos Estratégicos, Planos Directores Municipais e Planos Sectoriais), se particularizam as situações quer de uma forma sectorial quer territorial.

Neste sentido, a elaboração da Carta Educativa Intermunicipal da VALIMAR ComUrb terá subjacente o princípio definido pelo Ministério da Educação para a Política Educativa - “Mudar para Agilizar. Inovar para Qualificar” - a que estão subjacentes cinco dimensões fundamentais para o exercício da cidadania: “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a pensar, aprender a conviver e aprender a ser”.

Tendo presente os princípios enunciados pelo Ministério da Educação, que são partilhados por todos os agentes ligados ao sistema educativo, torna-se cada vez mais imperativo a elaboração da Carta Educativa como um instrumento que dê resposta às necessidades e expectativas dos vários agentes que participam neste processo, das Câmaras Municipais, como entidades responsáveis pela sua elaboração, ao Ministério da Educação, responsável pelo seu

¹ “Manual para a Elaboração da Carta Educativa”, pg.8

acompanhamento, passando pelas escolas e pela comunidade educativa, principais clientes deste Processo.

Objectivos Gerais e Conteúdo da Carta Educativa

Tendo por referência o definido no DL n.º 7/2003 de 15 de Janeiro, no seu artigo 11º, no cadernos de encargos e na proposta da Vasco da Cunha, a Carta Educativa, visa:

- ✓ compatibilizar a oferta de equipamentos de ensino e formação com a procura efectiva relativa a cada nível de ensino e formação, orientando a expansão do sistema educativo e formativo em função do desenvolvimento económico e sócio-cultural;
- ✓ adequar a rede educativa e formativa municipal/ regional ao definido em instrumentos de planeamento de nível regional e nacional, assegurando assim a racionalização e complementariedade da oferta;
- ✓ promover o desenvolvimento do processo de agrupamentos de escolas criando condições favoráveis a uma gestão mais eficaz e eficiente dos recursos educativos;
- ✓ fixar objectivos de ordenamento progressivo a médio (5 anos) e longo prazo (10 anos);
- ✓ garantir a coerência da rede educativa face à política urbana do município;
- ✓ apoiar a tomada de decisão relativamente à construção, encerramento ou reconversão de estabelecimentos escolares;
- ✓ definir prioridades.

Assim, e de acordo com o estabelecido no caderno de encargos, pretende-se com a Carta Educativa Intermunicipal da VALIMAR ComUrb dispor de um instrumento que:

- ✓ caracterize a evolução recente da rede e da realidade educativa, fazendo o ponto de situação actual;
- ✓ perspetive as principais intervenções para um horizonte temporal de médio e longo prazo;
- ✓ indique os objectivos, os caminhos e as acções para a implementação de uma estratégia;
- ✓ permita uma gestão racional dos recursos;

√ potencie uma qualificação da oferta educativa.

Tendo em conta os objectivos acima referidos, a Carta Educativa deve formular uma proposta de (re)ordenamento da rede educativa, que se considere ser a mais adequada para um determinado horizonte temporal. Indissociável dos Instrumentos de Gestão Territorial elaborados ou em elaboração, a Carta Educativa deverá ser um instrumento fundamental de planeamento que permita desenvolver uma estratégia relativamente ao sistema educativo e formativo, definindo de forma inequívoca quais os objectivos estratégicos, os programas e as acções a desenvolver suportando desta forma a tomada de decisão de técnicos e políticos no que respeita ao ensino e à formação.

De forma a dar cumprimento aos objectivos enunciados, e ao disposto no artigo 12º do DL n.º 7/2003 de 15 de Janeiro, a Carta Educativa Intermunicipal da VALIMAR ComUrb terá por objecto:

- √ a identificação e localização geográfica dos equipamentos educativos e formativos, tendo por base os limites administrativos das freguesias;
- √ a identificação das ofertas educativas e formativas, através da referenciação da tipologia dos estabelecimentos existentes integrados na rede pública, privada, cooperativa ou solidária, incluindo as suas modalidades especiais de educação, ao nível da educação especial, da formação profissional inicial e do ensino recorrente de alunos;
- √ a identificação dos recursos humanos necessários à prossecução das ofertas educativas tendo por base os cenários prospectivos de desenvolvimento urbano e escolar;
- √ a concretização da acção social escolar, em sentido lato, de acordo com as competências dos municípios, do Ministério da Educação e demais entidades, ou seja, os transportes escolares, refeições, prolongamento de horários, animação sócio-educativa e Actividades de Tempos Livres (ATL).

2. METODOLOGIA

2.1 ETAPAS METODOLÓGICAS DO PROCESSO DE PLANEAMENTO DOS RECURSOS EDUCATIVOS

A abordagem global às questões do (re)ordenamento e planeamento dos recursos educativos deverá recair sobre uma metodologia que vise a actuação e gestão estratégica dos territórios concelhios. Neste sentido, as etapas metodológicas apresentadas visam, nomeadamente, os seguintes aspectos:

- permitir uma abordagem global e integrada através da coordenação horizontal e vertical entre os diferentes níveis territoriais-administrativos;
- permitir uma abordagem estratégica em que os conceitos e técnicas se baseiam na reflexão e gestão estratégica;
- alcançar a satisfação das exigências dos elementos da oferta (solo, infra-estruturas, equipamentos) mas também da procura urbana (população, alunos, empresas);
- promover a participação activa da população, em geral, acompanhada por uma atenção focalizada em alguns dos actores envolvidos no desenvolvimento sócio-económico e cultural.

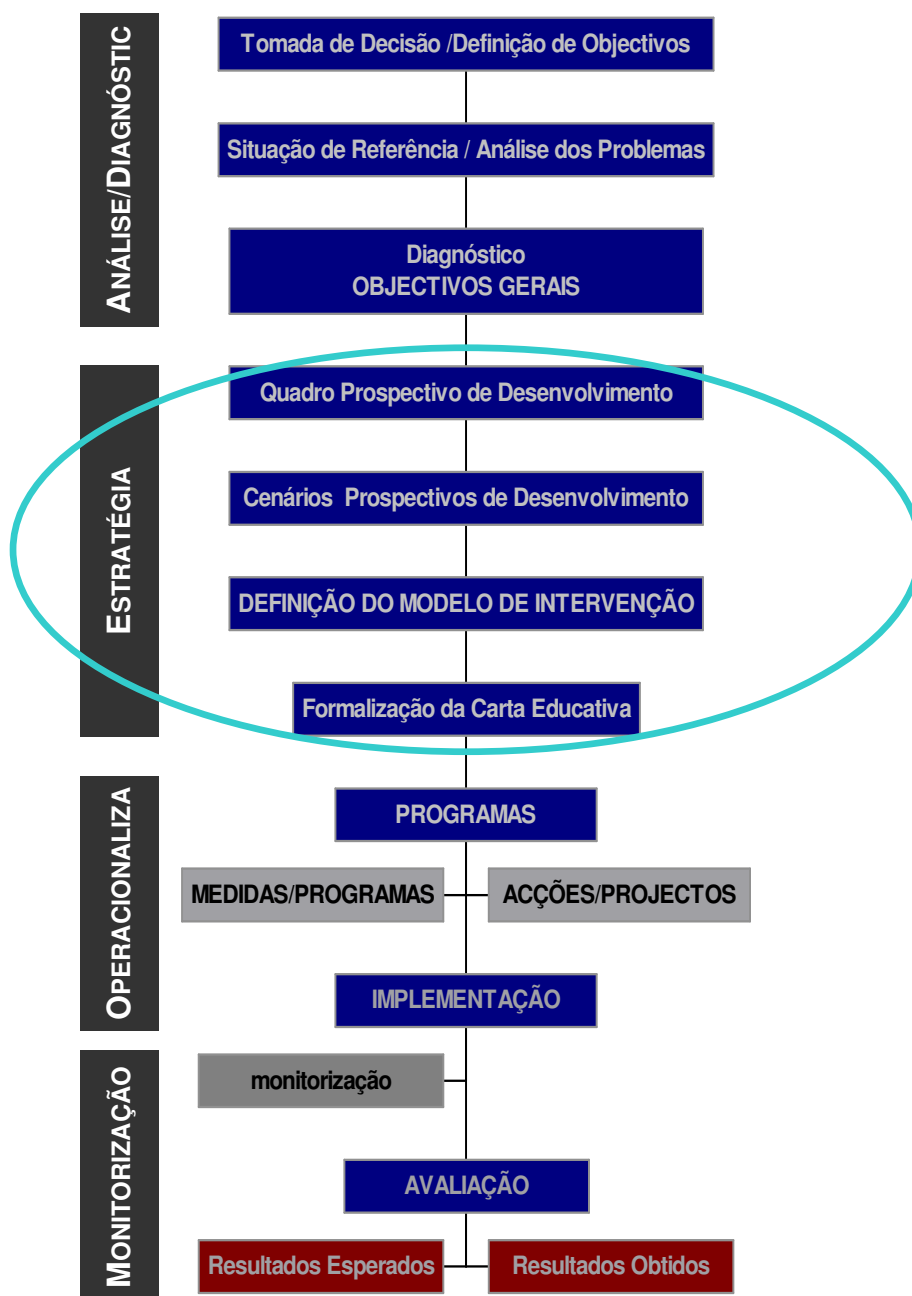


Fig. 1 - Principais Etapas Metodológicas

Apoiada numa perspectiva de planeamento integrado e com base numa análise cíclica, apresenta-se uma metodologia que integra as seguintes etapas fundamentais:

SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA/ ANÁLISE DOS PROBLEMAS

Esta etapa refere-se à caracterização dos modelos que descrevem os padrões de desenvolvimento económico, social, demográfico, cultural e do sistema de ensino e formativo, referentes à situação presente e que estabelecem, deste modo, o marco de referência e o suporte da análise dos problemas externos e internos.

DIAGNÓSTICO/ OBJECTIVOS GERAIS

Neste contexto, diagnosticam-se os principais elementos da procura e da oferta, entre os quais se destacam os recursos materiais, como os edifícios escolares e equipamentos educativos, os recursos humanos, as actividades produtivas, a população escolar, etc.

Posteriormente ao diagnóstico, os objectivos são reformulados, caso seja necessário. Com base nesses pressupostos, definem-se metas para este processo de elaboração, condutores de programas estratégicos.

CENÁRIOS ALTERNATIVOS

Realizadas as análises e sínteses, concluído o diagnóstico e formalizados os objectivos, as metas e o programa base de intervenção, procede-se à concepção de vários cenários de desenvolvimento que asseguram, com base numa visão prospectiva, maior flexibilidade e menor probabilidade de erro, garantindo, à partida, maior viabilidade de sucesso.

DESENVOLVIMENTO DO CENÁRIO ADOPTADO

Com base num processo de concertação entre a VALIMAR ComUrb, a Comissão Técnica de Acompanhamento, com destaque para a Direcção Regional de Educação, e a equipa técnica, e tendo em consideração todo o processo de análise e síntese definidor da estratégia de acção, anteriormente delineada, é adoptado um dos cenários que será desenvolvido com base nas directrizes de actuação resultantes da visão estratégica (objectivos estratégicos) correspondente ao modelo desejado para o sistema de ensino dos concelhos que integram a VALIMAR ComUrb.

DEFINIÇÃO DO MODELO DE INTERVENÇÃO

Os desajustes entre a visão estratégica desejada e a realidade permitem identificar os temas fundamentais para o desenvolvimento do cenário adoptado. Definidas as Directrizes de Desenvolvimento elabora-se então a versão preliminar do modelo de intervenção a desenvolver, respeitante ao (re)ordenamento da Rede Educativa.

FORMALIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA

Nesta fase, o modelo de intervenção, já antes estabelecido, é desenvolvido e formalizado. Elabora-se então a proposta de Carta Educativa cujo conteúdo está definido no art. 18º do DL n.º 7/2003 de 15 de Janeiro.

IMPLEMENTAÇÃO

Sucede à fase de publicação em que a Carta Educativa se torna eficaz. Posterior a uma fase de ponderação, resultante em muito da auscultação das entidades e da população, a implementação para ser “eficiente” tem necessariamente de ser rigorosa, mediante a aplicação das estratégias adoptadas, devendo por isso obedecer a um período de avaliação cíclico.

MONITORIZAÇÃO

A Monitorização assume uma importância fundamental no Planeamento enquanto processo de gestão sendo responsável pela avaliação in continuum, contribuindo desse modo para um processo de implementação mais eficiente.

AVALIAÇÃO

A etapa da avaliação, da qual se parte para um processo de revisão da Carta Educativa como é o caso presente, deverá ser, necessariamente, cíclica e permanente por forma a responder atempadamente às sucessivas transformações a que o território está sujeito.

2.2 METODOLOGIA DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA

Como já foi explicitado de modo genérico, através da definição dos princípios metodológicos globais do processo de planeamento, considera-se que terá de estar, forçosamente, subjacente a qualquer estudo técnico uma metodologia que permita estruturar procedimentos e sistematizar acções por forma a permitir a correcta elaboração desse mesmo estudo. Obviamente que o processo de elaboração de qualquer instrumento de Planeamento, nomeadamente o processo de elaboração da Carta Educativa, não pode fugir a essa regra, pelo que, com vista a uma melhor compreensão de alguns pressupostos de procedimentos, aos quais estão inerentes justificações que são consubstanciadas pela metodologia a aplicar, explicitam-se agora os procedimentos metodológicos a seguir para a elaboração desse instrumento. Assim, de uma forma genérica, a elaboração de qualquer instrumento de planeamento deverá ter sempre como objectivo final alcançar a sustentabilidade do Ordenamento do Território local, bem como do contexto mais abrangente em que este se integra, e ser sustentada por um Processo de Planeamento Integrado que, por sua vez, se baseia na subdivisão do processo em três subsistemas onde imperam três palavras chave: **FLEXIBILIDADE, OPERATIVIDADE e DURABILIDADE.**

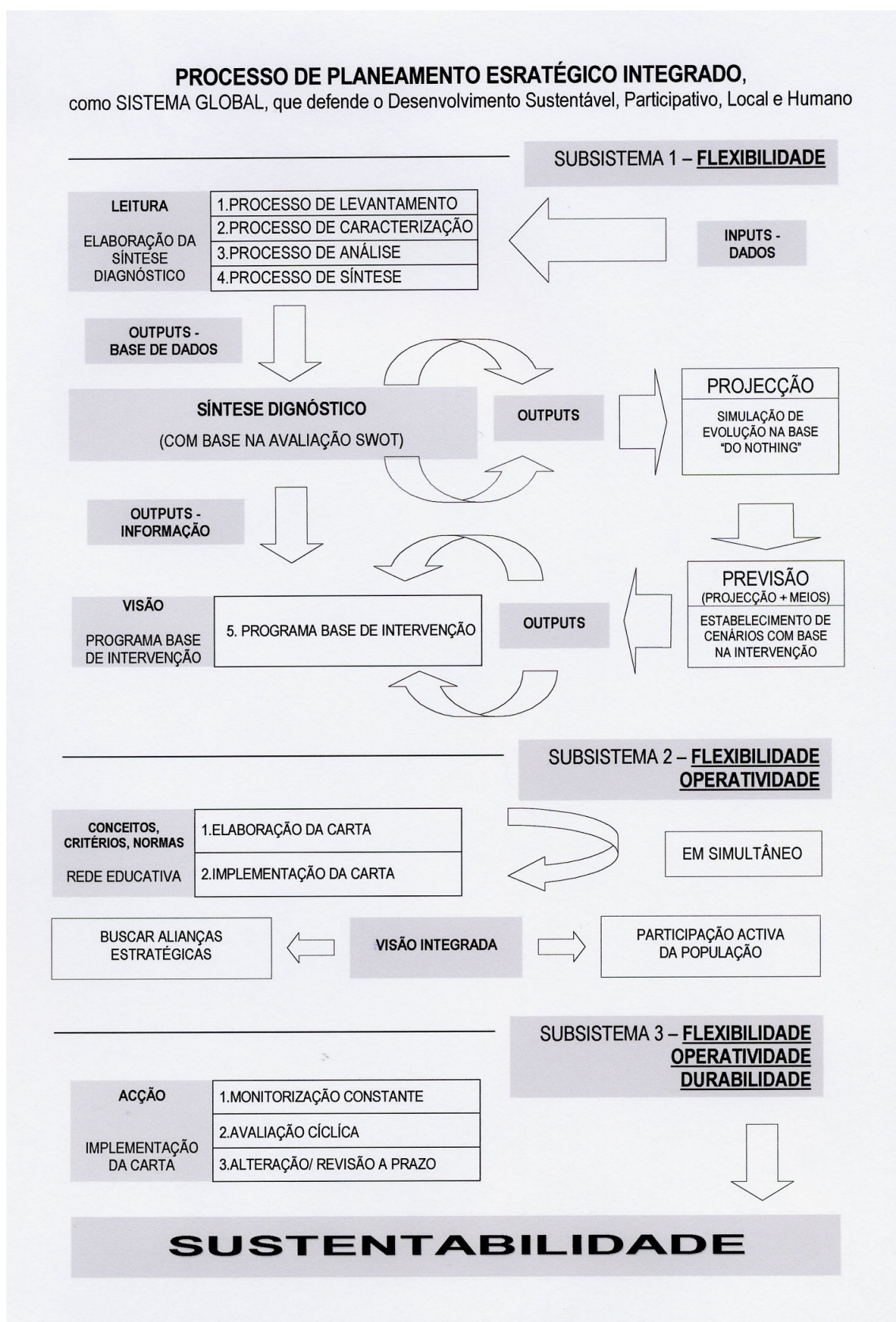


Fig. 2 - Processo de Planeamento Integrado

No sub-sistema 1 – Flexibilidade, aquilo que se apelida como levantamento e caracterização consistiu na elaboração de registos, de acordo com categorias de classificação adequadas aos fins em vista, não significando qualquer ideia sobre essa categoria de classificação. Assim, elaboraram-se alguns registos de análise infra-estrutural, demográfica, socio-económica, cultural, dos territórios concelhios, através de suportes fotográficos, cartográficos e descritivos.

O levantamento relativo à procura e oferta do sistema educativo e formativo da Vale-e-Mar efectou-se entre 22 de Maio e 08 de Agosto de 2003. Relativamente à procura do sistema de ensino e formação, as fontes de informação foram as Câmaras Municipais, as escolas e o DAPP / DREN. A diferença entre os dados das diferentes entidades produtoras de informação não foi significativa, pelo que se optou por utilizar os dados da entidade que possuía informação mais completa, nomeadamente quanto ao numero de alunos por ano de escolaridade e cursos ministrados. Quando o tipo de informação era idêntico, utilizaram-se, em primeiro lugar, os dados das Câmaras Municipais/Escolas e só depois os do DAPP ou da DREN.

Relativamente à oferta, o levantamento consistiu na identificação – Ficha de Caracterização dos Edifícios Escolares - de todos os estabelecimentos de ensino e formação, identificando a tipologia de ensino, o número de salas de aula físicas e actualmente em funcionamento, a existência de espaços de apoio, como bibliotecas e cantinas, e no caso do 2º, 3º ciclos e secundário a existência de equipamentos desportivos, o estado de conservação dos edifício, o número de docentes e não docentes, entre outros indicadores. O tipo de projecto arquitectónico, e dos espaços exteriores foi realizado por amostragem aleatória de alguns edifícios. Relativamente à Base de Dados, optou-se por manter as escolas que suspenderam as actividade lectivas durante a última década sendo que os valores do número de escolas por tipologia e natureza institucional, por exemplo, apresentados nos relatórios tem em consideração estas mesma escolas.

Relativamente à caracterização sócio-económica e urbanística, esta teve por base os dados do Instituto Nacional de Estatística – Recenseamento Geral da População e Habitação e Estatísticas Demográficas e do Ministério da Segurança Social e do Trabalho. Foram igualmente analisados os documentos já elaborados que se consideraram relevantes para o

trabalho em curso, dos quais se elaboraram quadros síntese no sentido de perceberem de forma clara quais as conclusões desses mesmos estudos. Assim foram analisados:

- Estudo Estratégico dos Arcos de Valdevez-Ponte da Barca
- Relatório do PDM de Ponte de Lima – Revisão
- Plano Estratégico de Viana do Castelo
- Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Lima
- Plano Director das Zonas e Pólos Empresariais do Vale do Lima
- Plano Regional de Ordenamento do Território do Alto Minho
- Carta Educativa do Concelho de Esposende – Plano de Desenvolvimento Local - Educação
- Diagnóstico Social do Concelho de Esposende
- Caracterização do Tecido Empresarial do Concelho de Esposende

A Caracterização urbanística baseou-se no levantamento de campo efectuado e nos elementos fornecidos pelas Câmaras Municipais, nomeadamente os Planos Directores Municipais e os Planos Estratégicos.

O processo de análise e de síntese é considerado como uma operação mental distinta da recolha de dados, com consequente criação da base de dados, e é explicitado através de imagens, de linguagem gráfica desenhada e de textos explicativos complementados com mapas, quadros e gráficos. Pretende-se, através da análise, fazer corresponder a interpretação dos dados a uma coisa concreta, de forma a que as ideias possam ser mais facilmente compreendidas por terceiros. Este estudo é baseado num modelo de análise SWOT, que pretende analisar os dados levantados sobre quatro pontos de vista: pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e tendências, com vista à definição posterior de um Programa Base de Intervenção.

Este processo de análise permitiu classificar e clarificar o entendimento estrutural e sistémico dos levantamentos, conduzindo dessa forma a uma progressiva consciencialização, ou seja, à



VASCO DA CUNHA
estudos e projectos (lisboa), s.a.

construção do raciocínio de síntese de uma forma dominada e controlada, permitindo a percepção das relações, conexões ou antagonismos, regras ou conflitos que estruturam e organizam o sistema em similaridades, em complementaridades, em convergência ou divergência de critérios, coerências ou incoerências, etc...

Através da síntese final, formalizou-se a interpretação sistémica global do território, tirando-se conclusões sobre a sua estrutura interna, alcançadas a partir das análises de dados recolhidos e registados, numa convergência de complexidades cada vez maiores até à formalização completa da síntese final.

3. ENQUADRAMENTO LEGAL, PROCESSUAL E CONCEPTUAL

A Carta Educativa Intermunicipal da VALIMAR ComUrb, enquanto instrumento resultante da Lei de Bases do Sistema Educativo, da Lei de Bases do Sistema Formativo e da Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo e com base no presente enquadramento legal resultante da publicação do Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 41/2003 de 22 de Agosto, e do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, “é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico, socio-económico e cultural de cada município”

Assim, e relativamente ao ordenamento do território, a Lei nº 48/98 de 11 de Agosto refere expressamente no nº 2 do artigo 6º que “Nos diversos espaços, a programação, a criação e a manutenção de serviços públicos, de equipamentos colectivos e de espaços verdes deve procurar atenuar as assimetrias existentes, tendo em conta as necessidades específicas das populações, as acessibilidades e a adequação da capacidade de utilização.”

Tendo em consideração os instrumentos de gestão territorial definidos, a Carta Educativa Intermunicipal da VALIMAR ComUrb é enquadrada segundo várias perspectivas, ou seja, é neste estudo entendida como:

- um instrumento intermunicipal de ordenamento do território visando assim a articulação estratégica entre áreas territoriais que pela sua interdependência necessitam de coordenação integrada;
- um instrumento de planeamento sectorial com incidência territorial da responsabilidade de sectores da administração local e central, nomeadamente no domínio do ensino e formação;
- um instrumento de planeamento e gestão municipal que por força do artigo 10º e 17º do DL nº 380/99 de 22 de Setembro e do DL nº 7/2003 de 15 de Janeiro, obriga para que se torne eficaz à sua transposição para os Instrumentos de Gestão Territorial que vinculam a Administração e os particulares.

Com esta perspectiva pretende-se que a Carta Educativa Intermunicipal da VALIMAR ComUrb, seja um instrumento que tenha em consideração estratégias delineadas, atendendo a uma realidade que vai para além das fronteiras de cada município e que no sentido de se tornar eficaz e eficiente seja um instrumento que cada município, por si só, possa implementar e avaliar isoladamente.

Pensando num cenário óptimo, a Carta Educativa deverá ser um instrumento que desde os executivos camarários, aos diversos serviços camarários relacionados com a educação e formação, o planeamento e a gestão urbanística, todos deverão suportar as suas decisões tendo por base o definido na Carta Educativa, compatibilizando as suas decisões, tornando o processo de planeamento mais eficaz e eficiente.

O interrelacionar de diferentes figuras de planeamento com um cariz mais estratégico ou vinculador da actividade da administração e mesmos dos particulares, no caso de ser vertido para os planos municipais de ordenamento do território e para a gestão urbanística, é um aspecto essencial cuja eficácia resultará principalmente do modo como a elaboração da Carta for conduzida. Neste sentido, e conforme desenvolvido a seguir, é de extrema importância um diálogo desde o início do processo com todos os intervenientes do processo.

Quanto ao enquadramento processual da Carta Educativa, este é regulamentado pelo DL n.º 7/2003 de 15 de Janeiro, alterado pelo DL n.º 41/2003 de 22 de Agosto, e desenvolve-se em cinco fases distintas:

1. Elaboração pela VALIMAR ComUrb que inclui a fase de Acompanhamento, por uma Comissão Técnica, constituída pelas seguintes Entidades:

- Um representante técnico e executivo de cada município
- Um representante técnico e executivo da VALIMAR ComUrb
- Direcção Regional de Educação do Norte
- Serviços Centrais do Ministério da Educação
- Serviços Sub-Regionais da Segurança Social
- Um representante do Instituto Politécnico de Viana do Castelo

- Um representante do Instituto do Emprego e Formação Profissional
- Um representante da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte (ex-Comissão de Coordenação Regional)
- Um representante de cada Conselho Municipal de Educação
- Um representante do Ensino Privado (IPSS)

A fase de elaboração da carta educativa é um processo em que participam de forma directa os representantes das Câmaras Municipais e os técnicos da DREN, nomeadamente na fase de recolha de informação e definição de requisitos técnicos a observar na proposta de carta educativa. Após a aprovação da proposta de carta educativa pela comissão técnica de acompanhamento, o Ministério da Educação emite um parecer que precede a aprovação da Carta Educativa pela Assembleia Municipal.

De modo a tornar as reuniões da Comissão Técnica de Acompanhamento mais eficazes, poderão ser realizadas reuniões sectoriais em que estarão presentes apenas alguns dos membros desta comissão.

2. Participação da população e de todas as entidades representativas dos interesses socio-económicos e culturais da região. A realização de uma workshop revela-se como um elemento fundamental de auscultação dos actores do sistema educativo e formativo no sentido de chamar à elaboração da carta todos os interessados neste instrumento de planeamento da rede educativa e formativa.

3. Aprovação pela Assembleia Municipal, após parecer do Conselho Municipal de Educação.

4. Ratificação pelo Conselho de Ministros.

5. Publicação

Interessa ainda definir alguns conceitos que suportam a elaboração da Carta Educativa, e que desde o início devem estar estabilizados no sentido de não resultarem, em fases mais avançadas do processo, em indefinições prejudiciais ao desenvolvimento dos trabalhos.

Os conceitos aqui abordados têm por base a legislação em vigor, bem como as publicações de entidades da Administração com competências relativas ao planeamento dos equipamentos de ensino e formação.

Decorrente do DL n.º 7/2003 de 15 de Janeiro define-se:

- **“rede educativa”** como a configuração da organização territorial dos edifícios escolares, ou dos edifícios utilizados em actividades escolares, afectos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário (artº 13º);
- **“equipamentos educativos”** como o conjunto dos meios materiais, designadamente os edifícios escolares, o equipamento básico, o mobiliário, o material didáctico e os equipamentos tecnológicos e desportivos (artº 14º).

No âmbito da publicação **“Manual para a elaboração da Carta Educativa”** e **“Critérios de Reordenamento da Rede Educativa”**, elaborados pelo Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento (DAPP) são definidos alguns conceitos essenciais como:

- **Taxa de ocupação** – é a relação entre a capacidade de um edifício escolar em regime normal de funcionamento e o número de alunos que o frequentam em período diurno;
- **Taxa de escolarização** – é a relação entre o número de indivíduos matriculados num determinado ano de escolaridade e a população estimada com idade própria para a frequência desse ano de escolaridade. A taxa de escolarização pode ser bruta ou líquida;
- **Taxa de cobertura** – é a relação entre o número de crianças inscritas nos estabelecimentos de educação pré-escolar e a população em idade normal de frequência desse nível de ensino (3-5anos);
- **Taxa de ingresso** – é a relação entre o número de alunos matriculados pela 1ª vez, num determinado nível de ensino e a população em idade normal de ingresso nesse nível de ensino;
- **Taxa de repetência** – é a relação entre o número de alunos matriculados pela 2ª vez ou mais vezes num ano lectivo e o número de matriculados no mesmo ano de escolaridade no ano lectivo anterior;
- **Taxa de abandono** – é a relação entre o número de indivíduos que na passagem entre

dois anos lectivos consecutivos não estão presentes no Sistema de Ensino e os indivíduos matriculados no primeiro dos anos lectivos considerados;

- **Taxa de progressão** – é a relação entre o número de alunos matriculados pela 1ª vez num determinado ano de escolaridade e o número de matriculados no ano de escolaridade precedente, no ano lectivo anterior;
- **Agrupamento escolar** – é uma unidade organizacional dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituídos por estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais níveis e ciclos de ensino, a partir de um projecto pedagógico comum;
- **Irradiação de uma escola / área de drenagem** – é a distância-tempo máxima entre a escola e os locais de residência dos alunos, medida ao longo das vias de comunicação transitáveis, considerando-se ainda faixas marginais de 500 metros de largura para cada lado dos seus eixos. Acresce a este critério, as características orográficas, climáticas e da rede de transportes e comunicação que garantam aos alunos condições adequadas de segurança e conforto nas suas deslocações entre a escola e o local de residência;
- **População base** – é o número de habitantes na área de drenagem de um determinado tipo de escola, que serve de suporte e justifica a criação, ampliação, remodelação ou reconversão dessa escola.

Relativamente ao ensino profissional, o Ministério da Educação define alguns conceitos que importa salientar:

- **certificado de qualificação profissional de nível I (n.m.)** - Diploma que atesta que um candidato concluiu, com aproveitamento, um curso de iniciação profissional.
- **certificado de qualificação profissional de nível II (n.m.)** - Diploma que atesta que um candidato concluiu, com aproveitamento, um curso ou módulo de qualificação profissional que o habilita para o exercício de determinada actividade.
- **certificado de qualificação profissional de nível III (n.m.)** - Diploma passado pelas escolas profissionais que atesta que um candidato frequentou, com aproveitamento, um curso de formação que o qualifica como técnico intermédio.
- **curso de educação e formação profissional inicial (n.m.)** - Curso organizado a nível dos estabelecimentos dos ensinos básico e secundário, em articulação com outras entidades da comunidade, destinado a jovens que, tendo concluído ou frequentado o 9.º ano de escolaridade e não tendo qualquer qualificação profissional, pretendam entrar na

vida activa. Tem a duração mínima de 960 horas, em regime diurno; a sua organização é flexível, incluindo formação escolar e formação em contexto de trabalho real. Confere certificado de qualificação profissional de nível II e/ou diploma de conclusão do 9.º ano de escolaridade.

O Instituto Nacional de Estatística define alguns conceitos relativos à educação e formação que se passam a transcrever:

ÁREA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Refere-se ao conteúdo principal do curso, competências ou saberes, para os quais se pretende qualificar o aluno/formando, sem para este efeito, atribuir relevância ao nível formal ou complexidade das aprendizagens.

CURSO GERAL DO ENSINO BÁSICO

Curso que oferece no ensino formal um conjunto muito alargado de condições para a apropriação de conhecimentos básicos humanísticos, científicos, artísticos, e de desenvolvimento pessoal nos aspectos físico, intelectual e social, normalmente sob a forma de conjuntos de disciplinas e actividades extracurriculares.

CURSO GERAL DO ENSINO SECUNDÁRIO

Curso de três anos lectivos de duração (10º, 11º e 12ºano), com acesso após a conclusão com sucesso do 9º ano de escolaridade obrigatória, estruturado em componentes (disciplinas) de formação geral, específica e técnica/artística, com maior carga horária na segunda componente, tendo em vista o prosseguimento de estudos no Ensino Superior. Este curso organiza-se em torno de quatro diferente agrupamentos disciplinares: Científico e Natural; Artes; Económico-Social e Humanidades. Confere um diploma de estudos secundários.

CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL INICIAL (CEFPI)

Cursos de iniciação profissional ou de formação profissional inicial para jovens detentores de seis ou nove anos de escolaridade com idades superiores a 15 anos. A organização do curso é flexível e compreende formação escolar e formação profissional em contexto de trabalho. Confere qualificação profissional de nível II e atribuição de grau de equivalência ao 9º ano de escolaridade.

EDIFÍCIO ESCOLAR

Toda a construção independente delimitando um recinto fechado e coberto, destinado a instalações de salas de aula gerais e especiais e outras dependências para actividades escolares ou para-escolares. No caso de pavilhões pré-fabricados considera-se como edifício cada pavilhão isolado ou um grupo de pavilhões contíguos, independente de estarem ou não ligados por galerias cobertas.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Modalidade de educação escolar que visa a recuperação e integração sócio-educativas dos indivíduos com necessidades educativas específicas devidas a deficiências físicas e/ou mentais. Organiza-se, preferencialmente, segundo modelos diversificados de integração, em estabelecimentos de ensino regular, tendo em conta as necessidades de atendimento diferenciado, traduzido em planos de estudo, condições de aprendizagem e acompanhamento específicos. Os alunos nesta situação beneficiam do apoio de educadores especializados.

EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR

Educação não escolar, complementar ou substituta da formação escolar, que pode ser realizada em estruturas de extensão cultural do sistema escolar ou noutras, designadamente autarquias e associações culturais e recreativas. Consiste num subsistema de educação permanente e de formação contínua, permitindo a cada indivíduo complementar a formação escolar ou suprir a sua carência. Inclui a alfabetização e a educação de base de adultos.

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Educação ministrada às crianças de 3 e mais anos que não atingiram ainda a idade escolar obrigatória.

ENSINO BÁSICO

Nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção do aluno em esquemas orientados para a vida activa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito.

ENSINO BÁSICO 1º CICLO

Ensino de quatro anos globalizante, da responsabilidade de um professor único, que pode ser coadjuvado em áreas especializadas.

ENSINO BÁSICO 2º CICLO

Ensino de dois anos que se organiza por áreas interdisciplinares de formação básica e se desenvolve, predominantemente, em regime de um professor por área.

ENSINO BÁSICO 3º CICLO

Ensino com a duração de três anos (grupo etário 13-15) que se organiza segundo um plano curricular unificado, integrando também áreas vocacionais diversificadas e desenvolvendo-se em regime de professor por disciplina ou grupo de disciplinas

ENSINO RECORRENTE

Modalidade especial de educação escolar a que têm acesso todos os indivíduos que ultrapassaram a idade normal de frequência do Ensino Básico e do Ensino Secundário, respectivamente 15 e 18 anos, sem terem tido oportunidade de se enquadrarem no sistema de ensino regular ou sem terem obtido qualquer certificação, por insucesso ou abandono precoce do ensino regular. Com organização curricular, metodologias e avaliação específicas, atribui diplomas e certificados equivalentes aos do ensino regular.

ENSINO REGULAR

Actividades de ensino ministradas no âmbito da estrutura educativa estabelecida pela Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86, de 14 de Outubro) e que se destinam à maioria dos alunos que frequentam o sistema de ensino dentro dos limites etários previstos na lei: até aos 14 anos para a escolaridade obrigatória e até aos 17 anos para o ensino secundário.

ENSINO SECUNDÁRIO

Nível do ensino regular que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida activa - Cursos Tecnológicos. Ambos os tipos de cursos têm a duração de três anos, correspondentes ao 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade.

ENSINO SECUNDÁRIO GERAL

Uma das vias do ensino secundário, que tem como objectivo a preparação para a continuação dos estudos no ensino superior. Com a duração de três anos lectivos - 10º, 11º e 12º anos de escolaridade - organiza-se em agrupamentos de disciplinas, correspondentes às grandes áreas do conhecimento, com dominantes: Científica e Natural, Artes, Económica e Social e Humanidades. Após a conclusão com aproveitamento, é conferido o diploma do ensino secundário

ENSINO SECUNDÁRIO PROFISSIONAL

Ensino que tem por objectivo imediato a preparação técnica para o exercício de uma profissão ou de um ofício. Confere um diploma de qualificação profissional do nível III e um diploma de estudos secundários.

ENSINO SECUNDÁRIO TECNOLÓGICO

Ensino com a duração de três anos lectivos - 10º, 11º e 12º anos de escolaridade - que se destina a jovens que desejem ingressar no mundo do trabalho após o 12º ano de escolaridade tendo, no entanto, a possibilidade de ingresso no ensino superior. Organiza-se em agrupamentos de disciplinas com dominantes: Científica e Natural, Artes, Económica e Social e Humanidades. Confere um diploma de qualificação profissional de nível III e um diploma de estudos secundários.

SISTEMA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Compreende o sistema de educação e formação do Ministério da Educação e os sistemas de formação que atribuem certificação reconhecida pelo Ministério da Educação e com equivalência escolar aos graus do sistema educativo.

SISTEMA DE ENSINO

Estrutura mais ou menos rígida que se compõe de graus que se sucedem de modo ininterrupto e aos quais correspondem grupos etários determinados.

SISTEMA EDUCATIVO

Sistema social que engloba o conjunto da organização educacional de um país, incluindo as suas finalidades, estruturas, instituições de ensino e de gestão, programas de estudo, modalidades de aprendizagem e de avaliação, critérios de promoção, reconhecimento das diversas formações assim como os seus recursos humanos, técnicos e financeiros.

TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO

Proporção da população residente que está a frequentar um grau de ensino, relativamente ao total da população residente do grupo etário correspondente às idades normais de frequência desse grau de ensino.

TAXA DE ANALFABETISMO

Taxa definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considera-se que essa idade corresponde aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário.

TAXA LÍQUIDA DE ESCOLARIZAÇÃO

Proporção da população residente, do grupo etário correspondente às idades normais de frequência de um ciclo de estudos, que está a frequentar esse ciclo de estudos, relativamente ao total da população residente desse grupo etário.

4. ENQUADRAMENTO REGIONAL E URBANO

A Carta Educativa da VALIMAR ComUrb incide sobre a Comunidade Urbana da Vale-e-Mar, a qual abrange uma área global de 1670 km² e 221.338 habitantes (censos de 2001), distribuídos por seis municípios, nomeadamente, Arcos de Valdevez, Caminha, Esposende, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo.



Fig.3 - Localização dos concelhos que integram a VALIMAR ComUrb

ARCOS DE ALDEVEZ

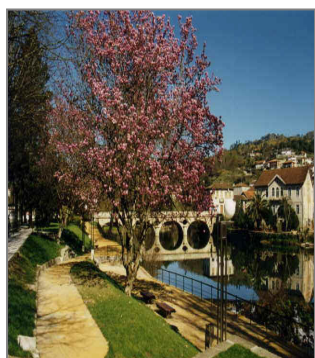


Fig. 4 - Arcos de Valdevez

O concelho de Arcos de Valdevez integra-se no distrito de Viana do Castelo, região do Alto-Minho. São a fronteira com Espanha a este, e a proximidade dos centros urbanos do Porto, Braga, Viana do Castelo e Vigo, os aspectos a realçar na localização geográfica do concelho. Arcos de Valdevez é um dos maiores concelhos do país, ocupando uma área de 450 Km² com uma população de 26.976 habitantes, distribuída por 51 freguesias, integra-se na sua quase totalidade, no complexo montanhoso Peneda-Gerês. O seu limite sul é traçado pelo rio Lima, na sua secção superior. É constituído por três unidades morfológicas fundamentais, depressão fluvial do rio Vez e secção do rio Lima, onde o primeiro conflui; área montanhosa integrada nas serras da Peneda-Gerês; área acidentada, a oeste, que se estende para leste. O vale do Vez, atravessando o território municipal de norte a sul e deixando para leste e oeste zonas montanhosas, constitui uma unidade peculiar, já que nele se concentra a maior parte da população e da actividade do concelho e coincide com o principal eixo de circulação, a EN101 que liga Braga a Monção. A construção do IC 28 alterou de forma significativa as acessibilidades a Arcos de Valdevez, permitindo de uma forma rápida e cómoda chegar aos principais centros regionais, o que contribui para que as acessibilidades deixem de ser um factor condicionante do desenvolvimento do concelho.

CAMINHA



Fig.5 - Caminha

Inserido no distrito de Viana do Castelo, o concelho de Caminha abrange uma área de cerca de 138 km² que acolhe uma população de 17.069 habitantes, distribuída por 20 freguesias. Os vales do Rio Minho, do Rio Coura e do Rio Âncora estruturam o território, conferindo-lhes um papel importante na organização do território . “Para chegar ao concelho de Caminha existe a A3, que através da saída de Ponte de Lima, Paredes de Coura ou Valença, permite um acesso relativamente rápido. Vindo pelo IC1, a entrada no concelho faz-se através da EN13, junto à costa atlântica, embora já estejam a decorrer as obras de construção do IC1 até Caminha. Outra opção é a utilização da via-férrea, através da linha do Minho, onde os comboios, de acordo com os horários estabelecidos pela CP, param na Estações ou Apeadeiros do concelho²..

O concelho é limitado a sul pelo concelho de Viana do Castelo, a norte pelo rio Minho, a nascente pelos concelhos de Vila Nova de Cerveira e Ponte de Lima e a poente pelo Oceano Atlântico. Caminha encontra-se geograficamente localizado num ponto estratégico, a cerca de 90 km da cidade do Porto e a 45 minutos do aeroporto Sá Carneiro.

ESPOSENDE



Fig. 6 - Esposende

Esposende é um dos 305 concelhos do país e situa-se a Norte, no Minho, pertencendo ao distrito de Braga. Deste distrito, com 14 concelhos, é o único com território litoral. Limitam-no a norte o concelho de Viana do Castelo, a sul o concelho de Póvoa do Varzim e a nascente o concelho de Barcelos. O Oceano Atlântico banha-o a poente numa extensão aproximada de 18 km, o seu território estende-se por uma área de 95,18 km², representando 3,41% da área total do distrito de Braga. O concelho de Esposende, tinha, em 2001, 33.325 habitantes, e é atravessado a sul pelo rio

Cávado e a norte pelo rio Neiva. Em termos coreográficos, o concelho apresenta diferenças notórias que podem ser identificadas como: *planície litoral* que se estende desde Apúlia a S. Paio de Antas, com níveis de altitude pouco variáveis e apresentando cotas muito baixas. Caracteriza-se pelos terrenos férteis, de grande apetência para os produtos hortícolas, abundância de seixos de origem marinha o que nos prova que nesta plataforma se espraíram as águas do Oceano Atlântico. *Arriba*, que limita a nascente a plataforma litoral, estende-se entre S. Paio de Antas e Palmeira de Faro. Apresenta uma altitude média de 200 metros. Pelos vestígios geológicos verifica-se que foi talhada pelo mar, no próprio granito, durante o Período Quaternário. *Planalto interior*, apresenta altitudes que chegam aos 280 metros, e caracteriza-se pela abundância de bosques e matas, uma agricultura mais virada para a pecuária. Fazem parte do concelho 15 freguesias, sendo a de maior dimensão a de Marinhãs com 11,7 km², e a mais pequena a freguesia de Esposende com 1,85 km².

PONTE DE LIMA



Fig. 7 - Ponte de Lima

Ponte de Lima é um concelho do Alto Minho, integrado no distrito de Viana do Castelo, que abrange uma boa parte da bacia inferior do rio Lima e se alarga até ao vale do rio Neiva. As 51 freguesias compõem a geografia de um concelho que se estende por 321 km² e que alberga 44.247 habitantes. A diversidade fisiográfica, geológica e climática proporciona-lhe uma considerável variedade de recursos e potencialidades, de paisagens, de costumes e de tradições. Esta multiplicidade de aspectos traduz-se numa riqueza cultural que se revê no acervo patrimonial edificado, erudito ou popular, mas expressivo de todas as épocas, gostos e mentalidades. A vila de Ponte de Lima caracteriza-se essencialmente por ser uma zona de forte impacto turístico, um concelho com um vasto acervo patrimonial, quer arquitectónico, quer arqueológico, quer paisagístico, um importante nó de comunicações rodoviárias, reforçando ao nível das acessibilidades, as suas ligações com os grandes pólos urbanos de Viana do Castelo e Braga, com a auto-estrada Porto-Braga-Valença e com os eixos viários IP1 e o IC28. Ponte de Lima é

² Fonte: Site da CMC

hoje, um museu vivo de recordações e testemunhos que merecem o respeito e são motivo de justo orgulho de toda a população.

PONTE DA BARCA



Fig. 8 - Ponte da Barca

Integrado no distrito de Viana do Castelo, o concelho de Ponte da Barca estende-se ao longo de uma área que ronda os 185 km². Com uma população de 12.915 habitantes, distribuída por 25 freguesias, Ponte da Barca situa-se na margem esquerda do rio Lima, a 39 km de Viana do Castelo. Ponte da Barca deve o seu topónimo à barca que, até aos finais do século XV, fazia a travessia do rio na maioria das vezes transportando peregrinos a caminho de Santiago de Compostela. A Ponte substituiu a barca medieval, mas o nome da vila honrou as duas: a primeira pela sua monumentalidade, a segunda pela história.

VIANA DO CASTELO



Fig. 9 - Viana do Castelo

O concelho de Viana do Castelo, atravessado pelo rio Lima está contido entre as bacias de dois rios secundários: o Âncora a norte e o Neiva a sul. A oeste entesta no Oceano Atlântico, mas a leste é uma pequena ribeira que na margem direita do Lima o divide do concelho de Ponte de Lima e é a cadeia dos montes de Geraz que deste concelho o separa. O rio Neiva quase define a sua fronteira com os concelhos de Barcelos e Esposende e o rio Âncora dividi-o do concelho de Caminha. O espaço destes seus 319 km² é ocupado por 40 freguesias. Somente a partir de meados do século XX, Viana do Castelo viu instaladas algumas indústrias, tendo sido pioneira a construção naval, indústrias que dinamizaram toda a economia. A cidade tornou-se, a partir de então, um importante pólo de atracção.

5. CARACTERIZAÇÃO/ DIAGNÓSTICO

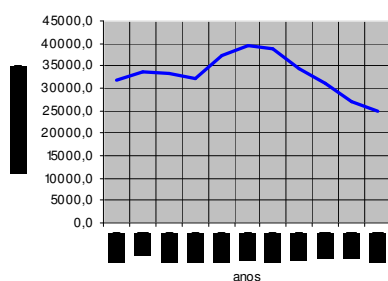
A fase de caracterização/diagnóstico teve por base a organização definida no “Manual para a elaboração da Carta Educativa” e apresentada no relatório da 1ª fase da Carta Educativa Intermunicipal da VALIMAR ComUrb.

5.1 CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÓMICA

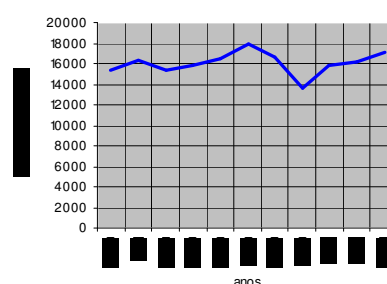
5.1.1 CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA

Evolução e Distribuição da População

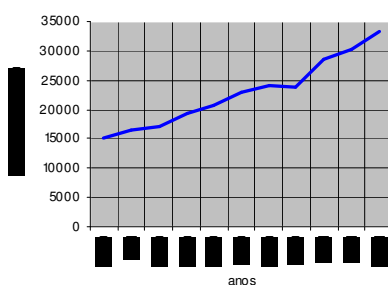
Evolução da População em Arcos de Valdevez



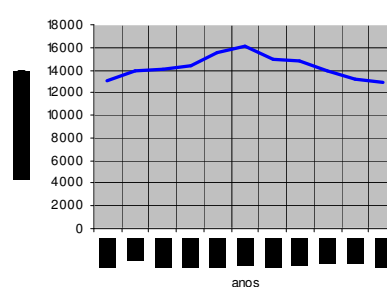
Evolução da População em Caminha

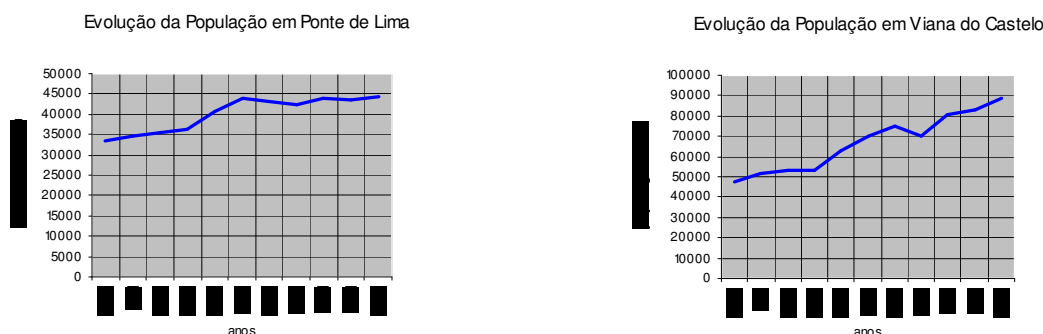


Evolução da População em Esposende



Evolução da População em Ponte da Barca





Gráf. 1 a 6 - Evolução da População nos concelhos da VALIMAR ComUrb
Fonte: INE, Censos

A evolução da população dos concelhos de Arcos de Valdevez, Caminha, Esposende, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo apresenta, desde 1900, duas realidades distintas quer em termos temporais quer espaciais:

- **até 1960 registou-se um crescimento moderado da população fruto essencialmente de taxas de natalidade e mortalidade elevadas que resultaram em crescimentos demográficos pouco significativos;**
- **a partir de 1960, não se pode fazer uma leitura idêntica para os concelhos sendo notória a diferença entre aqueles que apresentam desde aí uma diminuição da população – Ponte da Barca e Arcos de Valdevez e aqueles cuja evolução se assemelha à evolução nacional como é o caso de Ponte de Lima, Viana do Castelo, Esposende e Caminha (evolução sentida neste último, após na década de 60, ter registado uma quebra populacional muito elevada.**
- **Nos concelhos de Ponte de Lima, Viana do Castelo e Caminha a tendência de perda populacional dos anos 60 foi interrompida a partir dos anos 70/80 em que as taxas de variação da população passaram para valores positivos.**
- **Relativamente a Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, apesar de ainda apresentarem entre 1991 e 2001 taxas de crescimento negativas, registou-se uma diminuição deste indicador, invertendo a tendência de perdas populacionais acentuadas.**

- No que respeita ao concelho de Esposende, apenas se registaram taxas de crescimento negativas na década de 60, tendo na década seguinte registado a variação positiva mais elevada de toda a região(+20.8%).

A evolução da população da VALIMAR ComUrb resulta de uma série de acontecimentos que ocorreram em Portugal e que justificam as dinâmicas apresentadas, nomeadamente:

- a emigração na década de 60, que ao não ser compensada pelo crescimento natural, resulta em perdas significativas de população.
- o regresso dos emigrantes dos países desenvolvidos da Europa e dos retornados das ex-colónias, devido às crises petrolíferas e após a revolução de 25 de Abril de 1974, que justifica a inversão da tendência de perda que se acentuava desde os anos 60.
- a situação demográfica actual é, no caso de Viana do Castelo, Ponte de Lima e Caminha, de crescimento moderado em resultado da conjugação de um crescimento natural positivo e de um crescimento migratório positivo no caso de Viana do Castelo e Caminha e negativo na caso de Ponte de Lima.
- em termos regionais acentua-se a diferença entre Viana do Castelo, Esposende e Caminha e os outros concelhos do interior. Ponte de Lima só na década de 90, é que se aproxima das dinâmicas de Viana do Castelo, sendo “clara a separação do território em litoral e interior, correspondendo às regiões litorais taxas de crescimento efectivo positivas, embora de reduzida amplitude, enquanto a perda de população é uma constante nas regiões interiores...”³

A evolução da população nas freguesias acompanhou as tendências dos concelhos sendo que se registam algumas disparidades internas ao nível da evolução da população de 1991 para 2001 que resultam, em termos gerais, no maior dinamismo populacional das sedes de concelho e distrito e perdas de população nas freguesias com um carácter mais rural.

Assim, em todos os concelhos registaram-se variações de população positivas nas freguesias que compõem as sedes de concelho e freguesias envolventes. No caso de Viana do Castelo

³ Dulce Pimentel e Rita Brito (1994) - “As gentes e a sua distribuição” in Portugal – Perfil Geográfico, Dir. Raquel Soeiro de Brito, referência/editorial estampa.

assiste-se a um fenómeno característico da última década em várias cidades portuguesas em que o Centro Histórico – Monserrate – perde população fruto do envelhecimento populacional e do parque habitacional com menores condições de habitabilidade e preços mais elevados, levando a população a adquirir habitação nova nas freguesias da periferia.

A evolução da população acima descrita resulta numa distribuição desequilibrada da população quer em termos regionais quer em termos locais – Mapa da Densidade Populacional em 2001. Assim, e tendo em consideração a região da VALIMAR ComUrb, as freguesias ribeirinhas apresentam densidades superiores às freguesias serranas. Esta distribuição origina uma faixa mais ou menos larga em torno do rio Lima caracterizada por densidades mais elevadas em oposição ao norte dos concelhos de Viana do Castelo e Ponte de



Fig. 10 - Povoamento disperso das freguesias rurais
– Vista da EN 201, Ponte de Lima

Lima (serra d'Arga) e à zona noroeste dos concelhos de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca (PNPG) que apresentam baixas densidades decorrentes essencialmente das características orográficas do território.

Em termos populacionais, as freguesias que concentram maior número de habitantes são as das sedes de concelho, sendo que as únicas que registam valores entre os 5.000 e os 10.000 habitantes são

Darque, Meadela, St^a Maria Maior e Monserrate, em Viana do Castelo e Marinhas, em Esposende.

Em termos de povoamento, são de assinalar três principais tipos de povoamento que conferem à região uma grande diversidade de organização do território. Assim, registam-se formas de povoamento concentrado – nas cidades, e vilas sede de concelho – que se vai tornando disperso à medida que nos afastamos destas para as freguesias rurais.

Apesar da maior dispersão, nas áreas rurais ribeirinhas existe uma tendência para a concentração ao longo dos principais eixos de comunicação que constituem o principal elemento estruturante do território, ressaltando daí a tipologia de povoamento linear.

Relativamente às freguesias serranas, os aglomerados populacionais concentram-se em determinados pontos do território nomeadamente junto às ribeiras (base das vertentes) ou, a meia encosta em zonas de rechãs ou portelas (Zonas Planas).

Quadro 1 e 2 - População, Famílias e Alojamentos em 1991 e 2001

Freguesias	População N.º	%	Famílias Clássicas N.º	%	Alojamento Familiar Clássico N.º	%	Edifícios N.º	%
Arcos de Valdevez	24761	11,19	9159	13,08	16173	14,31	14799	16,89
Caminha	17069	7,71	5676	8,11	12011	10,63	8047	9,18
Esposende	33325	15,06	9482	13,54	17144	15,17	12935	14,76
Ponte da Barca	12909	5,83	4302	6,15	6940	6,14	6086	6,94
Ponte de Lima	44343	20,03	13229	18,90	18527	16,40	16812	19,18
Viana do Castelo	88931	40,18	28156	40,22	42188	37,34	28956	33,04
VALIMAR ComUrb	221338	6,00	70004	6,78	112983	7,04	87635	7,96
Norte	3687293		1210631		1605157		1100329	

Fonte: 1991: Censos 1991; 2001: Censos 2001

Freguesias	População	Famílias Clássicas	Alojamentos Familiares Clássicos	População	Famílias Clássicas	Alojamentos Familiares Clássicos	Variação		
							População	Famílias	Alojamentos
	1991	1991	1991	2001	2001	2001	91/01	91/01	91/01
	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	N.º	%	%	%
Arcos de Valdevez	26976	9262	15396	24761	9159	16173	-8,21	-1,11	4,84
Caminha	16207	4893	9164	17069	5676	12011	5,32	16,00	31,07
Esposende	30101	8081	12440	33325	9482	17144	10,71	17,34	37,81
Ponte da Barca	13142	3977	6299	12909	4302	6940	-1,77	8,17	10,18
Ponte de Lima	43421	11516	15963	44343	13229	18527	2,12	14,87	16,06
Viana do Castelo	83095	23579	33491	88931	28156	42188	7,02	19,41	25,97
VALIMAR ComUrb	212942	61308	92753	221338	70004	112983	3,94	14,18	21,81
Norte	3472715	1008923	1278948	3687293	1210631	1605157	6,18	19,99	25,51

Fonte: 1991: Censos 1991; 2001: Censos 2001

As dinâmicas apresentadas que diferenciam os concelhos em análise são igualmente detectáveis através da distribuição do número de famílias clássicas, alojamentos familiares clássicos e edifícios. Relativamente à distribuição da população verifica-se que o concelho de Viana do Castelo apresenta os valores mais elevados na região da Vale-e-Mar, no que respeita à população, famílias clássicas e alojamentos familiares, concentrando respectivamente 40,18%, 40,22% e 37,34%. Igualmente de assinalar é o reduzido peso relativo dos concelhos

de Ponte da Barca e Caminha. Enquadrado na região norte, a VALIMAR ComUrb apresenta um peso relativamente reduzido no que respeita às variáveis em análise.

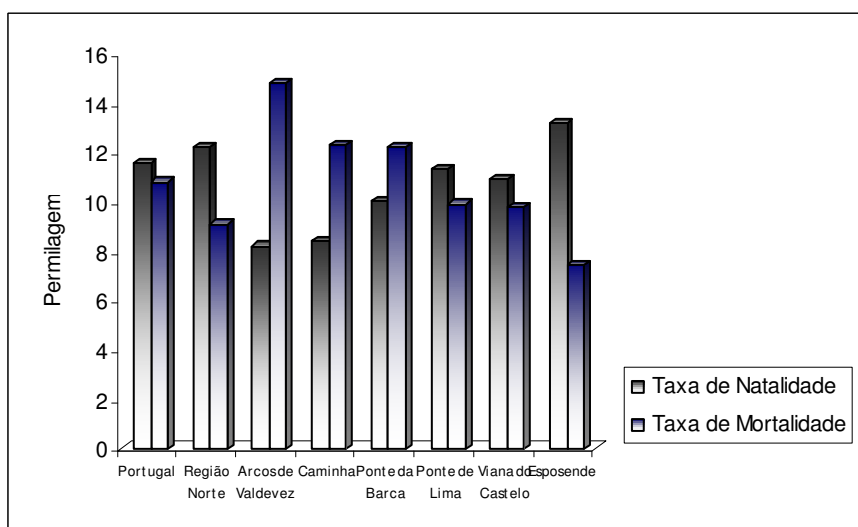
Da análise da variação do número de famílias, podemos concluir que a diminuição da população, dos concelhos em análise, se deve à conjugação de factores como a redução do número de famílias e da sua dimensão derivado da (e)migração para centros urbanos mais dinâmicos e da opção dos casais em ter menos filhos. Os concelhos demograficamente mais dinâmicos registam um aumento considerável do número de famílias derivado do peso da população adulta na estrutura etária concelhia. A variação destes indicadores no contexto da VALIMAR ComUrb quando comparada com as médias da região norte, apresenta dinâmicas bastante favoráveis.

Os baixos valores da relação entre o número de famílias e de alojamentos revela a existência de muitos alojamentos desocupados derivado da ausência das famílias (emigração) ou de 2ª habitação (casa de fim-de-semana). Relativamente ao número de alojamentos por edifício verifica-se o predomínio da habitação unifamiliar dado que só Viana do Castelo apresenta valores significativamente superiores a 1 (1,5).

Movimento Demográfico

A evolução da população resulta de quatro factores essenciais relativos ao movimento natural e migratório da população: natalidade, mortalidade, emigração, imigração.

Analisando o movimento natural da população e tendo por base os indicadores demográficos para 2001 temos uma quota parte da justificação da evolução da população referida anteriormente.



Gráf. 7 - Movimento Natural da População, 2001

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Relativizando a realidade concelhia à escala nacional, verificamos que ao contrário das dinâmicas nacionais e da Região Norte os concelhos de Arcos de Valdevez, Caminha e Ponte da Barca apresentam valores negativos do crescimento natural, ou seja, taxas de natalidade inferiores às taxas de mortalidade, o que não se verifica com os outros três concelhos.

A evolução dos indicadores demográficos, nos seis concelhos (quadros 3 a 8), justifica a evolução da população descrita anteriormente. Assim, nos últimos seis anos, os concelhos que perderam população apresentam crescimentos naturais negativos o que associado à saída de população justifica as perdas populacionais – Arcos de Valdevez, e Ponte da Barca. Relativamente a Caminha, Ponte de Lima, Esposende e Viana do Castelo a variação positiva

da última década tem razões diferentes, ou seja, no concelho Ponte de Lima o crescimento natural conseguiu compensar o saldo migratório negativo, enquanto Caminha, Esposende e Viana do Castelo apresentaram saldos naturais e migratórios positivos o que justifica a taxa de crescimento destes concelhos, superiores à média da região norte.

O facto destes indicadores se correlacionarem de forma positiva com a estrutura etária justifica a sua evolução, ou seja, quanto mais envelhecida a estrutura etária menores os valores de natalidade e maiores os da mortalidade. Por outro lado, o desenvolvimento sócio-económico de determinados centros em relação a outros justifica a capacidade de atrair e/ou fixar população permitindo que os saldos migratórios não sejam negativos.

À semelhança da realidade portuguesa e da região norte, a população da região da Vale-e-Mar encontra-se na encruzilhada entre um envelhecimento e despovoamento no interior e a forte concentração urbana no litoral e sedes de concelho.

INDICADORES DEMOGRÁFICOS

Quadro 3 a 8 – Evolução dos Indicadores Demográficos

ARCOS DE VALDEVEZ

	NADOS-VIVOS	TOTAL OBITOS	OBITOS 0 -1 ano	POP. TOTAL	Tx. Natalidade	Tx. Mortalidade	Tx. Crescimento Natural	Tx de Mortalidade Infantil
1996	190	381	0	25692	7,40	14,83	-7,43	0,0
1997	186	396	2	25396	7,32	15,59	-8,27	10,8
1998	178	372	0	25117	7,09	14,81	-7,72	0,0
1999	210	377	2	24870	8,44	15,16	-6,71	9,5
2000	209	402	0	24601	8,50	16,34	-7,85	0,0
2001	165	400	4	24268	6,80	16,48	-9,68	24,2
Total	1138	2328	8	149944	7,59	15,53	-7,94	7,0

Fonte: INE, ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS

CAMINHA

	NADOS-VIVOS	TOTAL OBITOS	OBITOS 0 -1 ano	POP. TOTAL	Tx. Natalidade	Tx. Mortalidade	Tx. Crescimento Natural	Tx de Mortalidade Infantil
1996	145	218	2	16551	8,76	13,17	-4,41	13,79
1997	156	210	3	16605	9,39	12,65	-3,25	19,23
1998	152	193	0	16681	9,11	11,57	-2,46	0,00
1999	144	219	0	16730	8,61	13,09	-4,48	0,00
2000	146	176	0	16840	8,67	10,45	-1,78	0,00
2001	161	200	1	16934	9,51	11,81	-2,30	6,21
Total	904	1216	6	100341	9,01	12,12	-3,11	6,64

Fonte: INE, ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS.

PONTE DA BARCA

	NADOS-VIVOS	TOTAL OBITOS	OBITOS 0 -1 ano	POP. TOTAL	Tx. Natalidade	Tx. Mortalidade	Tx. Crescimento Natural	Tx de Mortalidade Infantil
1996	135	189	0	12994	10,39	14,55	-4,16	0,0
1997	122	190	1	12901	9,46	14,73	-5,27	8,2
1998	133	138	0	12871	10,33	10,72	-0,39	0,0
1999	127	155	1	12819	9,91	12,09	-2,18	7,9
2000	149	174	0	12771	11,67	13,62	-1,96	0,0
2001	125	148	1	12718	9,83	11,64	-1,81	8,0
Total	791	994	3	77074	10,26	12,90	-2,63	3,8

Fonte: INE, ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS.

PONTE DE LIMA

	NADOS-VIVOS	TOTAL OBITOS	OBITOS 0 -1 ano	POP. TOTAL	Tx. Natalidade	Tx. Mortalidade	Tx. Crescimento Natural	Tx de Mortalidade Infantil
1996	507	425	3	43994	11,52	9,66	1,86	5,9
1997	513	484	4	43880	11,69	11,03	0,66	7,8
1998	496	392	0	43892	11,30	8,93	2,37	0,0
1999	504	442	2	43867	11,49	10,08	1,41	4,0
2000	529	425	3	43889	12,05	9,68	2,37	5,7
2001	484	462	5	43805	11,05	10,55	0,50	10,3
Total	3033	2630	17	263327	11,52	9,99	1,53	5,6

Fonte: INE, ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS.

VIANA DO CASTELO

	NADOS-VIVOS	TOTAL OBITOS	OBITOS 0 -1 ano	POP. TOTAL	Tx. Natalidade	Tx. Mortalidade	Tx. Crescimento Natural	Tx de Mortalidade Infantil
1996	932	803	4	85611	10,89	9,38	1,51	4,3
1997	920	778	7	86018	10,70	9,04	1,65	7,6
1998	925	815	7	86419	10,70	9,43	1,27	7,6
1999	930	833	5	86823	10,71	9,59	1,12	5,4
2000	935	797	5	87312	10,71	9,13	1,58	5,3
2001	869	763	3	87875	9,89	8,68	1,21	3,5
Total	5511	4789	31	520058	10,60	9,21	1,39	5,6

Fonte: INE, ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS.

ESPOSENDE

	NADOS-VIVOS	TOTAL OBITOS	OBITOS 0 -1 ano	POP. TOTAL	Tx. Natalidade	Tx. Mortalidade	Tx. Crescimento Natural	Tx de Mortalidade Infantil
1996	450	250	4	31631	14,23	7,90	6,32	8,89
1997	397	246	1	31888	12,45	7,71	4,74	2,52
1998	417	272	1	32154	12,97	8,46	4,51	2,40
1999	454	283	6	32469	13,98	8,72	5,27	13,22
2000	471	253	5	32868	14,33	7,70	6,63	10,62
2001	463	263	2	33342	13,89	7,89	6,00	4,32
Total	2652	1567	19	194352	13,65	8,06	5,58	7,16

Fonte: INE, ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS.

Intra-concelhos, as freguesias rurais apresentam, na sua maioria, crescimentos naturais negativos o que justifica a evolução da população nas últimas décadas. Não tendo dados relativos aos movimentos migratórios por freguesia apenas podemos afirmar, de forma empírica, que ao movimento natural acresce a saída de população das freguesias com um carácter mais rural para as sedes de concelho ou mesmo para fora do concelho em direcção a centros urbanos mais dinâmicos dentro da VALIMAR ComUrb, à Área Metropolitana do Porto e ao estrangeiro.

Quadro 9 - Saldos Migratórios entre 1991 e 2001

População com idade >10 anos	Arcos de Valdevez	Caminha	Ponte da Barca	Ponte de Lima	Viana do Castelo	Esposende
10-14	42	65	-36	96	380	165
15-19	-181	127	-46	18	479	152
20-24	-715	0	-244	-496	-56	-30
25-29	-661	-147	-306	-680	-376	-161
30-34	-179	-19	-129	-326	-42	-2
35-39	48	135	50	93	519	197
40-44	126	119	80	137	499	136
45-49	135	72	35	207	478	183
50-54	173	141	85	79	425	83
55-59	220	122	107	168	466	59
60-64	308	140	153	183	495	109
65-69	286	180	125	189	384	88
70-74	56	111	16	-57	74	-65
75-79	-122	-11	-43	-63	-169	-50
80-84	-231	-10	-28	-210	-255	-19
85+	35	112	36	-37	181	47
Saldo Migratório	-661	1137	-144	-700	3480	892
Pop91	26976	16207	13142	43421	83095	30101
Tx Migração	-2,45	7,02	-1,10	-1,61	4,19	2,96

Fonte: Elaboração própria e INE, Censos 2001

Os saldos migratórios são o principal factor explicativo da actual situação demográfica dos concelhos. Dada a escassez de informação estatística oficial, os saldos migratórios entre 1991 e 2001 foram calculados tendo por base a diferença entre a população esperada, em 2001, com base no crescimento natural/probabilidade de sobrevivência de cada grupo etário e a população observada no censos de 2001.

A vantagem desta metodologia prende-se com o facto de se poder aferir os saldos migratórios por grupo etário, permitindo detectar dinâmicas que a análise genérica não identifica.

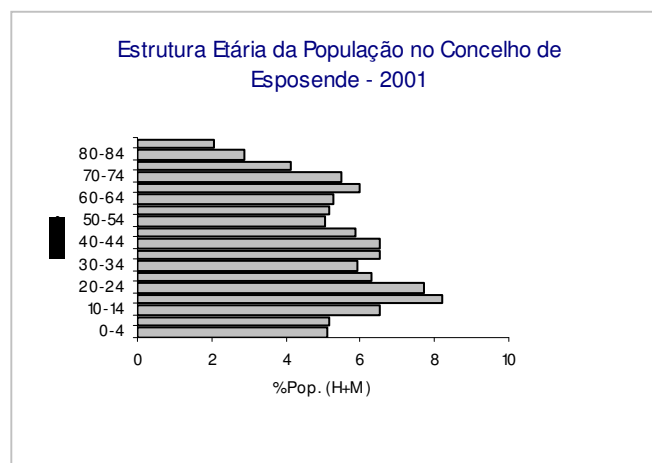
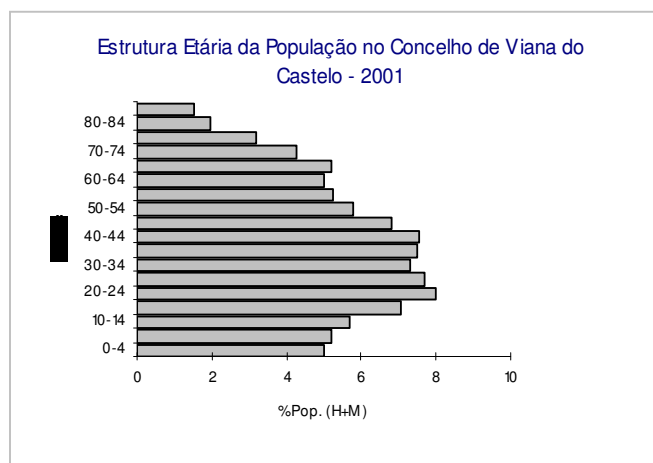
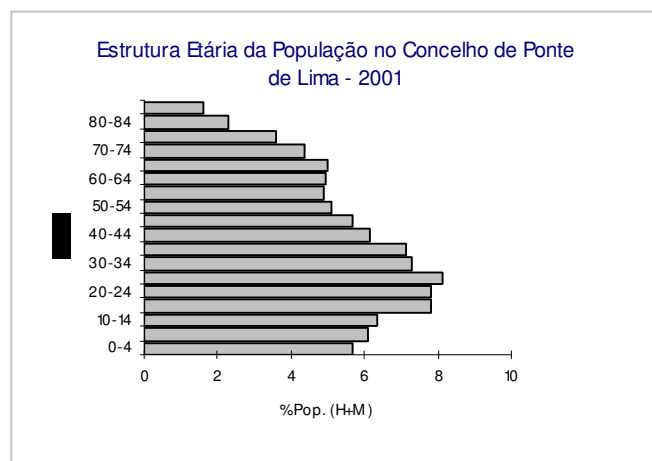
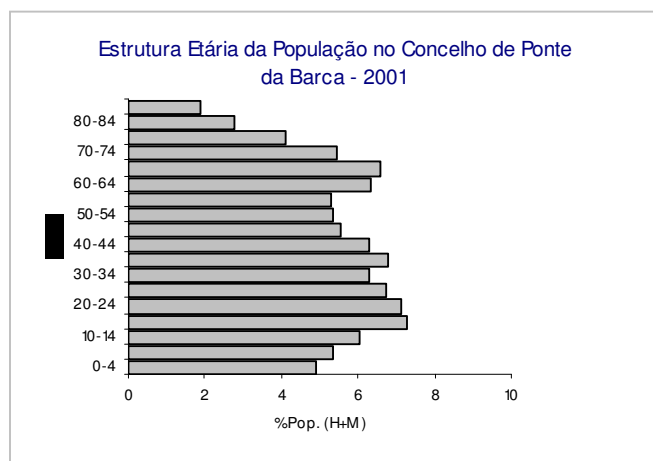
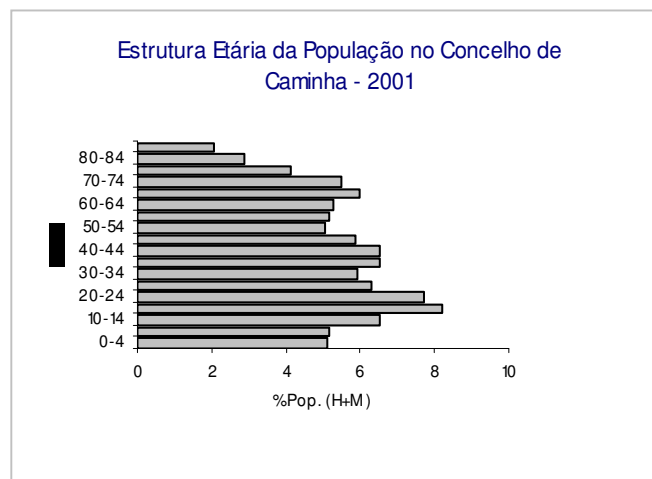
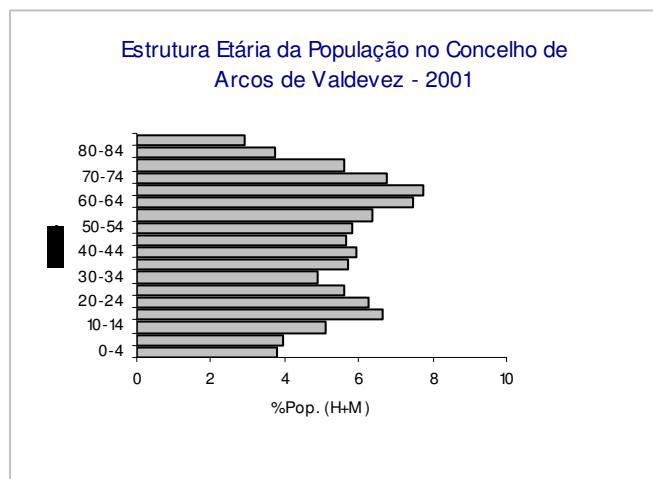
O dinamismo demográfico de Viana do Castelo, Caminha e Esposende resultou da capacidade destes concelhos em atrair população (taxa de migração de 4,19%, 7,02% e 2,96%, respectivamente). No entanto é de referir que, apesar de serem diminutas, registaram-se perdas

de população activa jovem. Por seu lado, todos os outros concelhos perderam população, mas ressalta o facto de Ponte da Barca ter uma taxa de migração negativa inferior à de Ponte de Lima. Esta situação poderá ser justificada pelo facto de Ponte da Barca ter perdido menos população activa jovem que Ponte de Lima.

Relativamente ao grupo etário dos 10 aos 14 anos verifica-se que todos os concelhos, à excepção de Ponte da Barca, apresentam um saldo positivo o que estará relacionado com a capacidade de fixar e atrair casais jovens. No entanto, em termos percentuais, este grupo etário apresenta uma menor percentagem de população fruto das baixas taxas de natalidade. Por seu lado, todos os concelhos apresentam saldos positivos da população activa adulta e idosa o que estará certamente relacionado com o regresso de emigrantes que fixam residência no local de origem ou nos centros urbanos mais dinâmicos – Viana do Castelo.

Relativamente à perda de população idosa, esta poderá estar relacionada com a saída da população com mais de 75 anos para junto dos filhos a residir fora do concelho mas prende-se essencialmente com a elevada taxa de mortalidade específica destes grupos etários, apesar da diminuição verificada de 1991 para 2001.

Estrutura Etária



Gráf. 8 a 13 - Pirâmides Etárias, 2001
Fonte: INE, Censos 2001

A análise da estrutura etária da população fornece informações sobre a história demográfica de uma determinada região. A distribuição da população por grandes grupos etários reflecte aspectos conjunturais que afectam os territórios em determinado período. A proporção existente entre os três grandes grupos etários (jovens, adultos e idosos) merece especial atenção devido ao facto dos inactivos (jovens e idosos) exercerem uma pressão de dependência sobre os activos (adultos) dado que consomem parte da riqueza produzida por estes últimos.

A estrutura etária do concelho de Arcos de Valdevez reflecte desde 1991 uma tendência para o envelhecimento quer na base quer no topo da pirâmide, apresentando, em 2001, uma estrutura etária envelhecida (Índice de Envelhecimento de 208,2%).

As pirâmides etárias de Caminha, Esposende, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo são características de uma população adulta em que se regista uma forte diminuição da população da base da pirâmide devido à diminuição da natalidade já anteriormente referida e uma elevada percentagem de adultos.

A diminuição da natalidade deriva igualmente de uma mudança cultural relativa à natalidade, ou seja, o trabalho dos filhos deixou de ser visto como uma fonte de rendimento do agregado familiar, havendo portanto uma maior preocupação com o desenvolvimento sócio-profissional destes, que acarreta custos que o casal pondera. Por último é patente o aumento da esperança média de vida e a entrada de população adulta e idosa (regresso de emigrantes), que se reflecte no topo da pirâmide.

A distribuição da população por grandes grupos etários, em 2001, por freguesias revela que as freguesias do norte dos concelhos de Viana do Castelo e Ponte de Lima e a nascente de Arcos de Valdevez são as que apresentam uma maior percentagem de população idosa. Relativamente à população jovem, os concelhos de Caminha, Esposende e Ponte de Lima são aqueles que apresentam uma situação mais favorável já que a maioria das freguesias tem uma percentagem de jovens elevada.

Perspectivas Demográficas - Tendências da população residente nos concelhos de Arcos de Valdevez, Caminha, Esposende, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo – Horizonte 2001 – 2011

A projecção da população por grupos etários é talvez uma das componentes mais importantes de toda a componente sócio-económica associada às cartas Educativas. É com base nas projecções demográficas que se irão fundamentar os cenários relativos ao (re)ordenamento da rede educativa e formativa dado que a evolução da população permite aferir qual a evolução da procura e consequentemente adaptar a oferta a estas realidades. O cruzamento da informação resultante das projecções demográficas da população residente, com a projecção da população escolar, conforme metodologia definida no volume III, permite identificar situações de carência, assim como situações em que o peso da população flutuante é importante como é o caso das sedes de concelho.

Avaliar as perspectivas demográficas de um determinado território constitui-se como condição imperativa para a correcta definição das diferentes redes - genericamente na adequação da oferta de determinados bens e serviços à procura real e/ou potencial.

Face a um instrumento de gestão da rede educativa como as Cartas Educativas, importa precisamente perspectivar a população para o horizonte temporal de 10 anos, por forma a adequar / apontar as principais debilidades das diferentes estruturas face ao desenvolvimento demográfico esperado, quer no que se refere à construção de novos equipamentos e infraestruturas, quer como instrumento central da definição de estratégias de criação de emprego e de desenvolvimento socio-económico dos concelhos.

A elaboração de qualquer estimativa de população tem por base a equação fundamental da demografia – a equação de concordância:

$$pt + n = pt + Nt, t + n - Mt, t + n \pm SMt, t + n$$

Partindo de uma população no tempo t (pt) vai-se obter a população pt+n desde o tempo t até a t+n que é o resultado do incremento dos nascimentos durante o período (Nt, t+n), retirando os óbitos (Mt, t+n) e somando ou subtraindo os saldos migratórios (SMt, t+n).

A resposta à necessidade de perspectivar a população por grupos etários surge com a formulação do modelo de “*cohorte survival*”. Este modelo baseia-se na noção de cohorte (geração) e na probabilidade que um determinado grupo etário tem de vir a constituir o grupo etário seguinte, passado o período de tempo considerado (igual ao da *cohorte*). Assim, este modelo obriga ao estudo detalhado dos padrões de mortalidade, através da elaboração das respectivas tábuas de mortalidade.

MODELO DE “COHORTE SURVIVAL” ABERTO

Na década de 60, Rogers (1966, 1968) desenvolveu o modelo original incluindo as migrações. Apesar do avanço qualitativo pela integração das taxas de migração, o modelo continua a não dar resposta às origens e destinos desses movimentos migratórios.

O funcionamento deste modelo assenta em três elementos base da equação de concordância:

- **a natalidade** – taxa específica por grupos etários. É uma taxa específica porque a ponderação é realizada pela população total do grupo, não ocorrendo uma repartição por sexos;
- **a mortalidade** – expressa por probabilidade de sobrevivência de cada cohorte;
- **as migrações** por grupo etário que apresentam alguns problemas pois as estatísticas não permitem um fácil acesso a esta informação. Estes valores são calculados pela diferença entre a população recenseada nos últimos censos (2001) e a população esperada para os diferentes grupos etários, tendo em conta apenas o crescimento natural.

Apesar dos avanços metodológicos, este modelo apresenta ainda algumas deficiências no que respeita à projecção dos grupos etários com idade inferior a 10 anos dado que parte de alguns pressupostos que poderão falsear os resultados. No entanto, a vantagem de perspectivar a população por grupos etários tendo em atenção o crescimento natural e migratório supera estas deficiências permitindo dispor de um instrumento capaz de salientar alguns acontecimentos que resultam da análise da estrutura etária da população de determinado território.

CENÁRIO 1

Pressupõe que a variação da população seria o resultado do saldo fisiológico com uma taxa de migração nula.

Neste cenário considera-se nula a migração o que significa que as variações da população resultam da manutenção do saldo fisiológico verificado entre 1991 e 2001.

ESTE CENÁRIO É O MENOS PROVÁVEL DADO QUE SE PREVÊ QUE OS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS NA PRÓXIMA DÉCADA CONTINUEM A EXPLICAR A VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO NOS CONCELHOS

CENÁRIOS 2 e 3

O Cenário 2, pressupõe a manutenção das tendências actuais das diferentes taxas utilizadas (natalidade, mortalidade e migração) e no Cenário 3, a variação da população é resultado do saldo fisiológico actual com a taxa de migração alterada para metade do registado na última década.

Assim, o segundo e terceiro cenários acrescentam ao saldo fisiológico, os movimentos migratórios. No caso do cenário dois, assume-se que quer o saldo fisiológico, quer o migratório se vão manter na próxima década enquanto no Cenário 3 o saldo migratório é metade do verificado na década de 90.

A inclusão dos movimentos migratórios significa a diminuição dos grupos etários relativos à população jovem activa, considerado como o grupo que maior peso tem nas saídas de população, justificando de algum modo os saldos migratórios negativos.

De uma forma geral, a evolução da população, nos concelhos, será o resultado da diminuição da taxa de natalidade e mortalidade, resultante do aumento da esperança média de vida à nascença, bem como do saldo migratório que irá condicionar de forma decisiva a estrutura etária dos concelhos na próxima década.

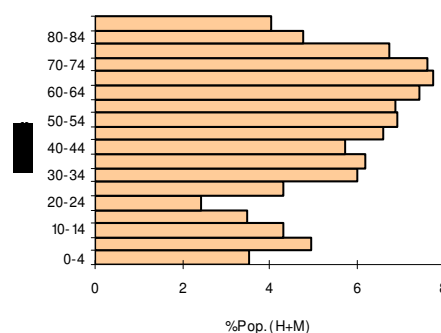
ARCOS DE VALDEVEZ

Quadro 10 – Projeções da População - 2011

	2001	2011		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
0-4	942	800	800	800
5-9	975	1116	1116	1116
10-14	1267	940	982	961
15-19	1640	974	793	883
20-24	1545	1265	550	908
25-29	1388	1635	974	1304
30-34	1209	1529	1350	1439
35-39	1414	1347	1394	1370
40-44	1465	1163	1288	1225
45-49	1408	1359	1493	1426
50-54	1448	1393	1566	1480
55-59	1574	1336	1556	1446
60-64	1856	1370	1677	1524
65-69	1921	1460	1745	1602
70-74	1670	1661	1717	1689
75-79	1393	1643	1521	1582
80-84	930	1308	1077	1193
85+	716	873	908	890
Total	24761	23171	22510	22840

Fonte: Elaboração própria e INE, Censos 2001

Estrutura Etária da População no Concelho de Arcos de Valdevez - 2011 (cenário2)



Gráf. 14 - Estrutura Etária de Arcos de Valdevez, 2011

O concelho de **Arcos de Valdevez** vê a sua população diminuir fruto da manutenção da taxa de crescimento natural e migratória negativas. A introdução dos movimentos migratórios diminuir a população principalmente porque se regista uma diminuição acentuada da população jovem e jovem activa (dos 10 aos 29 anos). No caso do cenário dois, a variação da população de 2001 para 2011 é na ordem dos -9,15%, muito semelhante à verificada na última década, enquanto no cenário 1 regista-se apenas uma diminuição de - 6.4%.

À semelhança do que aconteceu na última década, o concelho vê diminuir o número de jovens e aumentar a população idosa fruto da diminuição da natalidade, do regresso de emigrantes/migrantes e do aumento da esperança média de vida.

A maior percentagem de população idosa resulta do aumento da esperança média de vida à nascença que será em 2011 de 74,5 anos, tendo como principal consequência o aumento do índice de envelhecimento no concelho.

Relativamente à população escolar correspondendo às classes dos 0 aos 4 anos, dos 5 aos 9 anos e dos 10 aos 14 anos, regista-se, de 2001 para 2011, uma diminuição da população dos 0 aos 4 anos de 142 crianças e dos 10 aos 14 anos de 285 crianças. Esta diminuição resulta das baixas taxas de natalidade dos anos 90 e de se prever a continuação de taxas de natalidade reduzidas (esta situação poderá ser alterada se o concelho conseguir atrair população activa com filhos em idade escolar). A população dos 5 aos 9 anos, apesar de ser a que tem maior probabilidade de erro, regista um aumento, o que vem de encontro às perspectivas nacionais em que a população do ensino básico do 1º ciclo irá aumentar.

Tendo em conta as percentagens de população para os grupos escolares, definidas pelo Ministério da Educação⁴ e considerando o total da população do cenário dois – 22.510 habitantes, temos:

Quadro 11 - População Escolar em 2011, em Arcos de Valdevez

Grupos Etários	População Residente 2001*	População Escolar em 2001** N.º	População Escolar em 2001 % da pop. total	População Prevista 2011	População Escolar 2011	
					Mínimo	Máximo
3-5 (2.4-4.6)	538	332	1.3	480	540	1.035
6-9 (4.0-6.7)	785	847	3.4	893	900	1.507
10-14 (6.3-9.5)	1267	1284	5.2	981	1.417	2.137
15-17 (3.9-6.1)	959	510	2.1	584	877	1.372
Total	24.761			22.510		

* INE, Censos 2001

** Base Dados VALIMAR ComUrb

Este cenário indica-nos, tendo em consideração os valores mínimos, um aumento da população escolar de todos os níveis de ensino, embora mais significativo no pré-escolar e secundário do que nos outros níveis em que se prevê a manutenção do número de alunos em relação à população escolar existente em 2002. Estes aumentos prendem-se com o facto destes níveis de ensino serem os que mais longe estão das percentagens médias apontadas pelo Ministério de Educação.

⁴ Fonte: ME-DAPP-“Critérios de Reordenamento da Rede Educativa, 2000

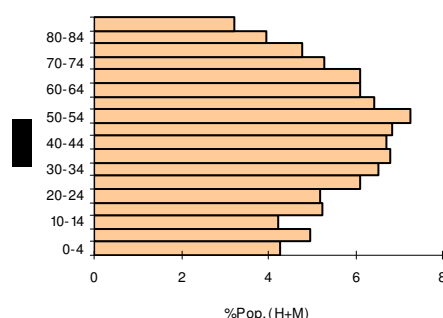
CAMINHA

Quadro 12 – Projeções da População - 2011

	2001	2011		
		Cenário1	Cenário 2	Cenário 3
0-4	704	774	774	774
5-9	822	898	898	898
10-14	938	703	769	736
15-19	1261	822	949	885
20-24	1216	938	938	938
25-29	1116	1256	1109	1182
30-34	1112	1198	1179	1189
35-39	1185	1094	1229	1162
40-44	1214	1095	1214	1154
45-49	1086	1165	1238	1201
50-54	1028	1178	1319	1248
55-59	1008	1040	1161	1101
60-64	915	963	1103	1033
65-69	986	926	1106	1016
70-74	903	843	954	898
75-79	702	876	865	871
80-84	474	728	718	723
85+	399	467	579	523
Total	17069	16963	18101	17532

Fonte: Elaboração própria e INE, Censos 2001

Estrutura Etária da População no Concelho de Caminha - 2011 (cenário2)



Gráf. 15 - Estrutura Etária de Caminha, 2011

O concelho de Caminha regista, de 2001 para 2011, uma evolução favorável da população. O cenário 2 apresenta-se como o mais favorável resultando numa variação positiva de 6%.

Da análise da pirâmide etária podemos afirmar que o peso percentual da população jovem (0-9 anos) vai diminuir, apesar de em termos absolutos se registar um aumento. A estrutura etária é característica de uma população adulta, onde o peso deste grupo etário é bastante relevante. Quanto à população activa jovem verifica-se um aumento dos efectivos em todos os cenários o que resulta da capacidade do concelho em fixar/atraindo população activa.

Quadro 13 – População Escolar em 2011, em Caminha

Grupos Etários	População Residente 2001*	População Escolar em 2001** N.º	População Escolar em 2001 % da pop. total	População Prevista 2011	População Escolar 2011	
					Mínimo	Máximo
3-5 (2.4-4.6)	443	420	2,5	490	434	833
6-9 (4.0-6.7)	660	697	4,1	720	724	1.213
10-14 (6.3-9.5)	938	1.128	6,6	769	1.140	1.720
15-17 (3.9-6.1)	750	723	4,2	569	706	1.104
Total	17.069			18.101		

* INE, Censos 2001

** Base Dados VALIMAR ComUrb

A estimativa da população escolar, com base na percentagem dos vários grupos etários, resulta na manutenção da população em todos os níveis de ensino, em resultado da situação no concelho de Caminha ser idêntica aos valores-padrão definidos pelo Ministério da Educação. Saliente-se que no caso de Caminha, tal como Viana do Castelo, o facto de existirem agrupamentos intermunicipais e de existirem escolas que exercem uma forte atractividade sobre os concelhos vizinhos, resulta numa percentagem mais elevada de alunos a frequentar os vários níveis de ensino

Assim, se considerarmos a percentagem de alunos matriculados em 2001 relativamente à população escolar que frequenta o 1º ciclo, em 2001 (4,1%), o número mínimo de aluno do 1º ciclo, em 2011, será de 724 alunos o que quer dizer que haverá um aumento de 3,9% no número de alunos de 2001 para 2011.

A projecção da população escolar, a considerar para a proposta de reordenamento da rede educativa, terá em consideração a população escolar e a produtividade do sistema e não o peso percentual do grupo etário com idade própria para a frequência de determinado nível, pelo que os valores agora apresentados são apenas valores de referência a completar com uma metodologia mais rigorosa.

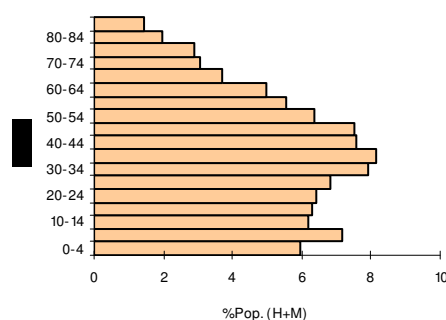
ESPOSENDE

Quadro 14 – Projeções da População - 2011

	2001	2011		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
0-4	2117	2194	2194	2194
5-9	2176	2635	2635	2635
10-14	2387	2110	2275	2192
15-19	2688	2172	2324	2248
20-24	2923	2383	2353	2368
25-29	2818	2673	2512	2593
30-34	2686	2902	2900	2901
35-39	2640	2798	2995	2896
40-44	2318	2654	2790	2722
45-49	2035	2581	2764	2672
50-54	1814	2249	2332	2291
55-59	1391	1969	2028	1998
60-64	1326	1716	1826	1771
65-69	1334	1276	1364	1320
70-74	1023	1189	1124	1157
75-79	814	1112	1061	1087
80-84	487	736	717	726
85+	348	480	528	504
Total	33325	35829	36722	36276

Fonte: Elaboração própria e INE, Censos 2001

Estrutura Etária da População no Concelho de Esposende - 2011



Gráf. 16 - Estrutura Etária de Esposende, 2011

A evolução da população entre 2001 e 2011 regista um aumento considerável, apresentando no caso do cenário 2 uma taxa de crescimento de 10%. De todos os concelhos da VALIMAR ComUrb este é o que apresenta a taxa de crescimento mais elevada, resultando na manutenção de uma elevada percentagem de população jovem e activa. No que à população em idade escolar diz respeito, o concelho de Esposende apresenta uma variação positiva muito elevada da população dos 5 aos 9 anos (22%).

Relativamente à população escolar, verifica-se que só ao nível do ensino secundário é que a percentagem de população escolar é inferior ao peso médio destes grupos definido pelo Ministério da Educação. Desta situação resulta que o maior aumento da população escolar será ao nível do ensino secundário e não dos níveis inferiores.

Quadro 15 – População Escolar em 2011, em Esposende

Grupos Etários	População Residente 2001*	População Escolar em 2001**	População Escolar em 2001 % da pop. total	População Prevista 2011	População Escolar 2011	
		N.º			Mínimo	Máximo
3-5 (2.4-4.6)	1261	1.136	3,4	1405	881	1.689
6-9 (4.0-6.7)	1744	1.913	5,7	2108	1.469	2.460
10-14 (6.3-9.5)	2387	2.588	7,8	2275	2.313	3.489
15-17 (3.9-6.1)	1581	732	2,2	1394	1.432	2.240
Total	33.325			36.722		

* INE, Censos 2001

** Base Dados VALIMAR ComUrb

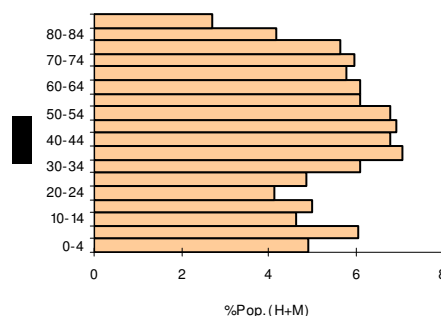
PONTE DA BARCA

Quadro 16 – Projeções da População - 2011

	2001	2011		
		Cenário1	Cenário 2	Cenário 3
0-4	633	637	637	637
5-9	691	785	785	785
10-14	780	632	597	615
15-19	938	691	645	668
20-24	921	778	534	656
25-29	869	933	627	780
30-34	810	916	787	851
35-39	875	861	911	886
40-44	810	798	878	838
45-49	713	862	898	880
50-54	693	794	879	837
55-59	681	679	786	732
60-64	816	638	791	714
65-69	847	621	747	684
70-74	705	755	771	763
75-79	530	774	731	753
80-84	356	566	538	552
85+	241	312	348	330
Total	12909	13033	12889	12961

Fonte: Elaboração própria e INE, Censos 2001

Estrutura Etária da População no Concelho de Ponte da Barca - 2011 (Cenário2)



Gráf. 17 - Estrutura Etária de Ponte da Barca, 2011

No concelho de **Ponte da Barca** em qualquer dos cenários, as variações da população são muito diminutas pelo que podemos concluir que o concelho de Ponte da Barca irá manter a sua população, conseguindo desta forma inverter, na próxima década, a tendência de perdas populacionais.

O aspecto mais relevante da estrutura etária é o aumento dos efectivos da base da pirâmide – população dos 0 aos 9 anos de idade. Pelo contrário, a população dos 10 aos 34 anos regista uma diminuição fruto das reduzidas taxas de natalidade dos anos 90 e da saída de população activa jovem dos 20 aos 34 anos. Como aspecto muito positivo é a manutenção da população activa dos 35 aos 45 anos, decorrente da capacidade do concelho em atrair/fixar os seus efectivos por encontrarem aqui condições económicas e sociais que não encontraram em décadas anteriores.

Quadro 17 - População Escolar em 2011, em Ponte da Barca

Grupos Etários	População Residente 2001*	População Escolar em 2001** N.º	População Escolar em 2001 % da pop. total	População Prevista 2011	População Escolar 2011	
					Mínimo	Máximo
3-5 (2.4-4.6)	349	214	1,7	381	309	593
6-9 (4.0-6.7)	569	638	4,9	628	516	864
10-14 (6.3-9.5)	780	853	6,6	632	812	1.224
15-17 (3.9-6.1)	556	291	2,3	415	503	786
	12.909			12.889		

* INE, Censos 2001

** Base Dados VALIMAR ComUrb

A estimativa da população escolar com base na percentagem dos vários grupos etários, resulta no aumento considerável da população da educação pré-escolar e do ensino secundário. Relativamente ao ensino básico do 1º, 2º e 3º ciclos, as percentagens de população escolar do concelho são superiores aos mínimos de referência. Assim, se se considerar a percentagem de alunos matriculados em 2001 relativamente à população de 2001 (4,9%) o número de aluno do 1º ciclo, em 2011, será de 619 alunos o que quer dizer que se manterá o número de alunos de 2001 para 2011. Relativamente ao pré-escolar e secundário, os aumentos resultam do facto de as percentagens actuais serem muito inferiores aos mínimos referentes às médias das NUT III, pelo que se pressupõe que o número de crianças inscritas no pré-escolar irá aumentar e que a baixa percentagem de alunos a frequentar o ensino secundário (2%) irá aumentar pelo menos para os níveis mínimos de 3,9%.

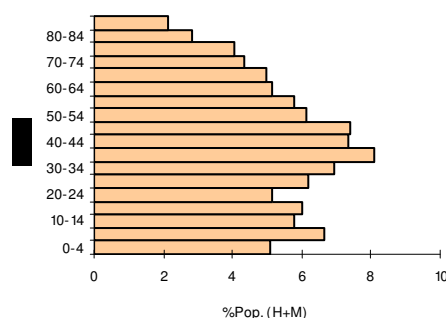
PONTE DE LIMA

Quadro 18 – Projecções da População - 2011

	2001	2011		
		Cenário1	Cenário 2	Cenário 3
0-4	2510	2292	2292	2292
5-9	2692	3000	3000	3000
10-14	2817	2501	2597	2549
15-19	3468	2687	2705	2696
20-24	3473	2813	2317	2565
25-29	3609	3453	2773	3113
30-34	3229	3441	3115	3278
35-39	3169	3558	3651	3605
40-44	2720	3176	3313	3244
45-49	2517	3122	3328	3225
50-54	2258	2668	2747	2708
55-59	2177	2421	2589	2505
60-64	2196	2141	2323	2232
65-69	2220	2046	2234	2140
70-74	1944	2002	1945	1973
75-79	1601	1892	1829	1860
80-84	1020	1486	1277	1381
85+	723	1004	966	985
Total	44343	45701	45002	45351

Fonte: Elaboração própria e INE, Censos 2001

Estrutura Etária da População no Concelho de Ponte de Lima - 2011 (Cenário2)



Gráf. 18 - Estrutura Etária de Ponte de Lima, 2011

A estrutura etária de **Ponte de Lima** irá manter as mesmas características verificadas na década anterior caracterizando-se por ser um estrutura etária adulta. Assim, apenas há a registar desequilíbrios na base da pirâmide provenientes das reduzidas taxas de natalidade da década de 90 que não serão suficientes para resultarem em diminuições da população. Desta forma, o concelho de Ponte de Lima irá apresentar um crescimento de 1,4% no caso do cenário dois e de 2,2% no cenário três, mantendo desta forma a tendência de ganhos populacionais já verificada na década de 90.

O peso da população idosa não será aqui significativo pelo que a população adulta/activa não terá que suportar uma população dependente, registando-se neste caso baixas relações de dependência quer jovem quer idosa.

Quadro 19 – População Escolar em 2011, em Ponte da Lima

Grupos Etários	População Residente 2001*	População Escolar em 2001** N.º	População Escolar em 2001 % pop. total	População Prevista 2011	População Escolar 2011	
					Mínimo	Máximo
3-5 (2.4-4.6)	1525	1.063	2,4	1516	1.080	2.070
6-9 (4.0-6.7)	2165	2.386	5,4	2400	1.800	3.015
10-14 (6.3-9.5)	2817	2.922	6,6	2596	2.835	4.274
15-17 (3.9-6.1)	2020	815	1,8	1623	1.755	786
Total	44.343			45701		

* INE, Censos 2001

** Base Dados VALIMAR ComUrb

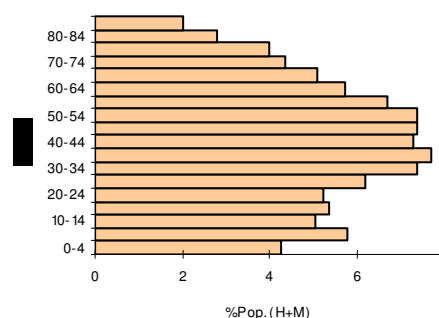
Relativamente à população escolar, a situação deste concelho é totalmente diferente já que só no ensino secundário é que as percentagens da população escolar são inferiores aos mínimos para este nível de ensino. Neste caso, os objectivos prender-se-ão com o aumento da população a frequentar o ensino secundário e relativamente aos outros níveis com o aumento das taxas de escolarização.

VIANA DO CASTELO

Quadro 20 – Projectões da População - 2011

	2001	2011		
		Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
0-4	4433	4061	4061	4061
5-9	4605	5493	5493	5493
10-14	5024	4426	4806	4616
15-19	6271	4601	5080	4841
20-24	7079	5022	4966	4994
25-29	6828	6251	5875	6063
30-34	6469	7026	6984	7005
35-39	6635	6771	7289	7030
40-44	6706	6413	6912	6663
45-49	6047	6543	7021	6782
50-54	5138	6568	6993	6781
55-59	4660	5879	6345	6112
60-64	4438	4952	5447	5200
65-69	4592	4425	4809	4617
70-74	3787	4069	4143	4106
75-79	2810	3968	3799	3883
80-84	1748	2915	2660	2787
85+	1361	1748	1929	1839
Total	88631	91131	94611	92871

Estrutura Etária da População no Concelho de Viana do Castelo - 2011



Gráf. 19 - Estrutura Etária de Viana do Castelo, 2011

Fonte: Elaboração própria e INE, Censos 2001

O concelho de **Viana do Castelo** é o que apresenta, em qualquer dos cenários, uma perspectiva mais optimista já que em todos eles se verificam aumentos de população. Esta situação deriva não só do aumento da taxa de crescimento natural como, e principalmente, da atracção que o concelho exerce sobre a população dos outros concelhos do distrito.

À semelhança de Ponte de Lima, só se registarão desequilíbrios na base da pirâmide decorrentes da diminuição da população jovem e activa jovem. De salientar que, em relação a Ponte de Lima, por exemplo, a percentagem de população jovem será menor fruto de uma menor taxa de natalidade características dos centros urbanos de maior dimensão.

Quadro 21 – População Escolar em 2011, em Viana do Castelo

Grupos Etários	População Residente 2001*	População Escolar em 2001** N.º	População Escolar em 2001 % pop. total	População Prevista 2011	População Escolar 2011	
					Mínimo	Máximo
3-5 (2.4-4.6)	2685	2.270	2,5	2723	2.270	4.352
6-9 (4.0-6.7)	3684	3.973	4,5	4394	3.784	6.338
10-14 (6.3-9.5)	5024	5.527	6,2	4806	5.960	8.987
15-17 (3.9-6.1)	3534	3.434	3,9	3048	3.689	5.771
Total	88.631			96.611		

* INE, Censos 2001

** Base Dados VALIMAR ComUrb

Conforme analisado em pormenor no capítulo referente ao ensino, o concelho de Viana do Castelo é o que apresenta uma melhor situação relativamente a todos os níveis de ensino. Desta forma, a manutenção das actuais percentagens referentes aos mínimos implica a manutenção ou ligeiro aumento da população escolar nos próximos 10 anos.

CONCLUSÃO

Em todos os concelhos, e em qualquer cenário, verifica-se, de 2001 para 2011, o aumento dos grupos etários dos 1 aos 9 anos de idade o que se revela como uma alteração profunda das tendência até agora registadas. Deste modo, e à semelhança do que se tem perspectivado para a realidade nacional, **todos os concelhos irão assistir a um aumento da população a ingressar na educação pré-escolar e no ensino básico do 1º ciclo, enquanto no 2º, 3º ciclos e no secundário verificar-se-á uma manutenção/aumento da população escolar** não pelo

facto de haver mais jovens em idade escolar mas mais pelo facto das taxas de escolarização tenderem a aumentar.

Como conclusões gerais podemos destacar:

- 1. a taxa de crescimento natural tende a aumentar ligeiramente na próxima década resultante do efeito positivo de entrada de população activa em idade de procriar que poderá compensar a saída de população;*
- 2. a dinâmica demográfica resultará da evolução dos movimentos migratórios e da capacidade dos concelhos em atrair e fixar população;*
- 3. na estrutura etária dos concelhos assistiremos a uma diminuição da percentagem de população do grupo etário dos 10 aos 14 anos e a um aumento considerável da população idosa;*
- 4. os índices de dependência jovem e idosa irão diminuir, fruto principalmente da elevada percentagem de população adulta.*

O facto das projecções demográficas terem por base os movimentos migratórios da última década, leva-nos a introduzir algumas considerações que poderão alterar estes cenários e que interessa referir:

- a **melhoria das acessibilidades rodoviárias**, que confere aos concelhos uma centralidade que na década anterior não possuíam e que poderá ser um factor positivo de atracção de investimento externo e de pessoas, salientando-se os efeitos positivos da conclusão do IP9 e IC 28, ligação litoral e interior e da A28 e IC1 ligação norte/ sul;
- igualmente pela **melhoria das acessibilidades internas**, a ligação das zonas rurais às sedes de concelho e às principais acessibilidades, permitirá diminuir o isolamento daquelas e desta forma um acesso mais facilitado a bens e serviços;
- o **investimento em infraestruturas de saneamento e oferta de solo industrial**, permitirá continuar a política de **desenvolvimentos dos pólos e parques empresariais** cujos efeitos multiplicadores permitirá o desenvolvimento equilibrado da economia regional;
- **Viana do Castelo** assumir-se-á cada vez mais como o pólo centralizador de funções e serviços de nível superior, nomeadamente ao nível da educação e formação,

discutindo com Braga a capacidade de atrair investimentos e população;

- Os concelhos de **Arcos de Valdevez e Ponte da Barca**, à semelhança da década anterior, conseguirão diminuir a variação negativa da população, contribuindo assim para um desenvolvimento mais equilibrado e coeso da região da VALIMAR ComUrb.

Com estas referências apenas se pretende chamar a atenção para o facto das projecções funcionarem como um importante indicador demográfico que deve ser correlacionado com outros que possibilitem de forma clara perspectivar as dinâmicas a que os concelhos estarão sujeitos.

De referir que os movimentos migratórios serão sem dúvida um factor fundamental de evolução da população pelo que a capacidade de atrair e fixar população por parte dos diferentes concelhos decorrente de investimento público, ou não, será fundamental para justificar a evolução da população durante a próxima década.

Síntese Diagnóstico da componente demográfica

A caracterização demográfica permite retirar algumas ilações que resultam na síntese diagnóstico da situação actual onde são identificadas potencialidades, estrangulamentos/problemas, oportunidades e tendências tendo por base um cenário de evolução tendencial de algumas variáveis analisadas.

Mais uma vez se chama a atenção para o facto das tendências serem o resultado de uma extrapolação da situação actual, pelo que os objectivos estratégicos que suportarão a definição do programa base de intervenção serão o resultado de um cenário prospectivo estratégico e não prospectivo tendencial como o agora apresentado. Como *inputs* para o estabelecimento destes cenários estratégicos serão consideradas as linhas de acção estratégica, já definidas em instrumentos de planeamento elaborados ou em elaboração, as orientações estratégicas dos executivos camarários, as sugestões oriundas de todos os agentes ligados ao ensino e formação bem como da comunidade em geral.

QUADRO 22 - SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO – COMPONENTE DEMOGRÁFICA

	POTENCIALIDADES	ESTRANGULAMENTOS	OPORTUNIDADES	TENDÊNCIAS
VALIMAR ComUrb	▪ Inversão da tendência de perdas populacionais que caracterizou o território desde os anos 60/70 ▪ Taxas de crescimento populacional de Caminha, Esposende e Viana do Castelo superiores às médias regionais o que confere a estes concelhos o papel de centros dinamizadores de toda a região da Vale-e-Mar ▪ Menor dimensão média da família que permite uma melhor qualidade de vida ▪ Crescimento natural positivo de Esposende, Viana do Castelo e Ponte de Lima o que denota a capacidade de fixar casais em idade de procriar ▪ Baixas Taxas de Mortalidade Infantil relacionada com a melhoria das condições de higienico-sanitárias e de alimentação ▪ Aumento da Esperança média de vida	▪ Perdas populacionais dos concelhos de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, não conseguindo, até à data, inverter esta tendência ▪ Agravamento das disparidades intra-concelhias no que se refere ao dinamismo populacional, aumentando o fosso entre regiões ganhadoras – ribeirinhas e litoral e regiões em perda – serranas ▪ Predomínio dos centros urbanos de reduzida dimensão – até 1999 habitantes ▪ Concentração da população nas freguesias urbanas em detrimento das rurais ▪ Crescimento das periferias em detrimento dos centros históricos, incapazes de fixar população jovem ▪ Taxas de crescimento natural negativo de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca	▪ Benefícios fiscais para casais com um elevado número de filhos – políticas natalistas ▪ Entrada de população activa adulta – emigrantes/migrantes – que poderão aplicar as suas poupanças em actividades produtivas ▪ Entrada de população imigrante qualificada que permitirá equilibrar a oferta de mão-de-obra e rejuvenescer a estrutura etária ▪ Melhoria das acessibilidades externas e internas, enquanto contributo para a fixação de actividades e consequentemente de população, nomeadamente a A28, o IC1, o IP9, o IC 28, bem como as variantes às EN's e a requalificação destas	▪ Manutenção dos efectivos populacionais nos concelhos até agora em perda, invertendo a tendência de perdas populacionais ▪ Concentração da população nos centros urbanos mais dinâmicos ▪ Crescimento das periferias, sujeitas desta forma a fortes pressões urbanísticas, e perdas populacionais dos centros históricos e das freguesias rurais ▪ Aumento das taxas de natalidade derivado da capacidade de fixar casais jovens ▪ Aumento do índice de envelhecimento derivado do aumento da esperança média de vida e da entrada de população activa adulta e idosa

QUADRO SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO (CONTINUAÇÃO)

	POTENCIALIDADES	ESTRANGULAMENTOS	OPORTUNIDADES	TENDÊNCIAS
VALIMAR ComUrb	Entrada de população activa adulta com uma “história de vida” passível de ser partilhada e posta ao serviço do desenvolvimento da região	- Saldos migratórios negativos em Arcos de Valdevez, Ponte da Barca e Ponte de Lima - Incapacidade dos concelhos em fixar população jovem activa resultando em saldos migratórios negativos - Elevado índice de envelhecimento principalmente o que se traduz em elevadas taxas de mortalidade - Envelhecimento da base da pirâmide em resultado da diminuição da natalidade nos anos 90 - Entrada de população activa adulta e de idosos o que faz aumentar o índice de dependência da população idosa	- Desenvolvimento continuado da política dos parques e pólos empresariais, funcionando como um importante factor de atracção e fixação de população, nomeadamente no concelho de Arcos de Valdevez - Processos de revitalização dos centros históricos, permitindo uma maior diversidade funcional – habitação, comércio e serviços	- Continuação das elevadas taxas de mortalidade derivado da elevada percentagem de população idosa – Arcos de Valdevez - Aumento do saldo migratório da população activa jovem derivado da política de apoio à imigração

5.1.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIAL

Indicadores Gerais de Desenvolvimento

Quadro 23 - Indicadores Sociais, 2001

Indicadores Sociais	Região Norte	Arcos de Valdevez	Caminha	Esposende	Ponte da Barca	Ponte de Lima	Viana do Castelo	Período	Unidade
Médicos por 1000 habitante	2.8	0.8	2.9	1.6	1.6	0.7	2.9	2001	Numero
Taxa de Mortalidade Infantil (média)	9.7	8.3	1.3	6.7	4.8	5.5	5.9	Média do Quinquénio 1997/2001	Permilagem
Índice de Envelhecimento	80.1	197.8	142.8	63.0	107.4	90.6	100	2001	Percentagem
Taxa de Analfabetismo (1991)	9.9	21.3	9.6	9.1	20.9	14.3	8.9	1991	Percentagem
Taxa de Analfabetismo (2001)	8.3	20.3	7.1	7.3	16.7	12.0	7.5	2001	Percentagem

Fonte: INE: Retratos Territoriais e Censos de 2001

A análise de alguns indicadores sociais permite aferir o grau de desenvolvimento de um concelho. Os cuidados de saúde correlacionados, na maioria das vezes, com as condições de alimentação, de habitabilidade e de higiene permitem detectar alguns problemas de carácter social que afectam ainda hoje o nosso país. Impõe-se assim uma correcta programação da rede de equipamentos colectivos, nomeadamente educativos e formativos, do acesso a bens e serviços essenciais através da melhoria das acessibilidades e da cobertura da rede de infraestruturas urbanas, etc..

Os indicadores apresentados no quadro 23, indicam exactamente que as condições sociais nos concelhos da VALIMAR ComUrb estão abaixo das médias da Região Norte. A política de concentração da oferta de cuidados de saúde resulta no valor mais elevado de médicos por 1000 habitantes na Região do Norte, dado que este valor é influenciado pelo valor extremo de concentração de médicos nos concelhos da Área Metropolitana do Porto. Os concelhos de Caminha e Viana do Castelo são os que apresentam indicadores, na sua maioria, mais favoráveis do que as regiões de enquadramento.

Relativamente à taxa de mortalidade infantil regista-se um valor superior na Região Norte, fruto da grande diversidade de situações que faz baixar a média, ou seja, existem ainda concelhos com valores muitos elevados deste indicador o que faz aumentar a média da região para 9,7 por 1000.

A taxa de mortalidade infantil é um óptimo indicador do desenvolvimento sócio-económico dos concelhos, pelo que podemos afirmar que a evolução deste indicador, nas últimas décadas, tem sido sempre favorável o que demonstra a melhoria das condições de vida da população, nomeadamente no que se refere à alimentação, higiene e acesso a serviços de saúde.

Relativamente à componente social serão analisados alguns indicadores que permitem aferir o bem estar social da população, pelo que serão analisados de forma mais desenvolvida três componentes:

- condições de habitabilidade
- factores de exclusão – envelhecimento da população e analfabetismo
- fontes de rendimento – taxa de actividade, desemprego e principais meio de vida

Condições de Habitabilidade

Quadro 24 – Alojamentos Familiares, ocupados como residência habitual, segundo as instalações existentes, 2001

Condições de Habitabilidade	Região Norte	Arcos de Valdevez	Caminha	Esposende	Ponte da Barca	Ponte de Lima	Viana do Castelo	Período	Unidade
Alojamento com electricidade	100	98.3	100	99.8	99.1	99.4	100	2001	Percentagem
Alojamento com retrete ligada à rede pública de esgotos	45.1	11	50.7	27.2	17.5	13.7	42.6	2001	Percentagem
Alojamento com água canalizada proveniente de rede pública	66.7	42	91.9	58.6	66.0	37.8	70.8	2001	Percentagem

Fonte: INE: Censos de 2001

A análise das condições de habitabilidade através dos indicadores constantes no quadro 24, referentes ao total de alojamentos familiares, ocupados como residência habitual, segundo as instalações existentes, em 2001, permite identificar quais os concelhos que ainda apresentavam algumas deficiências nos serviços relativos ao saneamento básico e energia eléctrica. Tendo em consideração que estes indicadores estão directamente relacionados com a qualidade de vida das populações, tendo sido o alvo privilegiado do investimento público na última década, pode-se afirmar que no contexto da VALIMAR ComUrb, a rede eléctrica serve a totalidade dos alojamentos, sendo que os principais problemas se colocam ao nível do abastecimento de água mas principalmente da rede pública de esgotos.

Relativamente aos vários concelhos verifica-se que Arcos de Valdevez e Ponte de Lima são os que têm de fazer um maior investimento em termos de abastecimento de água e rede de esgotos. A grande extensão dos concelhos e o aumento da dispersão do povoamento, resulta numa maior dificuldade em aumentar as taxas de cobertura dado o custo mais elevado dessas obras. Assim, a definição de perímetros urbanos que contrariem a tendência para a dispersão e a regulamentação da ocupação do solo rural é um factor fundamental da melhoria das taxas de cobertura das infraestruturas, permitindo uma melhoria significativa das condições de habitabilidade e uma diminuição dos custos de infraestruturização.

Factores de Exclusão Social – Índice de Envelhecimento e Taxa de Analfabetismo

Através do índice de envelhecimento, da taxa de analfabetismo e do nível de instrução pode-se aferir de que modo as populações poderão estar mais sujeitas a situações de pobreza e exclusão social dado que os idosos e a população com menores qualificações são considerados como indivíduos mais desprotegidos.

Desta forma pretende-se ter uma imagem de quais as realidades socialmente mais preocupantes já que é sobre estas que terão de ser definidas, de forma prioritária, acções que assegurem o bem-estar desta população.

Relativamente aos dois primeiros indicadores, eles estão directamente interligados já que a uma população mais idosa correspondem taxas de analfabetismo maior.

Não esquecendo que a exclusão social é um fenómeno multidimensional, a distribuição espacial de alguns indicadores possibilita a percepção de diferentes realidades no interior da VALIMAR ComUrb.

O índice de envelhecimento, em 2001, por freguesias, transmite uma imagem muito clara da realidade socio-demográfica dos vários concelhos, diferenciando a região da Vale-e-Mar em duas realidades distintas – as zonas litorais/ribeirinhas, das zonas serranas/montanha.

Esta leitura genérica do território da VALIMAR ComUrb, complementa-se com as disparidades internas dos concelhos sendo possível identificar, nos concelhos de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, a “força”/juventude das freguesias ao longo do eixo urbano Arcos de Valdevez-Ponte da Barca em oposição às freguesias mais rurais.

Nestas, o predomínio da população idosa vivendo em aglomerados que ao longo dos tempos foram perdendo a sua população é uma imagem somente contrariada pela “força” das relações de proximidade que se estabeleceram entre os habitantes, pelo equilíbrio que se estabeleceu entre a população e o meio natural que suporta a economia rural, pelo património natural que as “desvantagens” da posição geográfica tem permitido manter.

Índice de Envelhecimento, 2001

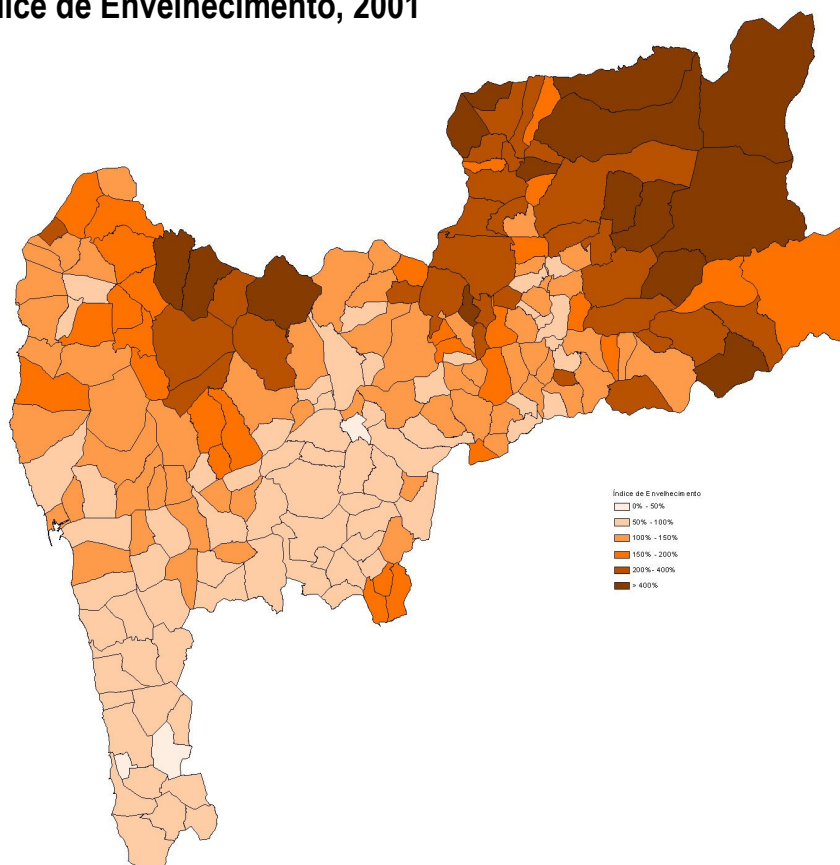


Fig. 11 - Índice de Envelhecimento, 2001

As redes de solidariedade e inter-ajuda de familiares e amigos são, nas freguesias rurais, onde a população é mais idosa, o principal mecanismo de assistência dado que os equipamentos sociais são escassos e a imagem que a população idosa tem dos mesmos, por vezes, é tão negativa que a decisão de colocar um familiar idoso no lar é encarada como último recurso.

Apesar das valências de centro de dia e apoio domiciliário serem as que menores impactes têm na população, já que permitem que os idosos permaneçam na sua casa, e sejam assistidos nas tarefas de higiene, limpeza e alimentação, são as que registam uma oferta (capacidade instalada) superior à procura (n.º de utentes). Por outro lado, os lares de idosos têm a sua capacidade esgotada já que os idosos que aí se encontram são normalmente aqueles que perderam as suas faculdades não conseguindo as famílias suportar a sua permanência em casa.

Conscientes da necessidade de melhorar a imagem dos equipamentos, as câmaras, junto com as entidades gestoras, têm feito um trabalho ao nível da valorização social do papel do idoso e da integração social e territorial desta população e destes equipamentos. Neste sentido, tem-se desenvolvido uma política de proximidade dos equipamentos sociais aos equipamentos de educação e ensino, assim como a organização de eventos que permite o contacto entre os vários grupos etários da população no sentido de mostrar e valorizar os papéis de todos na sociedade.

Conforme referido no Plano Estratégico do Vale do Lima “ A realidade da pobreza tende a manifestar-se de forma difusa no meio físico, arrastando consigo a degradação de um parque habitacional envelhecido e sem perspectivas de requalificação, a inexistência de princípios estruturados de economia doméstica, assim como, a visualização de uma certa adaptação ao meio por parte de expressões territoriais e sociais de pobreza e da exclusão social”.

Taxa de Analfabetismo, 2001

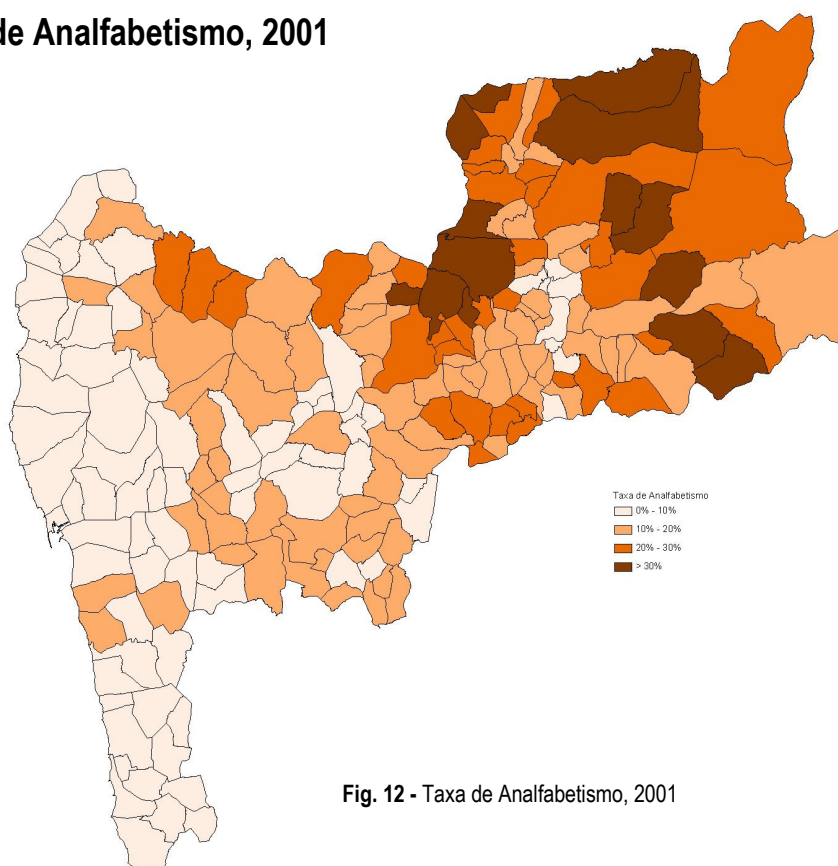


Fig. 12 - Taxa de Analfabetismo, 2001

A análise da taxa de analfabetismo, por freguesia, para o ano de 2001, permite identificar quais as freguesias com maiores problemas ao nível da instrução/qualificação da sua população.

O interesse em cartografar este fenómeno a nível das freguesias reside no facto de se pretender detectar quais as realidades sócio-educativas da VALIMAR ComUrb, no sentido de compatibilizar os objectivos estratégicos, a definir na próxima fase, com as realidades locais. A análise macro – integrando a VALIMAR ComUrb na região do Norte, resulta numa conclusão genérica em que a maioria das freguesias de Caminha, Esposende e Viana do Castelo, apresentam valores superiores à média da Região Norte, confirmando que “em praticamente todos os vectores analisados evidencia-se, como elemento de continuidade a situação de Viana do Castelo como concelho polarizador dos indicadores mais favoráveis”.⁵

Afinando a análise, as freguesias rurais de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca situam-se no pólo oposto com um elevado número de freguesias com taxas de analfabetismo superiores às médias regionais e concelhias, sendo nestes concelhos que se registam os valores mais elevados da taxa de analfabetismo (> a 30%).

Ponte de Lima, se tivermos em consideração a média da VALIMAR ComUrb apresenta-se como um concelho claramente mais próximo da realidade de Viana do Castelo, Caminha e Esposende, confirmando que em alguns indicadores – índice de envelhecimento e taxa de analfabetismo, por exemplo – as dinâmicas apresentadas resultam numa situação de dualidade das realidades em análise.

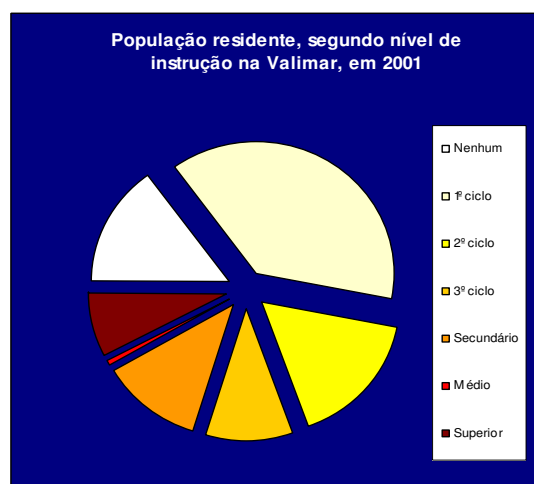
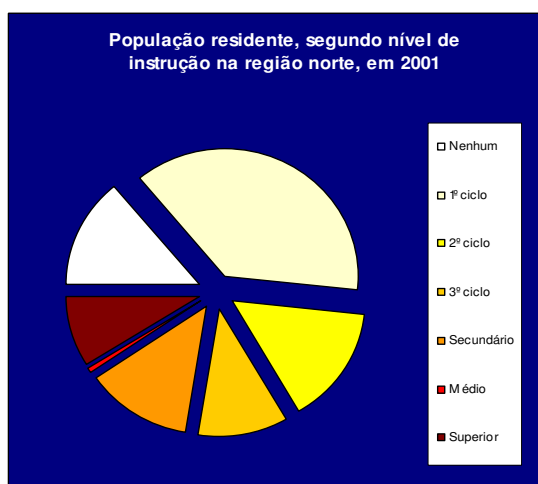
Da evolução da taxa de analfabetismo de 1991 para 2001 ressalta a dinâmica associada à melhoria do indicador do litoral para o interior e das freguesias ribeirinhas/centros urbanos para as freguesias rurais. Confirma-se, desta forma, que é nos centros urbanos mais dinâmicos que as melhorias são mais significativas fruto da maior percentagem de população jovem, do maior investimento/preocupação das famílias com a educação dos filhos e da maior/melhor oferta de equipamentos.

⁵ VALIMA (2001) - Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Lima, Pg 40

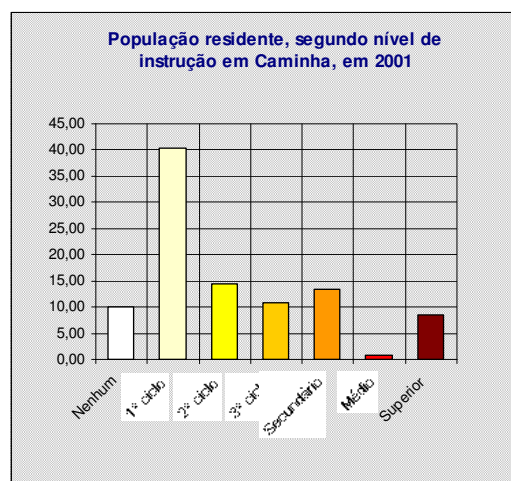
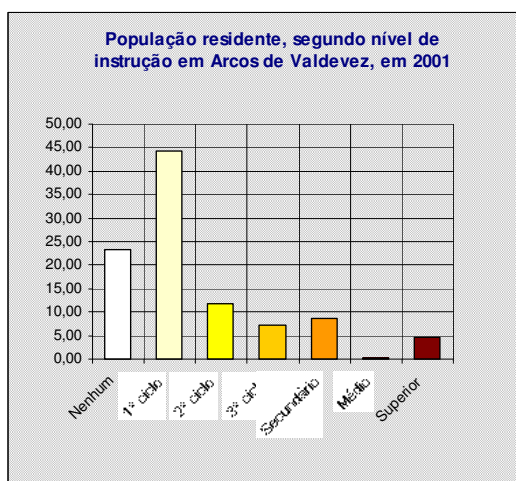
Quadro 25 - População Residente, segundo o nível de instrução, em 2001

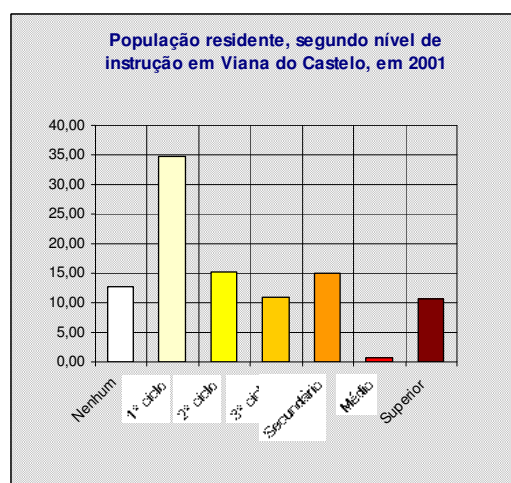
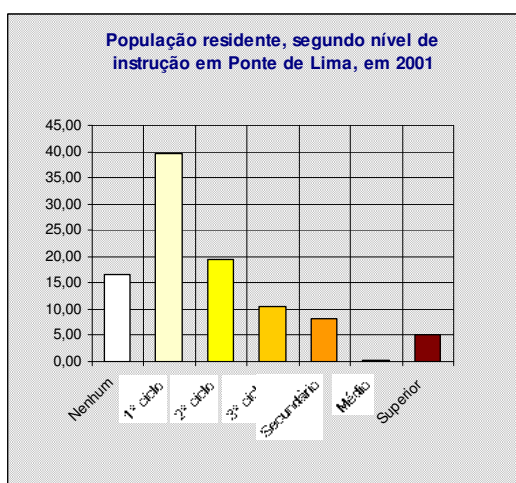
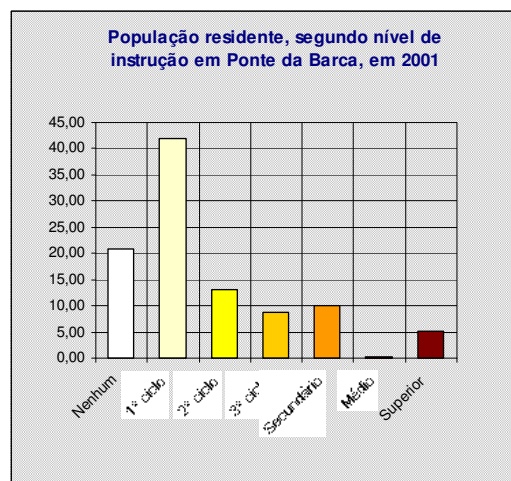
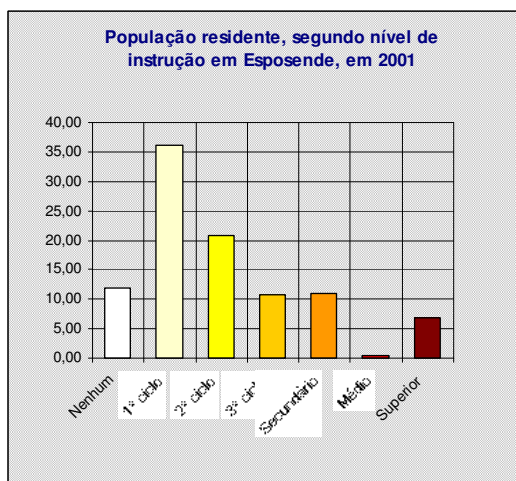
	Nenhum			1º ciclo			2º ciclo			3º ciclo			Secundário			Médio			Superior		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Norte	13,97	11,92	15,89	37,61	37,58	37,64	15,13	16,43	13,91	10,72	11,83	9,69	13,04	13,70	12,42	0,60	0,61	0,58	8,94	7,93	9,88
VALIMAR	14,84	11,33	17,97	37,84	38,39	37,35	16,33	17,90	14,93	10,27	11,80	8,90	11,90	12,64	11,25	0,49	0,43	0,54	7,84	6,99	8,60
Arcos de Valdevez	23,38	16,76	28,93	44,12	47,90	40,95	11,86	13,90	10,15	7,06	8,46	5,88	8,62	8,88	8,40	0,39	0,19	0,56	4,58	3,91	5,13
Caminha	10,15	6,95	12,89	40,26	39,56	40,86	14,43	16,20	12,91	10,83	12,30	9,56	13,38	14,61	12,32	0,72	0,61	0,82	8,41	7,72	9,00
Esposende	11,96	9,42	14,31	36,09	36,06	36,12	20,79	22,66	19,06	10,68	11,72	9,71	10,89	11,29	10,51	0,42	0,32	0,51	6,89	6,15	7,58
Ponte da Barca	20,72	16,01	24,89	41,96	45,68	38,68	13,12	14,82	11,62	8,81	9,59	8,12	9,92	9,69	10,13	0,35	0,28	0,41	5,11	3,93	6,16
Ponte de Lima	16,65	13,02	19,92	39,62	40,53	38,80	19,44	20,90	18,13	10,60	12,39	8,98	8,29	8,34	8,24	0,26	0,22	0,30	5,14	4,60	5,62
Viana do Castelo	12,69	9,88	15,19	34,78	34,35	35,15	15,18	16,43	14,07	10,95	12,66	9,42	15,01	16,39	13,79	0,63	0,63	0,64	10,76	9,66	11,74

Fonte: INE: Censos de 2001 e CM



Gráf. 20 e 21 – População Residente, segundo nível de instrução, em 2001 (região norte; VALIMAR ComUrb)





Gráf. 22 a 27 - População Residente, segundo nível de instrução, em 2001 (concelhos que integram a VALIMAR

Complementando a taxa de analfabetismo com o nível de instrução da população residente, é possível afirmar que todos os concelhos apresentam uma elevada percentagem de população apenas com o primeiro ciclo e uma baixa percentagem de população com níveis superiores de educação. Mais uma vez, se vê confirmada a semelhança existente entre Caminha, Esposende, Viana do Castelo e Ponte de Lima com os valores mais favoráveis e Arcos de Valdevez e Ponte da Barca com percentagens mais elevadas de população com apenas o 1º ciclo e baixa percentagem de população com os níveis superiores de instrução.

Relativamente a este indicador é importante distinguir os níveis de instrução atingidos por homens e mulheres já que o mesmo indica uma diferenciação no acesso à educação com base no género.

Assim, a percentagem de mulheres sem nenhum nível de instrução é superior à dos homens. Esta realidade resulta de um facto histórico em que as mulheres apenas frequentavam os primeiros anos da escola no sentido de aprenderem a ler e a escrever não completando a instrução primária, enquanto os homens prosseguiam os estudos até fazer o exame que lhes garantia o diploma da instrução primária.

Ao nível da população com o primeiro ciclo, as diferenças entre os sexos apenas são acentuadas em Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, já que nos restantes concelhos e nas regiões de enquadramento as diferenças não são significativas. Nos concelhos de Caminha e de Viana do Castelo, a percentagem de mulheres com a instrução primária é superior à dos homens, verificando-se ainda valores superiores, nos níveis de ensino superior à excepção da região norte, sendo os únicos casos em que as mulheres apresentam valores superiores aos dos homens.

Relativamente ao 2º ciclo verifica-se que a percentagem de população com apenas este nível de ensino é superior em Ponte de Lima e Esposende, relativamente aos outros concelhos, sendo que a diferença entre homens e mulheres não é significativa. Esta situação estará provavelmente relacionada com o elevado peso da população activa no sector secundário (indústria transformadora e construção civil) onde a população com o 2º ciclo tem um grande peso.

Nos níveis superiores ao 3º ciclo, as percentagens de população são diminutas sendo que as mulheres adquirem um maior protagonismo confirmado pelo facto de no ensino superior, a percentagem de mulheres ser superior à dos homens. Esta situação resulta, à semelhança da realidade nacional, de factores comportamentais associados a uma maior maturidade das jovens em idade de decidir a progressão dos estudos, de expectativas de emprego no sector público e da menor oferta de emprego feminino desqualificado.

Fontes de Rendimento - Taxa de Actividade e Taxa de Desemprego

A análise social de um território tem necessariamente que considerar as fontes de rendimento das famílias já que é através do seu rendimento que estas tem acesso a bens e serviços que lhes permite aumentar o seu bem-estar e a sua qualidade de vida.

Desta forma serão analisados os indicadores – taxas de actividade e desemprego por freguesia, completados com referências genéricas aos principais meios de vida no sentido de realçar a dependência de algumas populações em relação a determinados fontes que pelas suas características poderão contribuir para um agravamento das situações de exclusão social já referidas anteriormente.

A estrutura etária reflecte-se na taxa de actividade dos concelhos dado que decorrente dos factores justificativos da evolução da estrutura etária, a percentagem de população activa tem vindo a diminuir desde os anos 60, numa primeira fase fruto dos efeitos da emigração e na actualidade decorrente da forte diminuição da população em idade activa como no caso de Arcos de Valdevez.

Quadro 26 - Taxas de Actividade e de Desemprego, em 2001

Indicadores Sociais	Região Norte	Arcos de Valdevez	Caminha	Esposende	Ponte da Barca	Ponte de Lima	Viana do Castelo	Período	Unidade
Taxa de Actividade	45.5	35.2	39.7	48.3	38.2	41.6	52.1	1991	Percentagem
Taxa de Actividade	48.1	33.7	41.3	49.0	37.8	42.0	53.3	2001	Percentagem
Variação da Taxa de Actividade	0.05	-0.04	0.04	0.01	-0.01	0.01	0.023	1991/2001	Percentagem
Taxa de Desemprego	5.0	3.8	4.4	3.1	4.0	4.6	6.2	1991	Percentagem
Taxa de Desemprego	6.7	6.7	7.7	4.9	8.1	6.0	7.1	2001	Percentagem
Variação da Taxa de Desemprego	0.3	0.7	0.8	0.6	1.0	0.3	0.1	1991/2001	Percentagem

Fonte: INE: Censos de 2001

Da análise da variação das taxas em análise de 1991 para 2001, ressalta o aumento do desemprego em todas as unidades de análise e uma diminuição da taxa de actividade, nos concelho de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, embora sem grande expressão, e um aumento da taxa de actividade nos restantes concelhos que fazem parte da VALIMAR

ComUrb. De todos os concelhos, os que apresentaram um aumento maior da taxa de desemprego são Caminha e Ponte da Barca, sendo que neste último o desemprego duplicou.

Relativamente a estas variações a justificação prende-se, no caso da taxa de actividade, essencialmente com as alterações ocorridas na estrutura etária dos concelhos, e no caso do desemprego por força de uma conjuntura externa desfavorável, de uma estrutura económica com base em empresas de trabalho intensivo, barato e desqualificado, que sofreram processos de realocização, e de uma mão-de-obra desqualificada que não é capaz de desempenhar funções de maior valor acrescentado.

Taxa de Actividade, 2001

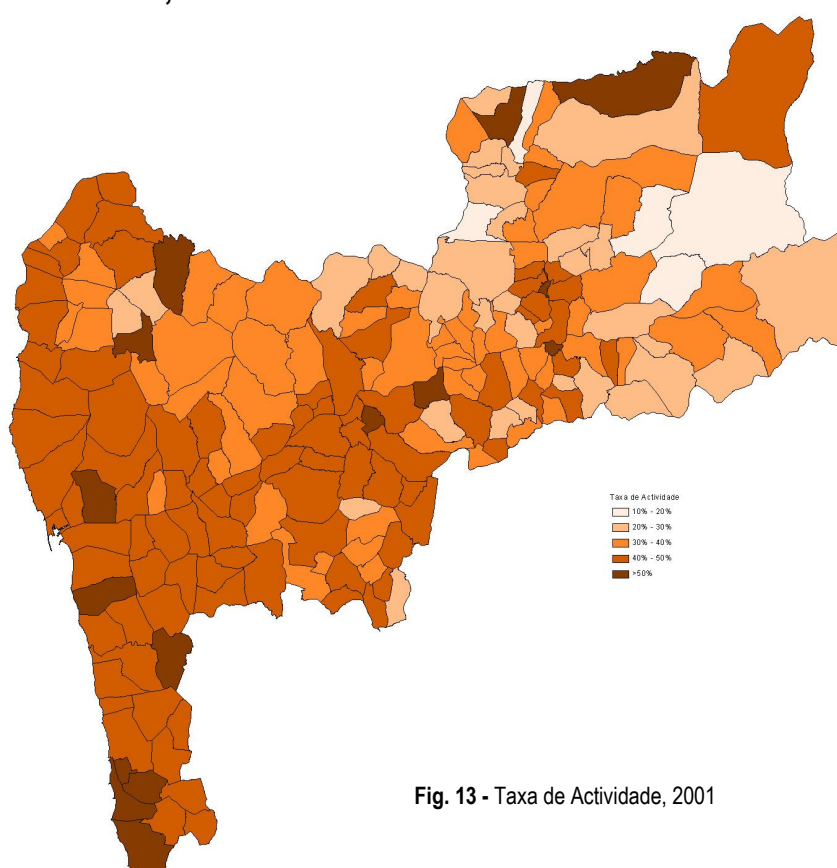


Fig. 13 - Taxa de Actividade, 2001

A distribuição da taxa de actividade, por freguesias, aponta claramente para uma dualidade da realidade sócio-económica da VALIMAR ComUrb, onde Viana do Castelo, Caminha, Esposende e Ponte de Lima se assumem como os principais pólos de desenvolvimento. Relativamente a Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, as freguesias na envolvente dos principais eixos viários - EN 101 - eixo de desenvolvimento Arcos de Valdevez-Ponte da Barca são as que apresentam os valores mais elevados da taxa de actividade o que se relaciona directamente com a maior percentagem de população adulta/activa – 15 aos 64 anos - nestas freguesias.

Este indicador, sem dúvida, que confirma a importância dos centros urbanos de maior dinamismo na região, sendo de destacar:

- Zona litoral polarizada pela cidade de Viana do Castelo
- Eixo Viana do Castelo – Ponte de Lima
- Eixo urbano Arcos de Valdevez-Ponte da Barca
- Eixo ao longo da A3 – freguesias de Arca, Feitosa, Rebordões, Fornelos, Queijada e Anais.
- Centros urbanos complementares do sistema municipal – Vila Nova de Anha, Barroelas, Freixo, Refóios do Lima.
- Eixo Litoral – Caminha – Viana do Castelo - Esposende

A concentração da oferta/procura de emprego nestas freguesias aponta para a confirmação do modelo de concentração da população, do emprego, dos equipamentos e serviços em determinadas áreas do território que funcionam, à sua escala, como elementos polarizadores da actividade sócio-económica dos concelhos.

Taxa de Desemprego, 2001

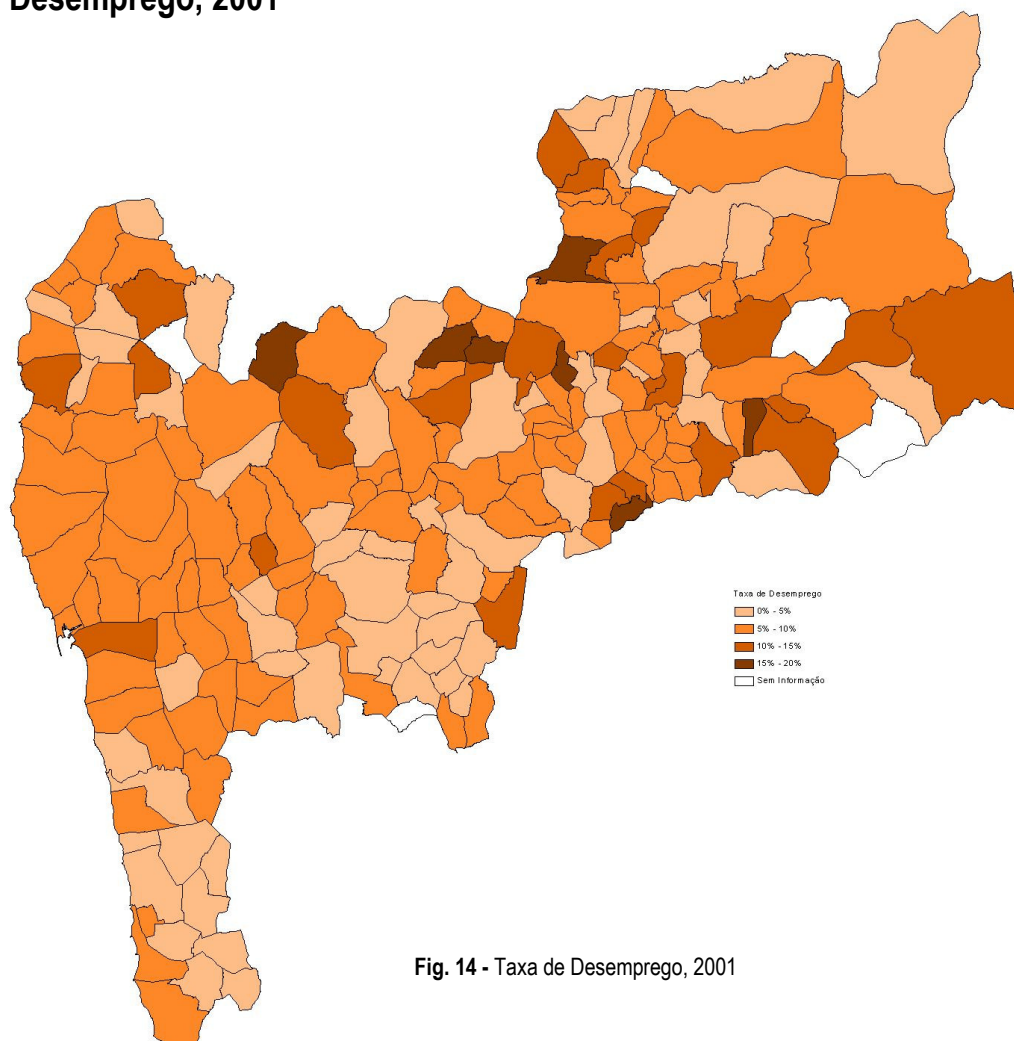


Fig. 14 - Taxa de Desemprego, 2001

Relativamente à taxa de desemprego é de salientar que a maioria das freguesias da VALIMAR ComUrb se encontram dentro da classe das médias regionais sendo que em muitas os valores da taxa de desemprego são inferiores às médias.

As freguesias onde a taxa de desemprego é menor são aquelas onde o sector secundário é dominante o que quer dizer que a indústria tem tido uma maior capacidade de absorver a mão-de-obra local, sendo que em alguns casos a procura poderá mesmo ser superior à oferta, principalmente de mão-de-obra qualificada, o que gera um aumento do preço do trabalho.

Como principais focos de desemprego salientamos duas regiões, uma a norte de Ponte de Lima e outra a nascente de Arcos de Valdevez. Se relacionarmos o desemprego com a idade da população, a taxa de analfabetismo e os níveis de instrução da população, rapidamente chegamos à conclusão que se trata de um desemprego estrutural de difícil resolução, a que as estratégias de desenvolvimento definidas na Revisão dos respectivos Planos Directores Municipais deverão fazer face.

Da análise da taxa de actividade e de desemprego podemos concluir que, na região, não são perceptíveis situações gravosas de desemprego, sendo que em algumas freguesias a procura poderá ser superior à oferta de mão-de-obra, apontando-se para uma situação de pleno emprego.

Este cenário de reduzidas taxas de desemprego quando cruzado com a tipologia de desemprego – à procura de 1º emprego ou novo emprego – e com a distribuição por sexos, revela situações mais complexas em que as mulheres desempregadas à procura de novo emprego são em maior percentagem que os homens.

No sentido de perceber qual as estratégias da família para enfrentar as situações de crise, analisa-se de forma genérica o principal meio de vida, de modo a perceber se as famílias recorrem a mecanismos institucionais ou se a família e a economia rural de autoconsumo funcionam como garante da sobrevivência em caso de desemprego.

Segundo o Censos de 2001, da análise dos principais meios de vida conclui-se que só Viana do Castelo apresenta uma percentagem razoável de indivíduos que recorrem a mecanismos

institucionais como o subsídio de desemprego ou o rendimento mínimo garantido para enfrentar situações de crise.

Todos os outros concelhos apresentam valores na ordem dos 20% de indivíduos que recorrem ao subsídio de desemprego e de 4% ao rendimento mínimo garantido. A situação “a cargo da família” é a predominante o que se relaciona com o facto de serem as mulheres e os jovens a população mais afectada pelo desemprego. Desta forma, a principal estratégia das famílias para enfrentar situações de crise continua a ser a complementariedade da agricultura, como mecanismo de diminuir as despesas permitindo que um ordenado seja suficiente para pagar as despesas. No caso de Viana do Castelo, as situações de crise da população urbana e suburbana são compensadas por mecanismos institucionais.

Segundo informação do Centro Distrital de Segurança Social (CDSS) de Viana do Castelo, a informação existente nos serviços, para 2001, não coincide totalmente com a informação dos Censos 2001, já que para esta entidade, os concelhos com maior percentagem de beneficiários do RMG, em 2001, eram os concelhos de Ponte da Barca e Ponte de Lima. Relativamente aos mecanismo de apoio às famílias com dificuldades sócio-económicas, para além do RMG, salientam-se subsídios eventuais, acolhimento familiar de adultos e menores, Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados, ajudas técnicas, etc.

Relativamente ao Rendimento Social de Inserção, foi solicitado ao Centro Distrital de Viana do Castelo e às Câmaras de Caminha e Esposende informação respeitante ao número de beneficiários para os últimos anos.

Quadro 27 - Número de beneficiários do Rendimento de Inserção Social, em 2003

	Total de Titulares	Total de Indivíduos Abrangidos
Arcos de Valdevez	338	1016
Caminha	117	136
Esposende	407	155
Ponte da Barca	92	325
Ponte de Lima	369	1137
Viana do Castelo	703	2237

Fonte: Centro Distrital de Viana do Castelo e CM's

Da análise dos dados referentes aos últimos três anos pode-se afirmar que se verifica uma diminuição do número de beneficiários, sendo que a área de inserção que maior número de beneficiários concentra é a Acção Social seguida da Saúde. Em termos de distribuição segundo o sexo e as idades, verifica-se que são as mulheres entre os 35 e os 54 anos e as jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos que mais recorrem ao rendimento de Inserção Social.

Com a implementação do Rendimento Mínimo Garantido a nível Nacional a 1 de Julho de 1997, actualmente com a designação de Rendimento Social de Inserção – RSI - , surgiram as Comissões Locais de Acompanhamento e nelas passaram a concentrar-se os recursos das várias instituições e serviços que a constituem. Esta abordagem integrada dos problemas sociais foi reforçada com o Programa Rede Social que ao criar as Comissões Locais de Acção Social (CLAS) permite a conjugação de esforços facilitando o diagnóstico social dos concelhos quanto às suas problemáticas e potencialidades e levou os parceiros a desenvolver uma intervenção mais activa e integrada, maximizando os recursos e angariando outros que possam dar resposta às dificuldades surgidas pela população.

Relativamente a Esposende, no ano de 2002, dos 919 pedidos de R.S.I. entrados somente foram deferidos 385 pedidos, correspondendo a 1.341 pessoas abrangidas. Uma grande parte dos pedidos foi indeferida – 492 pedidos, enquanto dos deferidos um elevado número de processo foi cessado – 280 situações.

Constata-se que as situações de precariedade e vulnerabilidade social estão presentes em todo concelho, evidenciando-se seis focos em que o número de agregados ultrapassa os 2%, nas freguesias de Antas, Belinho, Fão, Gemeses, Mar e Rio Tinto.

As crianças e jovens representam 43% da população em situação de vulnerabilidade social o que é socialmente um indicador de perigo de reprodução das condições de pobreza. Estes jovens e crianças têm acesso dificultados a recursos sociais e materiais, que sem dúvida pode confirmar as situações de desigualdade.

O facto de 52,6% dos beneficiários estar em idade activa (população com idades compreendidas entre os 19 e os 64 anos) revela também fragilidade no acesso ou permanência sustentada no mercado de trabalho.

O tipo de incidência de intervenção acordada revela que as situações de vulnerabilidade social confirmam as dimensões da saúde (29,3%), habitação (22,9%), educação (21%) e emprego (13,6%), como prioritárias para a inserção social e económica.

A área da formação profissional representa apenas 1% dos acordos estabelecidos, o que pode não indicar satisfação das necessidades de formação, mas sim dificuldades de colocação dos grupos populacionais por inexistência de oferta formativa agravada pela dificuldade de mobilidade ou por ausência de condições mínimas de acesso como escolaridade mínima necessária para aceder aos cursos.

QUADRO 28 - SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO – COMPONENTE SOCIAL

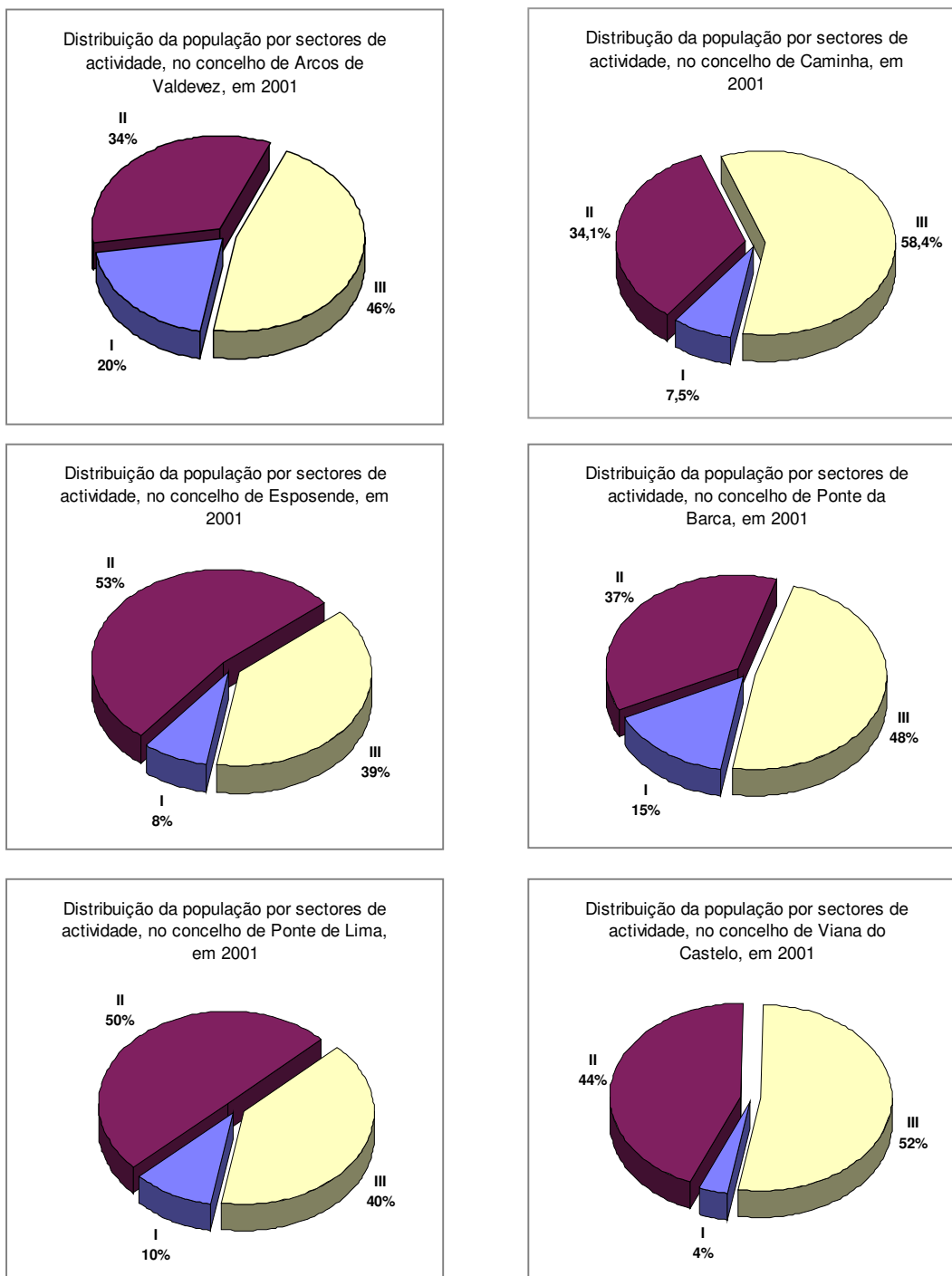
	POTENCIALIDADES	ESTRANGULAMENTOS	OPORTUNIDADES	TENDÊNCIAS
VALIMAR ComUrb	- Melhoria das condições de habitabilidade, fruto do forte investimento municipal em infraestruturas - Redes de solidariedade familiar que garantem à população idosa apoio nas tarefas relativas a deslocações, acesso a bens e serviços, higiene, alimentação, etc. - Progressivo investimento na rede de equipamentos de ensino, saúde e solidariedade social - Implementação da Rede Social com a consequente constituição das Comissões Sociais inter freguesias - Diminuição da taxa de analfabetismo de 1991 para 2001 - População jovem, principalmente feminina, com níveis de instrução mais elevados	- Indicadores de desenvolvimento social inferiores às médias regionais - Povoamento disperso que não permite atingir bons níveis de cobertura das infraestruturas de saneamento básico - Elevado índice de envelhecimento, principalmente nas freguesias rurais, com elevada probabilidade de resultar em situações de pobreza e exclusão social, quando a rede de solidariedade familiar não funcione - Reduzida oferta de equipamentos de saúde e segurança social, nas freguesias rurais, o que obriga a que a população idosa se desloque aos centros urbanos - Imagem negativa, nas freguesias rurais, dos equipamentos/valências de solidariedade social – centro de dia, apoio domiciliário, lar de idosos – o que resulta no n.º de utentes inferior à capacidade instalada	- Investimento público municipal e intermunicipal relativo à infraestruturização dos concelhos - Desenvolvimento dos instrumentos de planeamento da rede educativa – Carta Educativa, da rede social e de formação profissional – Plano Director da Formação/Observatório da Educação/Formação - Parcerias público / privado relativas à intervenção social - Publicação do quadro legal regulador do planeamento/avaliação dos recursos educativos – Publicação do DL n.º 7/2003 de 15 de Janeiro	- Melhoria das taxas de cobertura de infraestruturas de saneamento básico - Envelhecimento populacional das zonas rurais - Crescente valorização do papel do idoso na sociedade - Maior dinamismo dos agentes ligados à intervenção social quer públicos quer privados – Centros Sociais e Paróquias, Casas do Povo, Misericórdias, Empresas - Aumento dos níveis de instrução principalmente da população jovem - Aumento da taxa de actividade fruto da capacidade em atrair/fixar população activa - Aumento do desemprego por força do desenvolvimento organizativo-tecnológico das empresas

QUADRO SÍNTESE DE DIAGNÓSTICO – COMPONENTE SOCIAL (CONTINUAÇÃO)

	POTENCIALIDADES	ESTRANGULAMENTOS	OPORTUNIDADES	TENDÊNCIAS
VALIMAR ComUrb	- Concentração da oferta de equipamentos colectivos permitindo uma melhoria da eficácia e da eficiência dos serviços - Hierarquia urbana bem definida resultante da concentração de população, emprego e oferta de bens, serviços e equipamentos - Rede de equipamentos sociais, nas áreas rurais, com capacidade de resposta para a procura existente, excepto a valência lar de idosos - Baixos valores da taxa de desemprego - Estratégias familiares de combate às situações de desemprego baseadas na agricultura de autoconsumo	- Elevada taxa de analfabetismo relativamente às regiões de enquadramento, excepto Viana do Castelo - Grande disparidade da taxa de analfabetismo entre a realidade de Viana do Castelo/Ponte de Lima e Arcos de Valdevez /Ponte da Barca - Elevada percentagem de população com apenas o primeiro ciclo do ensino básico - Elevada percentagem de mulheres sem nenhum nível de instrução - Aumento da taxa de desemprego de 1991 para 2001, incidindo mais nas mulheres que nos homens - Correlação positiva entre as elevadas taxas de desemprego, de analfabetismo e o índice de envelhecimento - Baixa percentagem de população que recorre a mecanismos institucionais como principal meio de vida – subsídio de desemprego e rendimento mínimo garantido, funcionando a família e a agricultura como mecanismo para fazer face a situações de crise.		

5.1.3 CARACTERIZAÇÃO ECONÓMICA

Distribuição da população por sectores de actividade



Gráf. 28 a 33 - População Activa por sectores de actividade, 2001
Fonte: INF

A distribuição da população por sectores de actividade revela um claro predomínio da população activa no sector terciário em todos os concelhos, excepto Ponte de Lima e Esposende, em que o sector secundário concentra, respectivamente 50% e 53% da população.

O sector primário tem um papel residual nas economias locais aparecendo em Viana do Castelo com um valor muito baixo (4%). Da distribuição apresentada é perfeitamente identificável as dinâmicas associadas à terceirização da economia dos concelhos que se vem acentuando desde finais dos anos 80 e principalmente dos anos 90, resultado nos caso de Viana do Castelo, Esposende e de Ponte de Lima da passagem da população do sector primário para o secundário e posteriormente para o terciário e no caso de Arcos de Valdevez, Caminha e Ponte da Barca de uma passagem directa do sector primário para o sector terciário não se tendo assistido a um forte desenvolvimento do sector secundário intensivo em mão-de-obra. Apesar do predomínio do sector terciário, nestes concelhos, verifica-se que em algumas freguesias o sector secundário adquire um papel importante fruto da desenvolvimento industrial recente e da actividade da produção e distribuição de electricidade, no caso de Ponte da Barca.

A distribuição da população por sectores de actividade nas freguesias está associada às dinâmicas já identificadas, resultantes da dualidade das realidades sócio-económicas dos concelhos.

População Empregada no Sector I - 2001

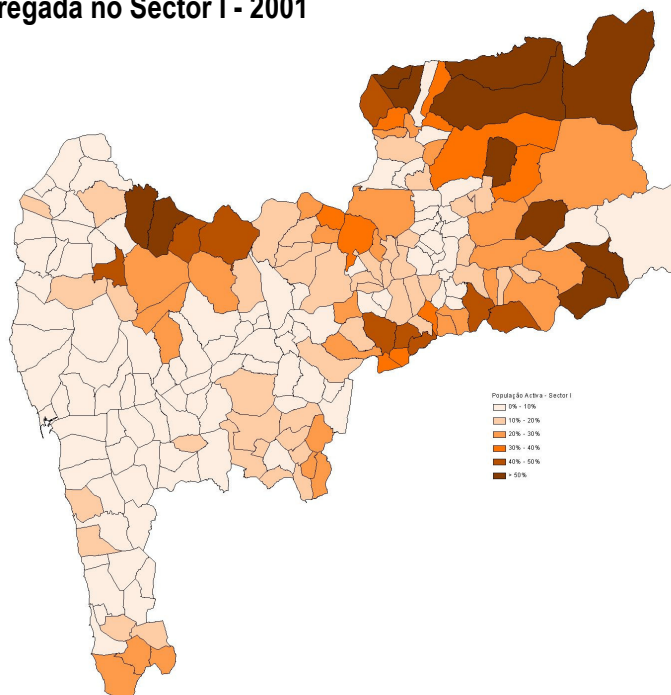


Fig. 15 - Distribuição da População Empregada, no sector primário, na região da VALIMAR ComUrb, em 2001
Fonte:INE

População Empregada no Sector II - 2001

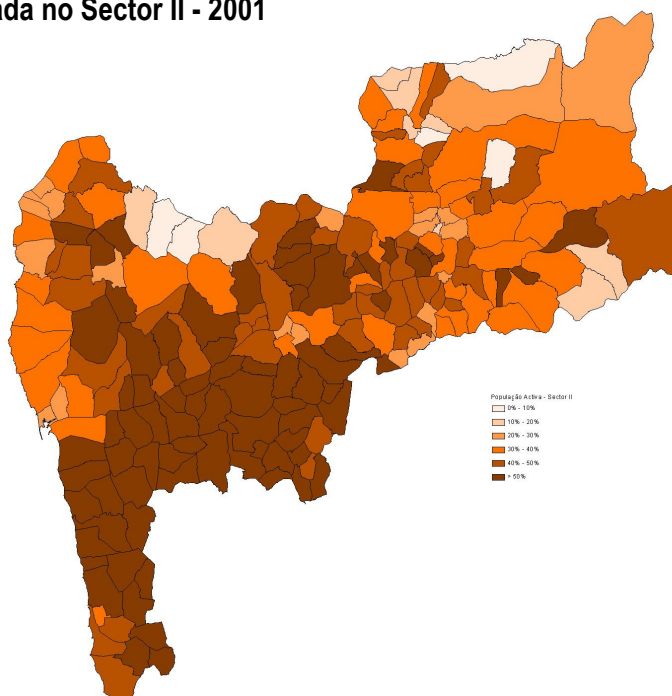


Fig. 16 - Distribuição da População Empregada, no sector secundário, na região da VALIMAR ComUrb, em 2001
Fonte: INE

População Empregada no Sector III - 2001

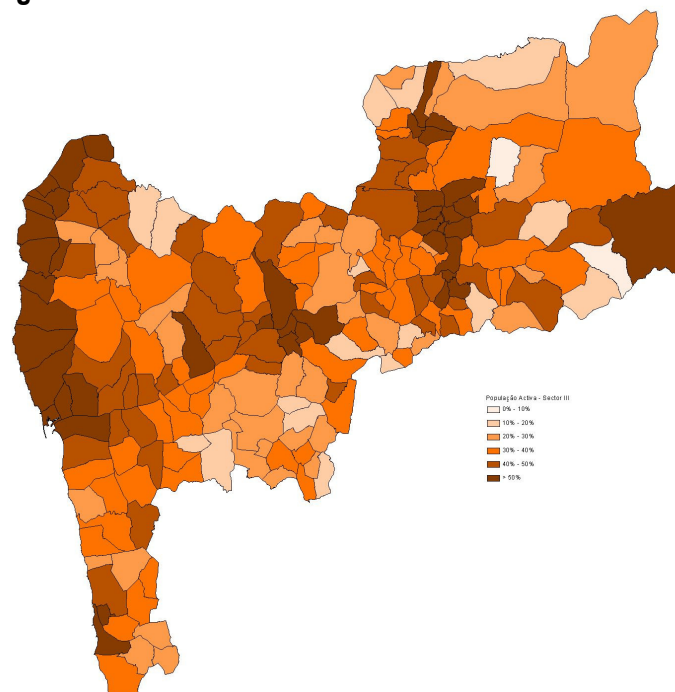


Fig. 17 - Distribuição da População Empregada, no sector terciário, na região da VALIMAR ComUrb, em 2001
Fonte:INE

A distribuição da população activa por freguesias em 2001, confirma a análise realizada para os concelhos, sendo interessante identificar o predomínio do sector primário nas freguesias serranas/de montanha dos concelhos de Arcos de Valdevez, Ponte da Barca e Ponte de Lima, a forte concentração do sector secundário das freguesias do sul dos concelhos de Ponte de Lima, Caminha, Esposende e Viana do Castelo e a importância do sector terciário nos eixos urbanos identificados aquando da análise da taxa de actividade – principais centros polarizadores dos concelhos.

Estrutura das Actividades Económicas

O objectivo deste ponto é caracterizar o perfil das actividades económicas dos concelhos no contexto da Região da VALIMAR ComUrb, utilizando-se, os dados do Departamento de Estatística do Emprego, do Trabalho e da Formação Profissional do Ministério da Solidariedade Social e do Trabalho - Quadros de Pessoal de 2001 (DETEFP/MSST – QP01)⁶, referentes ao emprego estruturado. O sector agrícola e da restauração (cafés) estão normalmente subavaliados já que existe um elevado número de empresários em nome individual que por não terem empregados não enviam os quadros de pessoal. No sector da administração pública só são contabilizados os trabalhadores que não pertencem aos quadros da administração.

Quadro 29 - Distribuição dos Estabelecimentos por Ramos de Actividade, em 2001

	Arcos de Valdevez	Caminha	Melgaço	Monção	P. Coura	P. Barca	P. Lima	Valença	V. Castelo	V.N. Cerveira	Esposende	Total	%
A	14	8	2	11	10	5	54	18	39	6	15	182	2,19
B	0	2	0	0	1	0	0	1	14	2	0	20	0,24
C	1	1	0	19	0	2	34	7	11	1	6	82	0,99
D	68	47	18	75	35	33	170	60	502	53	210	1271	15,32
E	1	1	1	2	1	4	1	1	3	2	2	19	0,23
F	168	82	30	110	28	72	382	65	497	43	177	1654	19,94
G	171	188	74	186	59	105	340	296	916	83	206	2624	31,63
H	56	79	32	58	20	41	111	79	271	43	81	871	10,50
I	27	10	9	23	9	8	39	27	87	16	15	270	3,25
J	14	9	6	9	5	9	16	14	62	4	14	162	1,95
K	32	30	10	29	5	12	54	36	183	24	52	467	5,63
L	0	0	0	2	1	1	0	1	4	0	2	11	0,13
M	3	7	2	2	4	2	11	4	27	4	5	71	0,86
N	14	21	7	21	6	13	29	21	125	6	29	292	3,52
O	18	19	4	32	8	13	32	24	124	5	20	299	3,60
Total	587	504	195	579	192	320	1273	654	2865	292	834	8295	100,00
%	7,08	6,08	2,35	6,98	2,31	3,86	15,35	7,88	34,54	3,52	10,05	100	

Fonte: DETEFP/MSST – QP 01

A - Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura
B - Pesca
C - Indústrias Extractivas
D - Indústrias Transformadoras
E - Produção e Distribuição de Electricidade, Gás e Água
F - Construção
G - Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos automóveis
H - Alojamento e Restauração

I - Transportes, Armazenagem e Comunicação
J - Actividades Financeiras
K - Actividades Imobiliárias, Aluguéis e Serviços prestados às Empresas
L - Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória
M - Educação
N - Saúde e Acção Social
O - Outras Actividades de Serviços Colectivos, Sociais e Pessoais

⁴Estes dados referem-se aos Quadros de Pessoal, enviados em Outubro para o Ministério do Trabalho. De referir que os empresários em nome individual, não são contabilizados e que nas pessoas ao serviço são contabilizados os patrões e os trabalhadores familiares não remunerados.

Para a análise da estrutura económica é fundamental a identificação dos sectores de maior peso relativo nos Concelhos. A análise do Quadro 31 – “Distribuição dos Estabelecimentos por Ramo de Actividade, em 2001 -”, permite constatar a importância das actividades do comércio, da construção, do alojamento e restauração e da indústria transformadora nos vários concelhos.

Se em termos de número de estabelecimentos, o sector do comércio e da construção é dominante, ao nível da dimensão média dos estabelecimentos, do valor gerado por esses estabelecimentos e da estrutura organizativo-tecnológica, a situação é diferente, ou seja, apesar do elevado número de estabelecimentos, a sua dimensão é reduzida (a maioria até 5 pessoas) e a sua estrutura organizativo-tecnológica pouco desenvolvida, baseando em estruturas familiares. A indústria transformadora adquire aqui um papel de relevo já que o produto gerado e a importância em termos de emprego são significativos.

Quadro 30 - Distribuição do Emprego e dos Estabelecimentos na região do Minho-Lima+Esposende, 2001

	Arcos de Valdevez	Caminha	Melgaço	Monção	P. Coura	P. Barca	P. Lima	Valença	V. Castelo	V.N. Cerveira	Esposende	Total	%
A	33	26	11	63	21	13	149	58	198	17	39	628	1,09
B	0	2	0	0	13	0	0	1	153	19	0	188	0,33
C	7	1	0	126	0	29	269	34	107	8	75	656	1,14
D	869	605	95	683	606	300	2380	790	9908	1667	2944	20847	36,15
E	8	20	3	10	4	44	26	25	133	4	13	290	0,50
F	756	653	119	601	121	515	3826	276	3801	234	1607	12509	21,69
G	604	638	209	636	139	368	1321	861	4221	259	732	9988	17,32
H	165	268	112	134	50	120	421	352	1234	173	508	3537	6,13
I	83	45	31	88	128	35	149	263	881	69	92	1864	3,23
J	79	55	35	58	21	47	114	78	408	27	84	1006	1,74
K	81	77	19	69	13	30	195	120	726	66	283	1679	2,91
L	0	0	0	17	9	9	0	14	55	0	9	113	0,20
M	13	234	5	9	95	5	52	13	309	73	33	841	1,46
N	158	114	77	139	58	140	271	112	1044	89	411	2613	4,53
O	72	31	12	81	10	29	122	125	338	9	76	905	1,57
Total	2928	2769	728	2714	1288	1684	9295	3122	23516	2714	6906	57664	100,00
%	5,08	4,80	1,26	4,71	2,23	2,92	16,12	5,41	40,78	4,71	11,98	100,00	

Fonte: DETEFP/MSST – QP 01

A distribuição do Emprego e dos Estabelecimentos evidencia a importância do sector secundário como principal sector de actividade resultante de um desenvolvimento económico apoiado numa crescente importância da construção civil (22% do emprego) e das actividades industriais (36% do emprego) com ela relacionadas, como as serralharias, carpintarias, cimentos, bem como actividades de maior valor acrescentado ligadas ao sector automóvel, nomeadamente em Arcos de Valdevez. Assim assistiu-se, nas últimas décadas, à passagem da população do sector primário para o sector secundário e mesmo para o sector terciário ao nível da satisfação das necessidades básicas da população e da oferta de bens (comércio) e de serviços (essencialmente sociais).

O Quociente de Localização é um índice que relaciona a importância relativa de um indicador (emprego) no Concelho e o mesmo indicador no conjunto dos Concelhos (Região do Minho-Lima).

$$\text{Assim, } QL_{ij} = \frac{\frac{x_{ij}}{x_i}}{\frac{x_j}{x}}$$

em que, x – emprego
j – sector de actividade
i – Concelho

O valor mínimo do Q.L.i j é zero correspondendo à inexistência do sector j no concelho considerado. O intervalo de variação do Quociente de Localização não é limitado à direita, ou seja, quanto mais elevado for, maior é o grau de localização do fenómeno.

Quadro 31 - Quocientes de Localização do Emprego por Ramo de Actividade, no Minho-Lima + Esposende, em 2001

Sectores	Arcos de Valdevez	Caminha	Melgaço	Monção	Paredes de Coura	Ponte da Barca	Ponte de Lima	Valença	Viana do Castelo	V. N. Cerveira	Esposende
A	1.03	0.86	1.39	2.13	1.50	0.71	1.47	1.71	0.77	0.58	0.52
B	0.00	0.22	0.00	0.00	3.10	0.00	0.00	0.10	2.00	2.15	0.00
C	0.21	0.03	0.00	4.08	0.00	1.51	2.54	0.96	0.40	0.26	0.95
D	0.82	0.60	0.36	0.70	1.30	0.49	0.71	0.70	1.17	1.70	1.18
E	0.54	1.44	0.82	0.73	0.62	5.20	0.56	1.59	1.12	0.29	0.37

F	1,19	1,09	0,75	1,02	0,43	1,41	1,90	0,41	0,75	0,40	1,07
G	1,19	1,33	1,66	1,35	0,62	1,26	0,82	1,59	1,04	0,55	0,61
H	0,92	1,58	2,51	0,80	0,63	1,16	0,74	1,84	0,86	1,04	1,20
I	0,88	0,50	1,32	1,00	3,07	0,64	0,50	2,61	1,16	0,79	0,41
J	1,55	1,14	2,76	1,22	0,93	1,60	0,70	1,43	0,99	0,57	0,70
K	0,95	0,96	0,90	0,87	0,35	0,61	0,72	1,32	1,06	0,84	1,41
L	0,00	0,00	0,00	3,20	3,57	2,73	0,00	2,29	1,19	0,00	0,67
M	0,30	5,79	0,47	0,23	5,06	0,20	0,38	0,29	0,90	1,84	0,33
N	1,19	0,91	2,33	1,13	0,99	1,83	0,64	0,79	0,98	0,72	1,31
O	1,57	0,71	1,05	1,90	0,49	1,10	0,84	2,55	0,92	0,21	0,70

Fonte: DETEFP/MSST – QP 01

Da análise dos Quocientes de Localização (Q.L.) do Emprego na Região do Minho-Lima e Esposende, podemos retirar o seguinte:

- 1. Em Arcos de Valdevez e Viana do Castelo, regista-se uma distribuição homogénea do emprego pelos diferentes sectores de actividade, sendo que relativamente aos outros concelhos predomina em Arcos de Valdevez o sector das Outras actividades de Serviços Colectivos, Sociais Pessoais e em Viana do Castelo o sector das Pescas e da Indústria Transformadora**
- 2. Em Ponte da Barca, os sectores da Produção/Distribuição de Electricidade, associado à Barragem do Lindoso e o sector da Saúde e Acção Social são os que apresentam um quociente de localização mais elevado em relação aos outros concelhos.**
- 3. Em Ponte de Lima destacam-se os sectores da Construção e da Indústria extractiva, sendo que estes sectores apresentam valores claramente superiores aos outros sectores de actividade.**
- 4. Em Caminha, é de salientar a importância da educação no contexto dos outros concelhos, em resultado da importância da Cooperativa de Ensino ANCORENSIS, como importante entidade empregadora.**
- 5. Relativamente a Esposende, salienta-se a distribuição homogénea do emprego por vários sectores de actividade, sendo de referir a importância dos serviços prestados às empresas e o sector da restauração e alojamento.**
- 6. A economia regional apresenta uma tendência para a especialização dos concelhos em determinados sectores já que todos os concelhos têm um sector em que o Q.L. é superior aos outros concelhos. Esta situação é muito favorável ao desenvolvimento de**

complementariedades ao nível económico e sócio-profissional (emprego e formação, por exemplo)

Quadro 32 - Dimensão Média dos Estabelecimentos por Sectores de Actividade, no Minho-Lima+Esposende, 2001

Sectores	Arcos de Valdevez	Caminha	Melgaço	Monção	Paredes de Coura	Ponte da Barca	Ponte de Lima	Valença	Viana do Castelo	Vila Nova Cerveira	Esposende
A	2,36	3,25	5,50	5,73	2,10	2,60	2,76	3,22	5,08	2,83	2,60
B	-	1,00	-	-	13,00	-	-	1,00	10,93	9,50	-
C	7,00	1,00	-	6,63	-	14,50	7,91	4,86	9,73	8,00	12,50
D	12,78	12,87	5,28	9,11	17,31	9,09	14,00	13,17	19,74	31,45	14,02
E	8,00	20,00	3,00	5,00	4,00	11,00	26,00	25,00	44,33	2,00	6,50
F	4,50	7,96	3,97	5,46	4,32	7,15	10,02	4,25	7,65	5,44	9,08
G	3,53	3,39	2,82	3,42	2,36	3,50	3,89	2,91	4,61	3,12	3,55
H	2,95	3,39	3,50	2,31	2,50	2,93	3,79	4,46	4,55	4,02	6,27
I	3,07	4,50	3,44	3,83	14,22	4,38	3,82	9,74	10,13	4,31	6,13
J	5,64	6,11	5,83	6,44	4,20	5,22	7,13	5,57	6,58	6,75	6,00
K	2,53	2,57	1,90	2,38	2,60	2,50	3,61	3,33	3,97	2,75	5,44
L	-	-	-	8,50	9,00	-	-	14,00	13,75	-	-
M	4,33	33,43	2,50	4,50	23,75	2,50	4,73	3,25	11,44	18,25	6,60
N	11,29	5,43	11,00	6,62	9,67	10,77	9,34	5,33	8,35	14,83	14,17
O	4,00	1,63	3,00	2,53	1,25	2,23	3,81	5,21	2,73	1,80	3,80
Média	4,99	5,49	3,73	4,69	6,71	5,26	7,30	4,77	8,21	9,29	8,28

Fonte: DETEFP/MSST – QP01

Quanto à **estrutura dimensional** podemos referir que:

1. *na Região do Minho-Lima é patente o predomínio das micro empresas⁷ (1 a 9 pessoas ao serviço) e das pequenas empresas (10 a 49 trabalhadores);*
2. *Os concelho de Arcos de Valdevez, Caminha, Esposende, Ponte da Barca, Ponte de Lima e Viana do Castelo apresentam uma dimensão média entre 4 e 9 trabalhadores por estabelecimento, sendo o valor mais reduzido o de Arcos de Valdevez. Se a esta dimensão acrescentarmos o facto de nas “pessoas ao serviço” estarem contabilizados os empresários e os trabalhadores familiares não remunerados, verificamos que se tratam de empresas, na maioria das vezes, de cariz familiar, com uma estrutura organizacional pouco desenvolvida, ou seja, o dono da empresa concentra em si as funções ligadas à produção, à gestão e à comercialização.*

⁷ A distinção feita na União Europeia entre micro, pequenas e médias empresas é feita da seguinte forma: micro empresas são as que têm menos de 10 trabalhadores; pequenas aquelas que têm entre 10 e 49 trabalhadores e médias de 50 a 250 empregados.

No sentido de completar a análise da dimensão económica recorreu-se aos estudos já elaborados nomeadamente o Plano Director das Zonas e Pólos Empresariais do Vale do Lima”, a “Caracterização do Tecido Empresarial do Concelho de Esposende” e os estudos relativos à “Revisão do Plano Estratégico de Arcos de Valdevez” já que se tratam de instrumentos de planeamento estratégico que orientam a acção dos municípios e da VALIMAR ComUrb no que se refere à política industrial

Desta forma, completa-se a análise genérica referente à estrutura empresarial com alguma informação retirada destes estudos.

Assim, relativamente ao sector da indústria transformadora, o mais importante em termos de emprego e riqueza gerada, os principais ramos são:

Indústrias de Alimentação, Bebidas e Tabaco

Predominante nos concelhos de Arcos de Valdevez, Ponte da Barca e Ponte de Lima e com alguma representatividade em Viana do Castelo

Emp.: Praxada, Alfredo Lima Frazão, Álvaro Cerqueira da Silva Tavares, Bricelta-Torrefacção Arcuense, Adega Cooperativa da Ponte da Barca, Adega Cooperativa de Ponte de Lima, Lacto-Ibérica, Adega Cooperativa de Viana do Castelo, A Vianense, Premix; Cooperativa Agrícola de Esposende

Indústrias do Papel; Artes Gráficas e Edição e Publicações

Verifica-se uma maior representatividade no concelho de Viana do Castelo e algumas nos Concelhos de Arcos de Valdevez e Ponte de Lima

Emp.: Portucel; Celpap

Fabricação de Produtos Metálicos e de Máquinas, Equipamento e Material de Transporte

Este sub-sector localiza-se unicamente no concelho de Viana do Castelo

Emp.: Estaleiros Naval, Cablinal, Optec DD Portugal, Linneman – Schnetzer, COINDU-Componentes para Indústria Automóvel e FEMETE-Fábrica de Estruturas Metálicas; Electrónicos do Vez e MPV

Indústrias de Madeira e da Cortiça

A sua representatividade verifica-se nos concelhos de Ponte de Lima, Arcos de Valdevez e Viana do Castelo

Emp.: Luís José Fernandes & Filhos, Tabolima, Doropal, Arbor, Cabonor, Madeiviana, M. Cunha, Mobilinha-Móveis de Cozinha

Indústrias Têxteis, do Vestuário e do Calçado

Apenas existem empresas deste sub-sector nos concelhos de Viana do Castelo, Esposende, Ponte de Lima e Arcos de Valdevez

Emp.: Mephisto Portuguesa, Castelvia, Nop Confecções, Cocalima, Schuh Union de Portugal, Moreira&Oliveira,

Henrique – Fábrica de Confeções

Indústrias dos Produtos Minerais não Metálicos

A sua maior representatividade verifica-se nos concelhos de Viana de Castelo, Arcos de Valdevez e Ponte de Lima

Emp.: Granilima, Granimármore, Mármore Longarito, Rocavia, Galpedras, Graniarcos, Congregal

Indústrias Químicas dos Derivados do Petróleo e do Carvão e dos Produtos de Borracha e de Plástico

A sua maior representatividade verifica-se nos concelhos de Viana de Castelo, Arcos de Valdevez e Ponte de Lima

Emp.: Enichen Portugal, Ferplast Portuguesa, Ibico Portuguesa, Sarreliber, MPV-Mecânica de Precisão do Vez

Tendo por base um inquérito a 42 empresas localizadas na Zona Industrial do Neiva, realizado pelo GAIV - Gabinete de Apoio ao Investidor de Viana do Castelo, a equipa que elaborou o Plano Director tirou algumas ilações sobre o tecido industrial/empresarial, já que esta Zona Industrial é a que, presentemente, detém a maior concentração de empresas no Vale do Lima.

Assim, estas empresas são responsáveis por 2.908 postos de trabalho e apresentaram em 1996 um volume de negócios de 32,2 milhões de contos, sendo 64% para o Mercado Externo, distribuído por Espanha, França, Alemanha, Angola, Brasil, Itália e Taiwan. Por outro lado, no conjunto, o volume de importações ascende a 13,9 milhões de contos (43,2% do volume de negócios) de países como Espanha, França, Itália, Alemanha, Bélgica, Brasil, Estados Unidos e Inglaterra.

Em resumo, o tecido empresarial da região caracteriza-se por:

- Forte concentração empresarial em Viana do Castelo.
- Os sectores de actividade de comércio e hotelaria são aqueles que apresentam um maior peso em termos de número de empresas.
- A indústria transformadora concentra a maior percentagem de emprego.
- A malha do tecido empresarial apresenta uma heterogeneidade elevada.
- Grande maioria de empresas são de natureza familiar e de pequena dimensão.
- Existência de infra-estruturas para a prática de desportos de várias modalidades desportivas tradicionais, ou de elite, tais como o golfe, a equitação e os desportos náuticos.
- Existência de várias infra-estruturas de turismo de espaço rural e de aldeia, em Ponte de Lima e Arcos de Valdevez.
- Importância das estruturas de educação, formação e divulgação existentes e sua interligação com o tecido empresarial, nomeadamente a construção do Centro de Exposições de Arcos de Valdevez e as escolas profissionais.

A avaliação realizada no âmbito do estudo acima referido permite identificar uma série de pontos forte e fracos que a estratégia delineada no âmbito do estudo pretendeu fazer face e potenciar.

Quadro 33 – Pontos Fortes dos Concelhos que integram a VALIMAR ComUrb

Pontos Fortes	Arcos de Valdevez	Caminha	Esposende	Ponte da Barca	Ponte de Lima	Viana do Castelo
Acessibilidades Rodoviárias	. Ligação ao IC28	. Ligação à A3	. Ligação ao IC1	. Ligação a Orense pelo IC28	. Cruzamento do IP1 com o IC28	. Ligação ao IC1
Transportes		. Ligação ao IC1, através da EN13	. Ligação ao IC14			. Porto de mar
		. Porto de mar	. Porto de mar			. Caminho-de-Ferro
		. Caminho-de-Ferro				. Proposta interface multimodal
Equipamentos e Serviços	. Parque de exposições	. Centro hospitalar do Alto Minho	. Museu d'Arte	. EPRALIMA	. EPADR	. Parque de exposições
	. Casa das Artes	. ETAP	. Capacidade hoteleira		. Parque Temático do Arnado	. ESPROMINHO e EP de Música
	. CENFIM		. EP Esposende		. Festival de Jardins	. Centro de Formação do IEFP
	. EPRALIMA				. Torre da Cadeia	
					. Museu dos Terceiros	
Qualidade Urbana	. Processos de reabilitação urbana em curso	. Património	. Património	. Processos de reabilitação urbana em curso	. Património	. Processos de reabilitação urbana em curso
	. Património		. Processos de reabilitação urbana em curso		. Processos de reabilitação urbana em curso	. Património
			. Bom ambiente urbano		. Bom ambiente urbano	. Bom ambiente urbano
					. Alojamento TER	
Logística	. PNPG	. CISA - Centro de interpretação da serra d'Arga	. Universidade autodidacta de Esposende	. Associações empresariais	. AREALIMA - Agência regional de energia e ambiente do Vale do Lima	. IPJ - Delegação do regional do instituto português da juventude
	. NACE		. ACICE	. Vivência em eixo com Arcos de Valdevez	. VALIMAR	. Governo Civil
	. Associações empresariais		. APPLE		. TURIHAB	. Associações empresariais
	. EXPOVEZ				. Universidade Fernando Pessoa	. Instituto Politécnico
	. Vivência em eixo com Ponte da Barca				. Associações empresariais	. Serviços da CCDB
	. ADERMINHO					. GAT Vale Lima
						. CRTAM
						. Eixo Atlântico

Fonte: PROTAM (CCRN); Planos Estratégicos; Análise Local, "Plano Director de Zonas e Pólos Empresariais", Eurisko, 1998, atualizado segundo informações de CM's

Quadro 34 – Pontos Fracos dos Concelhos que integram a VALIMAR ComUrb

Pontos Fracos	Arcos de Valdevez	Caminha	Esposende	Ponte da Barca	Ponte de Lima	Viana do Castelo
Acessibilidades Rodoviárias						. Na ligação directa ao IP1 . Isolamento e excentricidade do Porto de Mar
Transportes	. Afastamento face ao caminho-de-ferro		. Afastamento face ao caminho-de-ferro	. Afastamento face ao caminho-de-ferro	. Afastamento face ao caminho-de-ferro	. Dificuldade de articulação do Porto de mar com o caminho-de-ferro
Equipamentos e Serviços	. Baixo nível de serviços e equipamentos	. Baixo nível de serviços e equipamentos		. Baixo nível de serviços e equipamentos	. Baixo nível de serviços e equipamentos	. Pouca articulação do Instituto Politécnico com o tecido industrial
Qualidade Urbana				. Alguma desorganização do centro		
Logística	. Baixa capacidade empreendedora	. Baixa capacidade empreendedora		. Baixa capacidade empreendedora	. Baixa capacidade empreendedora	. Baixa capacidade empreendedora, embora relativamente forte em relação ao Alto Minho/Vale do Lima

Fonte: PROTAM (CCRN); Planos Estratégicos; Análise Local, "Plano Director de Zonas e Pólos Empresariais", Eurisko, 1998, atualizado segundo informações de CM's

As dinâmicas da última década permitem evidenciar uma alteração das tendências menos positivas relativas a Arcos de Valdevez, sendo de destacar os efeitos resultantes da acção da Autarquia que, conforme referido no relatório da Revisão do Plano Estratégico se pautou por quatro orientações estratégicas:

- “Criação de condições infraestruturais que permitem fixar a população (melhoria de acessibilidades, infra-estruturas básicas, etc.);
- Dinamização de investimentos e criação de emprego (criação e desenvolvimento dos parques empresariais, revitalização do comércio, aumento da animação e promoção do turismo);
- Promoção da coesão social e territorial (reforço da rede de equipamentos de educação, culturais, sociais, desporto e lazer, assim como a requalificação dos centros urbanos);
- Reforço da posição do concelho no contexto do Vale do Lima”.

Assim, a aposta da Câmara Municipal de Arcos de Valdevez nos Parques Empresariais tem-se revelado decisiva na oferta de emprego, tendo já sido criados mais de dois mil postos de trabalho. Estas estruturas têm funcionado como um forte componente da captação de

investimento e, simultaneamente, potenciam a fixação da população e a criação de rendimentos. Nos últimos anos, tem-se constatado uma evolução positiva nas dinâmicas económicas locais, traduzidas em grande parte pela concentração das actividades industriais no concelho. Esta evolução traduz-se na dinamização e ampliação do Parque Empresarial de Paçô, a instalação do pólo empresarial de Padreiro e a concretização do Parque Empresarial de Mogueiras, onde está já a laborar a unidade âncora, uma multinacional do sector da transformação de plásticos e metais. A abertura do Itinerário Complementar 28 veio beneficiar as ligações aos Parques Empresariais e permite perspectivar um conjunto de oportunidades que decorrem da redução do tempo de deslocação. A estratégia de acolhimento industrial tem procurado captar investidores, pela concessão de incentivos como a disponibilização de terrenos infraestruturados e o apoio na fase de instalação. A existência de factores de localização favoráveis, resultou na fixação de unidades industriais, nomeadamente integradas em circuitos de produção a um nível mais global, como é exemplo o “cluster” automóvel.

A captação de unidades intensivas em capital, tecnologicamente mais avançadas e com necessidade de uma mão-de-obra qualificada, correlaciona-se de forma positiva com o desenvolvimento da actividade da EPRALIMA e com a construção do Centro de Formação e Exposições de Arcos de Valdevez, onde o Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica (CENFIM) virá a exercer a sua actividade, nomeadamente a nível da promoção e do apoio de acções formativas de curta, média e longa duração, no que concerne a aprendizagem, qualificação e especialização, no sector metalomecânico, electromecânico e da manutenção industrial.

Relativamente a Ponte da Barca, as estratégias de desenvolvimento do concelho baseiam-se no proposto no Plano Estratégico da VALIMAR ComUrb, em revisão, apontando-se para a valorização da base rural dos concelhos. Neste sentido, foi apontado pela autarquia como vectores estratégicos de desenvolvimento:

- desenvolvimento do eixo entre a sede de concelho e a fronteira (Lindoso), decorrentes da melhoria da acessibilidade por via da correcção do traçado e reperfilamento do Eixo Viário Braga-Monção (EN 101);

- implantação de uma zona industrial em Vila Chã (S. João Baptista);
- investimento público em equipamentos e serviços sociais;
- valorização do património cultural e natural do PNPG

Tendo como base a Caracterização do tecido empresarial do concelho de Esposende, realizado pela ACICE (Associação Comercial e Industrial do Concelho de Esposende), salientam-se alguns aspectos negativos do sector da indústria tais como: “escassez de recursos humanos qualificados; domínio de uma mentalidade conservadora dos empresários; pessoas com o ensino básico em quase todas as áreas das empresas; dependência da subcontratação principalmente no sector têxtil; incapacidade de aderir aos sistemas de informação e de comunicação; e reduzido número de empresas com Sistemas de Certificação da Qualidade, Ambiental e SHST.”

Os aspectos positivos do sector da indústria, salientados nesta caracterização são: “sector de maior empregabilidade; força de trabalho constituída maioritariamente por mão-de-obra jovem; empresas que pretendem efectuar no curto e médio prazo; e optimismo dos empresários em relação ao desenvolvimento da actividade.”

5.2. CARACTERIZAÇÃO URBANÍSTICA

A informação respeitante à caracterização o urbana tem por base o definido nos Planos Directores Municipais e nos Planos Estratégicos.

5.2.1. CARACTERIZAÇÃO URBANA

Estrutura de Povoamento – povoamento disperso vs povoamento concentrado

As políticas e a cultura de ordenamento do território desenvolvidas em Portugal reflectem-se claramente na ocupação e na organização do território. Assentes numa economia de base de rural, os valores e orientações preconizados incutiram no território formas de ocupação que se têm vindo a demonstrar desarticuladas com o modo de vivência e hábitos actuais da população, não esquecendo ainda os fortes impactos nos sistemas ambientais e na paisagem urbana.

Efectivamente, a modernização da economia e da sociedade levam a que os actuais valores se prendam e direccionem muito mais para a competitividade, complementariedade, preservação de bens naturais e culturais e com o bem estar da população.

Os concelhos de Arcos de Valdevez, Caminha, Esposende, Ponte da Barca, Ponte de Lima, e Viana do Castelo não fogem à regra. Com fenómenos de expansão urbana sem continuidade, assentes numa estrutura de propriedade em minifúndio, toda a região é caracterizada por um povoamento disperso, em “mancha de óleo” sustentado por uma ocupação marginal ao rio Lima e seus principais afluentes, e pelos caminhos e vias existentes.

Com efeito, este tipo de ocupação traduz uma leitura do território “em mancha de óleo” visto o desenvolvimento ser nuclear, mas sustentado em eixos, quer de linhas de água quer

rodoviários. Várias expansões vão-se traduzindo em aglutinações de pequenos núcleos ao longo de um eixo, transformando o território num contínuo edificado – Planta 3.1.01.

Hierarquia Urbana

“Em função da sua dimensão e importância económica e administrativa, os aglomerados diferenciam-se através de uma cadeia de aderências e de relações de dependência.”

In: Normas Urbanísticas, Volume IV, Sidónio Pardal, Manuel Costa Lobo, Paulo V.D. Correia, UTL e DGOTDU

A hierarquização dos aglomerados passa assim pelas relações de dependência que estabelecem entre si, salientando-se aqui os papéis das actividades económicas e dos equipamentos de utilização colectiva, para além do número efectivo de residentes.

Segundo os *Indicadores Urbanos do Continente*, publicação do INE e DGODUT (Série de Estudos nº80 – 1999) a caracterização da tipologia das áreas urbanas é feita segundo:

- Áreas Predominantemente Urbanas
- Áreas Mediamente Urbanas
- Áreas Predominantemente Rurais

Na região da VALIMAR ComUrb, as freguesias classificadas como Áreas Predominantemente Urbanas são:

Quadro 35 – Freguesias incluídas nas Áreas Predominantemente Urbanas

Concelho	Designação da Área	Freguesias incluídas
Viana do Castelo	Viana do Castelo	Areosa Meadela Viana do Castelo (Monserrate) Portuzelo Viana do Castelo (Sta. M ^a Maior)
Ponte de Lima	Ponte de Lima	Arca Arcozelo Correlhã Feitosa Ponte de Lima Ribeira Santa Comba Seara
Ponte da Barca	Ponte da Barca	Ponte da Barca
Esposende	Esposende	Esposende

		Fão Forjães Marinhas
Caminha	Caminha	Caminha (Matriz)
Arcos de Valdevez	Arcos de Valdevez	Arcos de Valdevez (Salvador) Arcos de Valdevez (São Paio)

Como Áreas Mediamente Urbanas:

Quadro 36 – Freguesias classificadas como Áreas Mediamente Urbanas

Concelho	Freguesias
Viana do Castelo	Afife Alvarães Anha Barroselas Cardielos Carvoeiro Castelo do Neiva Deão Deocriste Lanheses Mazarefes Moreira de Geraz do Lima Mujães Neiva Perre Portela Susã Geraz do Lima (Santa Leocádia) Geraz do Lima (Santa Maria) Serreleis Subportela Torre Vila Franca Vila Fria Vila Mou Vila de Punhe
Ponte de Lima	Anais Beiral do Lima Bertiandos Brandara Cabaços Calheiros Calvelo Cepões Fontão Fornelos Freixo Friastelas Gaifar

	Gandra
	Gemieira
	Mato
	Moreira do Lima
	Navió
	Poiares
	Queijada
	Refóios do Lima
	Sá
	Sandiães
	Santa Cruz do Lima
	Rebordões (Santa Maria)
	Vitorino das Donas
	Vitorino dos Piães
Ponte da Barca	Bravães
	Crastro
	Lavradas
	Nogueira
	Oleiros
	Paço Vedro de Magalhães
	Ruivos
	Touvedo (São Lourenço)
	Vade (S.Pedro)
	Vade (S.Tomé)
	Vila Nova de Muía
Esposende	Antas
	Apúlia
	Belinho
	Curvos
	Fonte Boa
	Mar
	Gandra
	Gemeses
	Palmeira de Faro
	Rio Tinto
	Vila Chã
Caminha	Ancora
	Lanhelas
	Moledo
	Riba de âncora
	Seixas
	Venade
	Vila Praia de Âncora
	Vilarelho
Arcos de Valdevez	Aboim das Choças
	Aguiã
	Cendufe
	Couto
	Eiras
	Giela
	Guilhadeses
	Jolda (Madalena)
	Paçô

Parada
Portela
Prozelo
Rio e Moinhos
Padreiro (Salvador)
Távora (São Vicente)
Souto
Tabaço
Vila Fonche

Como Áreas Predominantemente Rural são classificadas as restantes freguesias.

A análise da evolução da população de 1991 para 2001, permite confirmar o generalizado crescimento populacional das áreas urbanas, com especial destaque para as áreas urbanas de Ponte de Lima (21,4%) e de Ponte da Barca onde a população residente cresceu cerca de 50 % nas últimas 2 décadas.

A análise destes dados permite confirmar a clara expansão urbana para o interior ao longo das principais linhas de água e das infraestruturas rodoviárias. Com efeito, os fenómenos de expansão urbana de qualquer território assentam no progressivo alargamento do território da cidade principal através da incorporação das freguesias limítrofes.

O desenvolvimento das infraestruturas e das acessibilidades permitem o desenvolvimento regional e o movimento da população. Com efeito, as cidades desenvolvem-se nos pontos com maior acessibilidade resultando na emergência de novas centralidades.

Por outro lado, para além do crescimento demográfico efectivo da cidade, também os fenómenos de êxodo rural e de litoralização têm aqui um peso significativo nos aumentos populacionais dos centros urbanos. Paralelamente, e face ao aumento da qualidade de vida e à evolução das necessidades sociais e económicas, verifica-se a ocupação de áreas cada vez mais distantes da cidade-mãe. Quer em termos de áreas habitacionais quer em termos de espaços livres a tendência é para a ocupação de áreas cada vez maiores. Assim, e aliado ao baixo preço do solo nestas áreas – a seu tempo periferias da cidade – se procede à sua ocupação urbana. Com efeito, o crescimento demográfico determina o aumento da extensão urbana, estabelecendo-se laços e inter-relações complexas quer a níveis sociais quer e, principalmente, a níveis funcionais e económicos.